

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

LINDALVA GOUVEIA NASCIMENTO

**Desafios e enfrentamentos no processo de interiorização da Universidade
Federal da Paraíba (2007 – 2012): uma análise dos cursos criados pelo
Reuni a partir das demandas no *Campus* de Areia**

**João Pessoa – PB
2017**

LINDALVA GOUVEIA NASCIMENTO

Desafios e enfrentamentos no processo de interiorização da Universidade Federal da Paraíba (2007 – 2012): uma análise dos cursos criados pelo Reuni a partir das demandas no *Campus* de Areia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/CE/UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues – PPGE/CE/UFPB

João Pessoa– PB
2017

N244d Nascimento, Lindalva Gouveia.

Desafios e enfrentamentos no processo de interiorização da Universidade Federal da Paraíba (2007-2012): uma análise dos cursos criados pelo Reuni a partir das demandas no Campus de Areia / Lindalva Gouveia Nascimento. - João Pessoa, 2017.

171 f.: il. -

Orientadora: Janine Marta Coelho Rodrigues.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE

1. Política Educacional. 3. Educação Superior - Areia - Paraíba. 4. REUNI - Educação - Brasil. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 37.014.5(043)

LINDALVA GOUVEIA NASCIMENTO

Desafios e enfrentamentos no processo de interiorização da Universidade Federal da Paraíba (2003 – 2010): uma análise dos cursos criados pelo Reuni a partir das demandas no Campus de Areia

BANCA EXAMINADORA



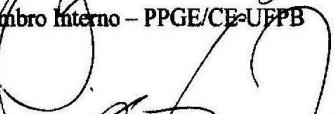
Janine Marta Coelho Rodrigues, Dra.

Orientadora – PPGE/CE/UFPB



Wilson Honorato Aragão, Dr.

Membro Interno – PPGE/CE-UFPB

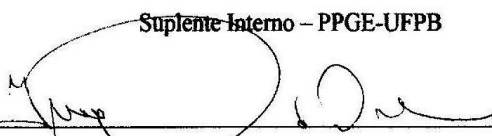


Luis de Sousa Junior, Dr.

Membro Interno – PPGE/CE-UFPB

Maria Zuleide Costa Pereira, Dra.

Suplente Interno – PPGE-UFPB



Iraquitã de Oliveira Caminha, Dr.

Membro Externo – PPGCI/UFRN



Maria de Lourdes Soares, Dra.

Membro Externo – PPGSS/UFPB

João Pessoa- PB
2017

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus, aos meus familiares, a minha orientadora – Dra. Janine, ao Grupo de Pesquisa em Formação Docente da UFPB, amigos e a todos que preconizam a defesa da educação pública e de qualidade social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a realização desse Doutorado em Educação.

A professora e orientadora Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues, pelos ensinamentos, pelas sábias palavras, pelo acolhimento, pelo apoio, pela compreensão e pelas orientações. Autonomia, liberdade e respeito nortearam nosso horizonte de trabalho.

Aos examinadores desta tese, os homenageio pela excelência na vida acadêmica, e pela disposição em compartilhar o conhecimento.

Aos familiares queridos e a todas as pessoas que de alguma forma favoreceram a realização deste estudo.

Aos participantes da pesquisa, pela sua solicitude e disposição durante as entrevistas.

Durante este trabalho...

As dificuldades não foram poucas...

Os desafios foram muitos...

Os obstáculos, muitas vezes, pareciam intransponíveis.

Muitas vezes me senti sozinha, e, assim, estive em alguns momentos.

O desânimo quis contagiar, porém, a garra e a tenacidade foram mais fortes, sobrepondo esse sentimento, fazendo-me seguir a caminhada, apesar da sinuosidade do caminho.

Agora, ao olhar para trás, a sensação do dever cumprido se faz presente e posso constatar que as noites de sono perdidas, o cansaço dos encontros, os longos tempos de leitura, digitação, discussão; a ansiedade em querer fazer e a angústia de muitas vezes não o conseguir, por problemas estruturais; não foram em vão.

Aqui estou, como sobrevivente de uma longa batalha, porém, muito mais forte e hábil, com coragem suficiente para mudar a postura, apesar de todos os percalços...

Como dizia *Antoine Saint Exupéry* em sua obra prima *“O Pequeno Príncipe”*:

“Foi o tempo que perdeste com a tua rosa, que fez a tua rosa tão importante.

NASCIMENTO, Lindalva Gouveia. **Desafios e enfrentamentos no processo de interiorização da Universidade Federal da Paraíba (2003 – 2010): uma análise dos cursos criados pelo Reuni a partir das demandas no Campus de Areia**. 111f. Tese de Doutorado. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba, 2017.

RESUMO

As políticas públicas de educação superior implementadas no Brasil nos últimos anos estão provocando mudanças estruturais significativas na sociedade brasileira, entretanto, as assimetrias entre as regiões, os grupos sociais, a formação profissional e a educação tem bases históricas, e o desafio de diminuir essas diferenças tem como elemento fundamental o acesso a uma educação de qualidade à maior parte da população em todos os níveis de formação, porém para que haja mudanças nessa magnitude o governo levará décadas para resolver, pois prescindirá de diversas ações em diferentes aspectos. A expansão da educação superior configura-se como um dos focos das políticas públicas em educação. Observa-se a intensificação desse processo que tem sido implementado no país através de várias ações, a que destacamos nesta pesquisa adentrou no campo temático da política de expansão do ensino superior na Universidade Federal da Paraíba, no seu contexto institucional, a fim de compreender a dimensão política dessa ação voltando-se para os cursos criados no Campus II, localizado em Areia - Paraíba, a partir da política educacional criada pelo governo federal intitulada “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” – Reuni, criado através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, com execução para o período de 2007 a 2012. O percurso que seguimos nos permitiu a compreensão da democratização do ensino superior em universidades públicas federais, assentadas para a abertura de vagas possibilitadas por este programa, cuja iniciativa deveu-se ao governo do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. Para subsidiar a pesquisa, servimo-nos de diferentes instrumentos documentais, bem como de entrevistas e conversas com representantes da UFPB. A pesquisa evidenciou que a criação dos Cursos de Medicina Veterinária e Química atendeu as demandas do Campus II que ansiavam pela formação acadêmica. Diante dos subsídios da análise, o estudo demonstrou que a política de expansão marcou um processo de reorganização das universidades federais justificado pela perspectiva política de democratizar o ensino, ao tempo em que atenderia, em parte, as suas funções sociais. Os resultados do estudo apontaram que a política de expansão da UFPB converge para a abertura de vagas na UFPB ao potencializar oportunidades de acesso aos cursos criados a partir do Reuni.

Palavras-Chave: Política Educacional. Educação Superior. Expansão. Reuni. Democratização.

NASCIMENTO, Lindalva Gouveia. Challenges and confrontations in the internationalization process of the Federal University of Paraíba (2003 - 2010): an analysis of the courses created by the Reuni from the demands in the Sand Campus. 112f. Doctoral thesis. João Pessoa. Federal University of Paraíba, 2017.

ABSTRACT

The public higher education policies implemented in Brazil in recent years are provoking significant structural changes in Brazilian society; however, the asymmetries between regions, social groups, vocational training, education have a historical basis and the challenge of reducing these Fundamental access to quality education for most of the population at all levels of training, but for changes of this magnitude the government will take decades to solve, since it will dispense with several actions in different aspects. The expansion of higher education is one of the focuses of public policies in education. It is observed the intensification of this process that has been implemented in the country through several actions, which we highlight in this research in the thematic field of the policy of expansion of higher education at the Federal University of Paraíba, in its institutional context, in order to understand the Political dimension of this action by turning to the courses created in Campus II, located in Areia - Paraíba, based on the educational policy created by the federal government entitled "Support Program for Restructuring and Expansion of Federal Universities" - Reuni, created through Of Decree no. 6,096 of April 24, 2007, with execution for the period of 2007 to 2012. The course we have followed allowed us to understand the democratization of higher education in federal public universities, based on the opening of vacancies made possible by this program, Whose initiative was due to the government of former president Luis Inácio Lula da Silva. To support the research, we use different documentary instruments, as well as interviews and conversations with UFPB representatives. The research evidenced that the creation of the Veterinary Medicine and Chemistry Courses met the demands of Campus II that yearned for academic formation. In view of the subsidies of the analysis, the study showed that the expansion policy marked a process of reorganization of federal universities justified by the political perspective of democratizing education, while at the same time fulfilling its social functions. The results of the study pointed out that the expansion policy of the UFPB converges to open vacancies in the UFPB by increasing opportunities for access to the courses created from the Reuni.

Keywords: Educational Policy. College education. Expansion. Meeting. Democratization.

NASCIMENTO, Lindalva Gouveia. Retos y enfrentamientos en el proceso de internalización de la Universidad Federal de Paraíba (2003 - 2010): un análisis de los cursos creados por I se reunieron a partir de las demandas en el campus de la arena. 111f. Tesis de doctorado. João Pessoa. Universidad Federal de Paraíba, 2017.

RESUMEN

Las políticas públicas de educación superior implementado en Brasil en los últimos años están causando importantes cambios estructurales en la sociedad brasileña, sin embargo, las asimetrías entre regiones, grupos sociales, formación profesional, educación, tienen motivos históricos, y el reto de reducir estas diferencias tiene como elemento fundamental el acceso a una educación de calidad a la mayoría de la población en todos los niveles de formación, sino que puede haber cambios de esta magnitud que el gobierno tomará décadas para resolver, debido a diversas acciones prescindirá en diferentes aspectos. La expansión de la educación superior aparece como uno de los ejes de las políticas públicas en educación. Tenga en cuenta la intensificación de este proceso que se ha implementado en el país a través de diversas acciones, se destacan en este estudio entrado en el campo del asunto de la expansión de la política de educación superior de la Universidad Federal de Paraíba, en su contexto institucional con el fin de entender la dimensión política de esta acción se dirigió a los cursos creados en el Campus I, ubicadas en la arena - Paraíba desde la política educativa establecida por el gobierno federal titulada "Programa de Apoyo a la reestructuración y expansión de las universidades federales" - reunió, creado por Decreto N ° 6096 del 24 de abril de 2007, con la implementación para el período 2007 a 2012. la ruta que siguieron nos permitió entender la democratización de la educación superior en las universidades públicas federales, instalamos para la apertura de vacantes habilitadas por este programa, cuya iniciativa se debió a la administración del ex presidente Luis Inacio Lula da Silva. Para apoyar la investigación, empleamos diferentes instrumentos documentales, así como entrevistas y conversaciones con representantes de UFPB. La investigación mostró que la creación de Medicina Veterinaria y Química cursos reunió las demandas de la escuela que yo deseaba para la educación académica. En el análisis de los beneficios, el estudio mostró que la política de expansión marcó un proceso de reorganización de las universidades federales, justificadas por la perspectiva política de democratización de la educación, el tiempo que serviría, en parte, sus funciones sociales. Los resultados del estudio mostraron que la política de expansión UFPB converge a la vacante en UFPB para mejorar las oportunidades de acceso a los cursos creados a partir de la Recopilar.

Palabras clave: Política educativa. Educación Universitaria. Expansión. Reunió. Democratización.

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CC – Conceito de Curso

CPC - Conceito Preliminar de Curso

CCA – Centro de Ciências Agrárias

CEP – Conselho de Ética de Pesquisa

CONSEPE – Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão

CONSUNI - Conselho Universitário

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EU - União Europeia

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

IDEP - Instituto de Desenvolvimento da Paraíba

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

IES – Instituições de Ensino Superior

IGC – Índice Geral de Cursos

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PDI - Planos de Desenvolvimento Institucional

PNE – Plano Nacional de Educação

PRG – Pró-Reitoria de Graduação

PSS – Processo Seletivo Seriado

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESU - Secretaria de Educação Superior

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução no número de alunos ingressantes no Curso de Medicina Veterinária (2008-2016).....	89
Gráfico 2 -Análise Vertical dos Recursos financeiros do ano de 2007.....	100
Gráfico 3 - Análise Vertical dos Recursos financeiros do ano de 2008.....	102
Gráfico 4 - Análise Vertical dos Recursos financeiros do ano de 2009.....	103
Gráfico 5 - Análise Vertical dos Recursos financeiros do ano de 2010.....	104
Gráfico 6 - Análise Vertical dos Recursos financeiros do ano de 2011.....	105
Gráfico 7 - Análise Vertical dos Recursos financeiros do ano de 2012.....	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Universidades Federais criadas no período 2003 – 2014.....	49
Quadro 2 - Oferta de Ensino Superior Público na Paraíba.....	59
Quadro 3 – Total de docentes e técnico-administrativos na UFPB – capital e interior...	64
Quadro 4 – Mestrados e Doutorados reconhecidos da UFPB.....	68
Quadro 5 - Centros e números de cursos de graduação por <i>Campus</i> da UFPB 2006/2012).....	80
Quadro 6 - Cursos de Graduação criados na UFPB/ <i>Campi</i> do interior no REUNI (2007-2012).....	88
Quadro 7 – Avaliação dos Cursos de Medicina Veterinária e Química.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da Taxa de Escolarização Líquida na Educação Superior no Brasil.....	30
Tabela 2 – Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – Brasil – 2003 – 2014.....	41
Tabela 3 - Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa – Brasil – 2003 - 2014.....	45
Tabela 4 – Panorama da Expansão no Ensino Superior Público (2002 – 2014).....	48
Tabela 5 - Expansão das Universidades Federais e <i>Campus</i> por região (2002 – 2014)...	50
Tabela 6 – Número de Vagas por Estados no SISU – 2016.....	60
Tabela 7 – Número de Vagas no Sisu das Instituições de Ensino Superior Públicas da Paraíba – 2016.....	60
Tabela 8 – Número de Matrículas de Graduação Presencial por Categoria Administrativa (Pública e Privada), segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – Brasil – 2014.....	61
Tabela 9 – Razão de matrícula por rede (privada/pública) nos cursos de graduação presenciais, por Unidade da Federação – Brasil – 2014.....	62
Tabela 10 – Número de alunos ativos da UFPB por <i>Campus</i> – 2011	81
Tabela 11 – Número de discentes de graduação ativos no CCA em 2016.....	85
Tabela 12 – Número de discentes de pós-graduação ativos no CCA em 2016.....	86
Tabela 13 – Recursos Financeiros do ano de 2007.....	99
Tabela 14 - Recursos Financeiros do ano de 2008.....	100
Tabela 15 - Recursos Financeiros do ano de 2009.....	101
Tabela 16 - Recursos Financeiros do ano de 2010.....	103
Tabela 17 - Recursos Financeiros do ano de 2011.....	104
Tabela 18 - Recursos Financeiros do ano de 2012.....	105

SUMÁRIO

1 ALGUMAS PALAVRAS: impressões da pesquisa.....	18
1.1 A problemática e questões de estudo.....	18
2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: algumas reflexões.....	29
2.1 Políticas Públicas Educacionais no Brasil (2003-2010).....	38
2.1.1 O Governo Luis Inácio Lula da Silva e a expansão do ensino superior (2003-2010) e a expansão do ensino superior.....	43
2.1.2 O Reuni – expansão e democratização.....	50
3 O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E SUAS CONFIGURAÇÕES NA PARAÍBA.....	59
3.1 O Ensino Superior Público na Paraíba	59
3.2 A Universidade Federal da Paraíba.....	63
3.2.1 A Política de Expansão da UFPB no Campus II de Areia - PB.....	64
3.2.2 Reflexos do Reuni para a expansão da Pós-Graduação na UFPB.....	66
4 CAMINHOS NORTEADORES DA ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	70
4.1 Abordagem e tipo de pesquisa.....	72
4.2 Procedimentos e instrumentos da pesquisa.....	72
4.3 Contexto da pesquisa e sujeitos.....	73
4.4 Análise, categorização e interpretação dos dados.....	73
4.4.1 Categorias de base.....	74
4.5 Análise documental.....	75
4.6 Descrição do objeto da pesquisa.....	75
5 A POLÍTICA DE EXPANSÃO E INTERIOZAÇÃO DA UFPB, O REUNI E O CAMPUS DE AREIA.....	78
5.1 O <i>Campus</i> II e a política de expansão da UFPB (2003 – 2010) na implementação dos	

cursos de Medicina Veterinária e Química.....	
5.2 O processo de implantação dos cursos de Medicina Veterinária e Química.....	87
5.3 A criação dos cursos de Medicina Veterinária e Química como elementos de democratização do ensino superior público.....	89
5.4 O Investimento Orçamentário e Financeiro do REUNI no Campus II.....	93
	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	112
ANEXOS.....	120
Parecer consubstanciado do CEP.....	121
Ata da Reunião Extraordinária do CONSEPE, realizada no dia 07 de julho de 2011.....	124
Ata da Reunião Ordinária do CONSUNI, realizada no dia 28 de junho de 2011.....	127
Resolução Nº 30/2007.....	129
Resolução Nº 64/2007.....	130
Resolução Nº 65/2007.....	131
Resolução Nº 34/2011.....	141
Resolução Nº 35/2011.....	142
Resolução Nº 60/2011.....	143
Resolução Nº 61/2011.....	144
Resolução Nº 65/2011.....	145
Resolução Nº 66/2011.....	157
APÊNDICES	169
APÊNDICE A -Termo de Consentimento e Livre Esclarecido	170
APÊNDICE B - Roteiros de entrevistas.....	171

1 ALGUMAS PALAVRAS: impressões da pesquisa

1.1 A Problemática e questões de estudo

A educação é a base sobre a qual se deve construir os pilares do desenvolvimento de um país. De forma particular, o acesso à educação superior tem sido tema de constantes debates na sociedade nas últimas décadas, tendo em vista as possibilidades advindas de quem conclui esse nível de ensino, como também dos requisitos impostos pelas empresas objetivando uma mão de obra mais qualificada exigindo desse profissional um novo perfil, onde a formação, sobretudo no nível universitário é essencial para sobreviver e prosperar num cenário de grande concorrência, dessa forma, a responsabilidade para atender aos requisitos do mercado é do trabalhador.

Para Castro (2011), a educação está em lugar de destaque no mundo contemporâneo, pois acessar ao ensino na sociedade do conhecimento possibilita mudanças na formação dos sujeitos, e melhora a competitividade das nações.

Diante desse cenário, democratizar a educação tem sido tema central na agenda das políticas públicas dos governos, nas ações dos organismos internacionais e reivindicações de muitos movimentos sociais em distintas partes do mundo, cujo objetivo principal é aumentar a escolaridade da população em geral, justificando a pauta sobre a educação superior está no centro das discussões, cujos temas centrais incluem democratização, qualidade e crise (DIAS SOBRINHO, 2010; 2013).

A democratização do ensino superior é um processo longo de tal magnitude que a política educacional visa atingir, mas ainda não atingiu a demanda que anseia por essa formação indispensável à qualificação profissional.

O ensino superior assume um lugar de destaque na agenda do governo e da sociedade civil, tendo em vista as possibilidades advindas de quem conclui esse nível de ensino. Para Silva e Ourique (2012) a educação superior é um instrumento de justiça, e um caminho para o desenvolvimento social.

No Brasil, percebe-se de forma bastante clara a expansão da educação superior. Nesse aspecto, é notável o crescimento das instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos, assim como expandiu no país, sobretudo na última década, a oferta de vagas na

graduação em instituições públicas, e também houve um aumento expressivo na pós-graduação (MANCEBO, 2013).

O ensino superior nas últimas décadas atingiu um nível considerável na democratização do acesso, mas grande parte desse número de vagas são oferecidas na iniciativa privada que lidera a possibilidade de oferecer a formação necessária ao cidadão que deseja ingressar. Mas não podemos perder de vista que essa responsabilidade pertence ao Estado Brasileiro Democrático.

Morosi, Franco, Segenreich (2011) apresentaram como se configurou a expansão da educação superior brasileira no período pós-LDB/96 nos aspectos institucional e acadêmico na perspectiva de políticas educacionais, o que permitiu algumas constatações em termos gerais e específicos:

1. A expansão foi uma tendência construída na educação superior brasileira caracterizada pela interiorização da graduação dos anos 1970 e a pós-graduação em 1980, pressionada por demandas econômicas e abertura de espaços para grupos excluídos a partir dos anos 2000.

2. A LDB/96 foi um marco na trajetória de expansão da educação superior brasileira, pois tornou possível flexibilizar formas organizacionais e modalidades acadêmicas na oferta de educação superior;

3. O contexto de expansão do ensino superior brasileiro caracteriza-se como uma resposta às pressões educacionais e sociais, classes emergentes ressaltando a necessidade de medidas equitativas urgentes para superar as claras exclusões do sistema;

4. O ensino privado, enquanto categoria administrativa da educação superior brasileira unívoca até 1996, depois desse ano emergem reformulações que propiciou a sua diversificação institucionalmente.

Os autores Morosi, Franco, Segenreich (2011) ao enfatizarem a expansão do ensino superior pós- LDB chamam a atenção para aspectos intrínsecos a demanda que anseia por formação acadêmica, valendo-se ainda do cenário do mercado educacional para ilustrar avanços na oferta de vagas e retrocessos no papel do Estado em relação a sua função de promover o acesso ao ensino superior.

Morosi, Franco, Segenreich (2011) destacam também a relação entre as novas arquiteturas acadêmicas na expansão da educação superior: políticas públicas voltadas para a

Educação a Distância (EAD) e a educação tecnológica, as políticas públicas de formação de professor, e por último, a internacionalização da educação superior.

Essas medidas adotadas a partir da década de 1990 vislumbravam aumentar o nível de acesso ao ensino superior de uma camada da população, que historicamente esteve à margem desse nível de ensino, e que se não fossem adotadas ações para propiciar a democratização à universidade continuaríamos em um perverso sistema de elite, privilegiando poucos e dificultando a elevação do nível de escolaridade do brasileiro.

A democratização da educação superior comporta desafios que poderão vir a serem superados, entre outras medidas, se o Estado prover de forma justa o acesso e a permanência no ensino superior. Algumas iniciativas são passíveis de ações mais rápidas e visíveis, como tem ocorrido no Brasil desde a última década por meio de série de políticas educacionais implementadas pelo governo federal, que propiciou a entrada de milhares de jovens de classes menos favorecidas na universidade. No segundo momento, após o ingresso do estudante no espaço acadêmico o desafio torna-se maior, a permanência deste até a conclusão do curso é cercada de barreiras, que começa com o seu nível de formação da educação básica a aspectos de mobilidade, alimentação etc.

Nesse sentido, Dias Sobrinho (2010, p. 1226), de forma objetiva esclarece que,

A “democratização” da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. Assim, acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de “democratização”. Porém, a expansão quantitativa é só uma das faces da questão da “democratização” da educação superior, como veremos principalmente ao tratarmos dos temas do valor público, da qualidade social e da pertinência.

A democratização envolve diversos aspectos inerentes a manutenção do ensino público. O governo ao promover a entrada de ingressos nas universidades não está garantindo a democratização em todos os seus aspectos, está provendo apenas o ingresso. Há outras questões como a qualidade social da educação. É necessário prover meios que garantam não apenas sua entrada, mas permanência.

Conforme Zago (2014), justificava-se reformular a educação no Brasil a partir dos anos de 1990 pela necessidade de adequar o país à nova ordem mundial de globalização e inserir-se na sociedade do conhecimento. Assim, havia espaço para implantar projetos que

amenizassem os conflitos existentes entre as classes sociais, e dessa forma haveria inserção social por meio do poder de consumo, mas não mediante justiça social.

A utilização das políticas públicas de educação superior tem se caracterizado sob duas visões: a primeira analisa esse nível de ensino vinculada ao mercado – inovação/produto, enquanto a outra face é direcionada para aspectos relacionados à inclusão/autonomia (MARQUES; CEPÊDA, 2012).

Na economia global baseada no conhecimento, reivindica-se a melhoria constante dos padrões de competitividade, sustentada pela ideologia da Teoria do Capital Humano¹, a qual tem como uma das premissas o modelo de desenvolvimento econômico proposto por Joseph Schumpeter, que evidência a relevância da inovação, seja por meio de introdução de um novo bem, um novo método de produção, ou pode ser abertura de um novo mercado, como também pode ser conquistado uma nova fonte de oferta de matérias-primas, ou ainda pode ser criado uma nova organização que busque uma posição de monopólio (AZEVEDO, 2012b; 2013).

Ainda na perspectiva dessa teoria, Jezine, Brás, Gonçalves (2013) afirmam que seguindo orientações das organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a União Europeia (EU) com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade, o indivíduo assume a responsabilidade em construir a sua vida profissional, ou seja, o encargo pela sua formação e qualificação. Pois na medida em que esses organismos pressionam por *performance* como afirma Azevedo (2015), alguns aspectos ficam evidentes – a privatização, a despublicização, a mercadorização em nível global da educação superior, bem como as políticas de estímulo à pesquisa e à inovação competitivas, que alteram o campo da educação superior, já que provocam perturbações de diferentes ordens, afetam o espírito do jogo, as disputas e relações justas, assim como a solidariedade, mutualidade e o respeito às regras.

Nas últimas décadas do século XX, os Estados-nação tiveram seus eixos estruturantes desmantelados pela força da economia transnacional e por forças internas, que privilegiaram grupos econômicos, étnico-religiosos ou secessionistas, instaurando uma crise no modelo de Estado constituído pelo advento das revoluções burguesas e pela consolidação do regime econômico capitalista (HOBSBAWM, 1995).

¹ “Fundamento ideológico da economia baseada no conhecimento, propõe um modelo de “des-re-incorporação” de educação à força de trabalho, retirando-lhe o que não interessa (ou será supérfluo) e incorporando-lhe o que é conveniente para o processo de trabalho” (AZEVEDO, 2012b, p.8).

Para Bouvier (2011), é nessa situação complexificada, em um processo de interação constante das organizações que são formuladas e implementadas as políticas universitárias.

Fica evidente que as universidades assumem um papel estratégico, na formação de cidadãos, para atenderem não apenas as necessidades das organizações, mas como espaços de discussão, formação e difusão do conhecimento para a coletividade, e também propiciará um ambiente para a consolidação da democracia e justiça neste país. Se essa função for desempenhada de forma adequada trará o desenvolvimento das regiões do país, bem como criará um processo dinâmico de interlocução permanente com a sociedade (NEDER, 2013).

É preciso destacar que o Brasil caracteriza-se como um país assimétrico, em aspectos econômicos, climáticos, culturais, políticos, sociais, e também educacionais. Mesmo havendo enormes avanços tecnológicos nas últimas cinco décadas, por outro lado, ainda há atrasos gigantescos em aspectos essenciais, sobretudo nas questões de educação, saúde e saneamento básico, fundamentais para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Essas diferenças revelam-se tanto em nível nacional, como regional e local, ou seja, as desigualdades são marcas existentes entre e dentro das próprias regiões, dos estados e nos municípios brasileiros.

Reconhecer essas particularidades regionais brasileiras é ponto fundamental para desenvolver e implementar políticas públicas eficazes, pois ao identificar a fragmentação existente, é possível direcionar ações de forma objetiva que venham atender as demandas localizadas em espaços específicos, e assim, o Estado torna-se efetivo, agindo com precisão de forma a promover o desenvolvimento local, o qual quando construído em bases sólidas, intervém na medida necessária, corrigindo os desequilíbrios sociais, ambientais, educacionais existentes na sociedade.

Nesse contexto, as universidades têm um papel nuclear no desenvolvimento de um país, pois além da formação de pessoal com alto capital intelectual, emerge a sua missão de agregar em torno de si, o Estado, as empresas e os pensadores. Os **governos** têm a função de identificar demandas que poderão fazer parte da sua agenda para formular e implementar políticas públicas. Já **os empreendedores**, com suas inovações em produtos e serviços contribuem para o desenvolvimento local. Enquanto **os pesquisadores** presentes nos debates dos temas pulsantes na sociedade devem levar a reflexão e ação todos os segmentos envolvidos em contribuir com o desenvolvimento local. Dessa forma, a universidade tem um papel fundamental, o qual não pode ser delegado, pois assume a responsabilidade de propiciar iniciativas, como eventos, fóruns, congressos para debater questões que impulsionem esses

atores a serem protagonistas na dinâmica local.

A missão a ser exercida pelas universidades é permeado de desafios internos de gestão e externos na relação de parceria com outras entidades. Nesse sentido, Meyer Jr (2005) considera que as mudanças e também incertezas nos aspectos econômicos, políticos, sociais, educacionais e tecnológicos protagonizados na sociedade atual tem reflexos nas universidades, pois é exigido dessas organizações mais agilidade para responder às demandas externas, e seu desempenho é condição para sua sobrevivência. E acrescenta ainda:

A universidade é considerada uma das mais complexas organizações de nossa sociedade. Criada no século XII constitui-se numa das mais importantes organizações sociais tendo, ao longo de sua existência, enfrentado as mais diversas crises. Essas crises têm sua origem em fatores internos como também em fatores externos. Como uma organização sensível às mudanças do ambiente, muitos dos problemas enfrentados pelas universidades se concentram na sua capacidade de ajustar-se a uma nova realidade, em especial, às demandas de um novo contexto (MEYER JR, 2005, p.374).

Para as universidades federais, de forma particular, a sua missão foi ampliada, pois tem que atender as demandas da sociedade e das diretrizes do próprio governo federal, que inclui o compromisso de reduzir os níveis de desemprego e pobreza, e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento tecnológico (ÉSTER, 2007).

O governo, ao criar o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)², impôs suas regras e a universidade federal não pôde descumprir estas imposições, pois ao aceitar o plano de reestruturação passou a cumprir as determinações da política de expansão e como resultado houve a abertura de vagas, em seguida, o ingresso de milhares de estudantes.

Nessa mesma direção, Andrade (2002) afirma que dentre as organizações atualmente existentes, a missão da universidade apresenta-se como a mais complexa, pois tem que atender as metas institucionais na **pesquisa** – geração de conhecimentos, **no ensino** – transmissão de conhecimentos, e na **extensão** – transferência de benefícios à sociedade. Contudo, ao se observar de forma analítica, é possível constatar que as universidades possuem um campo de atuação mais amplo, pois atua em diferentes espaços com recursos diversos e variáveis diversas.

O interesse em desenvolver a tese que revelasse a importância dos Desafios e

² Neste trabalho estamos considerando apenas a expansão do Ensino Superior. O programa teve sua execução entre os anos de 2007-2012, mas situaremos contextos históricos de políticas relacionadas à expansão que ocorreram antes ou após esse período.

enfrentamentos no processo de interiorização da Universidade Federal da Paraíba (2003 – 2010): uma análise dos cursos criados pelo Reuni a partir das demandas no *Campus* de Areia, advém da necessidade de analisar em profundidade alguns questionamentos, em relação à política de expansão e interiorização do ensino superior público federal, particularmente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na última década, de forma a tematizar o processo de formulação, implementação e avaliação como política pública, que procura consolidar a educação como direito público, torna-se essencial para compreender a implantação de uma política pública.

Justifica-se, também, por perceber ao longo de minha trajetória estudantil o papel do Campus II da UFPB para o desenvolvimento da cidade de Areia- Paraíba, localidade a qual sempre recebeu o mérito de abrigar a antiga Escola de Agronomia. Entre outras razões, esta tese oferece o olhar de uma pesquisadora que nasceu, cresceu e convive próximo a uma fonte de conhecimento, além de visualizar a execução e implantação de uma política pública.

A concepção de que a educação é a principal ferramenta de transformação da sociedade e que nesta visão, a inserção de políticas públicas como ações para diminuir ou eliminar desigualdades de uma sociedade, tem na interiorização do ensino superior público,... a expressão de que políticas públicas ampliam o conceito de ações suavizadoras de desigualdades, pois trazem em si inseridas, oportunidades a uma sociedade antes deprimida, e, agora em pleno desenvolvimento educativo, sócio-econômico e cultural, baseado nos direitos individuais (DA SILVA, 2011, p . 269, 270)

Nesse contexto, a UFPB que remonta a sua criação na década de 1950, conta com mais de 60 anos de existência. Historicamente sempre teve atuação nas principais regiões do estado por meio dos seus *campi* do interior. Pois a Escola de Agronomia do Nordeste localizada na cidade de Areia foi integrada à UFPB em 1968, constituindo o início da interiorização dessa universidade.

No período de 1976 a 1980, consolidou sua estrutura *multicampi*, abrangendo além de João Pessoa e Areia, as cidades de Campina Grande, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras.

Em 2002 foi desmembrada, e os *campi* de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras passaram a constituir a Universidade Federal de Campina Grande. Contudo, em 2005 retoma esse processo de interiorização com a criação do *Campus* IV localizado nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape.

Além disso, foram criados novos cursos de graduação nos *campi* de Areia e Bananeiras. Esta tese vem aprofundar a realidade percebida a partir da visão dos cursos do

Campus de Areia, assim, na análise, estão excluídos o *Campus* III, e os cursos criados no *Campus* do Litoral Norte, tendo em vista que a criação desse *campus* ocorreu sob a vigência do Programa Expandir (2003 – 2006), o qual foi denominado Expansão com Interiorização, e não do REUNI, perspectiva de orientação da tese.

Assim, procurou-se ler as entrelinhas nos discursos oficiais a respeito das políticas voltadas para o ensino superior, a fim de suscitar a discussão em relação à interiorização do referido nível de ensino, nos aspectos que abrangem a criação de cursos nas cidades distantes dos principais centros urbanos. A quem buscou atingir? E com que propósito foram criados? Qual o alcance? Que currículo se propôs? A expansão na sua fase da interiorização caracterizou-se como um processo de democratização do ensino superior? Em que medida isso ocorreu? Que avaliações já foram feitas? O que é possível concluir? Não se pode perder de vista a diversidade e a pluralidade de cada ente federativo, assim como, o caráter identitário. Questiona-se também como foram feitas as escolhas para a implantação de determinados cursos e se atenderam as especificidades locais. Assim como se atenderam aos parâmetros definidos pelo programa norteador da expansão, o REUNI. São questões a serem respondidas em nossa pesquisa e tratadas em nosso estudo.

Para guiar a pesquisa, partiu-se do princípio de que a política de expansão, notadamente das universidades federais, teria sido realizada de forma a atender aos propósitos do governo federal, portanto, uma política de governo, que procurou agir de forma apressada. Dessa forma, encontrou dificuldades apresentadas para mobilizar as estruturas burocráticas para que cumprissem de forma célere os propósitos dos programas de expansão do ensino superior. Mesmo com essas barreiras, essa ampliação de vagas representou um espaço de democratização do ensino, tendo em vista, uma maior possibilidade de atender a população que está distante dos grandes centros e precisa ter acesso à educação superior. No entendimento de Risttoff (2006), na década passada o objetivo era expandir, agora o desafio é democratizar o *campus*.

Algumas inquietações com relação à política de expansão da UFPB por meio da interiorização na última década se fizeram presentes neste estudo. Quais são as principais ideias e concepções construídas, no final do século XX e início deste, que compõe o ensino superior público brasileiro? Qual o cenário do ensino superior público na Paraíba? Que configuração assumiu a UFPB nesse processo de expansão e interiorização? E de outro lado: Quais as conotações e implicações geradas a partir dos Programas Expandir e REUNI, norteadores da expansão? Quais foram os principais alcances e dificuldades na implantação

dos cursos? Como se dá a relação entre o currículo e a diversidade local no cotidiano da UFPB?

Esses questionamentos produziram a questão central da investigação: Quais os fatores condicionantes e determinantes no processo de expansão e interiorização da UFPB nos cursos criados no *Campus* III - Areia na vigência do REUNI?

Pode-se dizer, portanto, como hipótese, que a implementação de uma política pública comporta aspectos quantitativos e qualitativos, que no caso estudado, referem-se respectivamente, à expansão e democratização do ensino superior público. Dentre os aspectos norteadores dos cursos criados por meio do REUNI assumem para os implementadores e avaliadores a predominância da visão unívoca, quantitativa, da expansão, desconsiderando aspectos qualitativos, subjetivos, relacionados à democratização.

A relevância desse texto e, por consequência, da referida tese diz respeito à necessidade de pesquisas que possibilitem outros ângulos analíticos no tocante à implementação de políticas educacionais, a relevância social do estudo reside, ainda, na possibilidade de oferecer análises sobre as condições de oferta de vagas no ensino superior público, de confrontar a própria voz com a regulação instituída pela política pública e com isso, vislumbrar a prática discursiva e realidade percebida pelos implementadores dessa ação governamental.

Diante desse contexto, esta tese tem os seguintes objetivos:

✓ O objetivo geral é analisar a dimensão política nos cursos criados a partir do REUNI no *Campus* de Areia.

Objetivos Específicos:

✓ Analisar os aspectos decisórios políticos nos cursos criados no REUNI, no *Campus* de Areia, relacionados ao atendimento das demandas locais e regionais da sociedade;

✓ Identificar os propósitos que justificaram a criação dos cursos de Química e Medicina Veterinária;

✓ Identificar e analisar os fatores condicionantes e determinantes no processo de expansão e interiorização da UFPB nos cursos criados no interior na vigência do REUNI no *Campus* de Areia.

Portanto, ao estudar o campus do interior da UFPB no contexto da política de expansão do ensino superior público no Brasil, que ocorreu de forma mais acentuada nas universidades federais durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, sua expressão mais concreta por meio do REUNI, é um momento em que se busca descobrir de forma clara, as implicações do conjunto de ações desencadeadas por esse programa, que teve reflexo em todas as instituições federais, mas que cada universidade em face da sua autonomia definiu caminhos diferentes, mas dentro das macro-orientações da política do governo federal.

O *Campus II*, em Areia, oferta atualmente cinco cursos: Agronomia, Zootecnia, Ciências Biológicas, Medicina Veterinária e Química, todos na forma presencial. Dessa forma, o objeto de análise desta tese são os cursos criados no *Campus* de Areia durante a vigência do REUNI, o que totaliza 2 (dois) cursos.

O curso de Bacharelado em Medicina Veterinária é ofertado no regime acadêmico seriado semestral, no turno diurno integral, a duração do curso tem o mínimo de 10 (dez) períodos letivos e no máximo 15 (quinze) períodos letivos, o ingresso ocorre através de duas entradas anuais. A estrutura curricular do curso tem uma carga horária de 4.350 horas, dessas 2.325 horas são de conteúdos básicos profissionais, o qual inclui os estágios obrigatórios e 2.025 horas complementares (CCA, 2016).

O outro curso criado a partir do REUNI no *Campus II* foi o de Bacharelado em Química. Este tem duração mínima de 9 (nove) e no máximo 15 (quinze) períodos letivos, é ofertado no período noturno, com 30 (trinta) vagas por entrada. A estrutura curricular do Curso é de 3.225 horas, distribuídos de 2.685 horas de conteúdos básicos, profissionais e estágio supervisionado e 540 horas de conteúdos complementares (CCA, 2016).

O Curso de Graduação em Química Licenciatura tem um total de 2.940 (duas mil, novecentas e quarenta) horas, equivalentes a 196 (cento e noventa e seis) créditos, com duração mínima de 09 (nove) e máxima de 14 (quatorze) períodos letivos (CCA, 2016).

A fim de oferecer uma tese e propiciar uma discussão sobre a expansão do ensino superior a estruturamos em seis capítulos. Neste primeiro definido como “impressões da pesquisa” fazem parte às principais questões do estudo, inserido na valorização do ensino superior, e suas decorrências para as diversas organizações e pessoas impactadas pelas novas exigências do mercado, com enfoque em particular, as decorrências da expansão do ensino superior para o Brasil.

No segundo capítulo buscou-se analisar as políticas públicas educacionais implementadas no Brasil, relacionadas apenas a expansão do ensino superior, e suas principais decorrências no governo Lula Silva (2003 – 2010) direcionadas para ampliação do ensino superior público, com enfoque no REUNI, programa de maior relevância na expansão e democratização recente nas universidades federais.

Já no terceiro, apontaram-se as delineações do ensino superior público e suas configurações no Estado da Paraíba, sua representatividade nas quatro instituições que ofertam vagas nesse nível de ensino, a UFPB, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

Seguindo para o capítulo quatro, foram analisados resultados do estudo a partir da categoria de análise - política -, no processo de interiorização das universidades federais, de forma específica nos cursos criados a partir do REUNI no *campus* de Areia.

No quinto capítulo que trata da política de expansão e interiorização da UFPB, o Reuni e o Campus de Areia apresentamos a política de expansão na implementação dos Cursos de Medicina Veterinária e Química, assim como, o processo de implementação e criação desses cursos como elementos de democratização do ensino superior público.

O último capítulo mostra as considerações finais, nela fazemos as reflexões que emergiram desta tese a partir das análises do conteúdo da pesquisa, as limitações, e sugestões para futuros estudos que abordem a expansão do ensino superior público nas universidades brasileiras.

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES

Para um país que viu surgir seus primeiros cursos superiores no século XIX (não teológicos) e sua primeira universidade apenas no século XX, não é de estranhar que o governo federal não tenha conseguido promover a democratização do ensino superior em meio ao atraso educacional que aflige a educação brasileira. Vale ainda assinalar que não logrou sequer resolver o problema do atendimento em níveis compatíveis com a riqueza do país além de ter produzido uma privatização e mercantilização sem precedentes, com graves conseqüências sobre a qualidade do ensino oferecido e sobre a equidade, transformando-se muitas vezes em fonte de enriquecimento privado e de clientelismo político PINTO (2004).

Trow (2005) defende que os sistemas de educação superior nas sociedades avançadas seguem uma transição histórica de três fases – começa como um “sistema de elite”, em seguida para o “sistema de massa”, e depois para o “sistema de acesso universal”.

O sistema de elite é aquele que atende até (15%) dos jovens de 18 a 24 anos de idade, quase se constitui de estudantes de classe social privilegiada, cujas marcas distintivas é a formação para o exercício de funções de elite, fica evidente, que há estruturas de proteção e distinção social. Já o sistema de massa, que busca atender de (16%) a (50%) do segmento etário de 18 a 24 anos. Nesse sistema há uma agregação de estudantes de diferentes níveis, sociais, culturais e econômicos, não havendo privilégio para alguns, mas direitos para todos que atendem determinadas qualificações. No sistema de massa, o que se busca é responder às demandas da sociedade, pois a educação é um bem público, pode até haver políticas compensatórias para possibilitar oportunidades iguais, mas tem que atender aos limites impostos pela democracia liberal. O sistema é considerado universal quando o volume de matrículas ultrapassa os (50%) do grupo de 18 a 24 anos, dessa forma o ingresso à educação superior é uma forma de justiça social acessível a todos que concluírem o ensino médio. No sistema universal não há privilégio para a formação de forma exclusiva para as elites, o que emerge nesse cenário é uma grande disputa nas Instituições de Ensino Superior (IES) bem conceituadas, de elite, com cursos altamente disputados (TROW, 2005; GOMES, MORAES, 2012).

Portanto, é possível perceber que o Brasil passou de um sistema de elite para um sistema de massa conforme pode ser observado nos dados da tabela 1, a seguir, resultado da expansão rápida do ensino superior, sobretudo de instituições privadas, mas também pode ser

atribuído às políticas públicas implementadas a partir de 2003 com o aumento significativo de vagas nas Instituições de Ensino Superior Públicas, principalmente nas universidades federais e institutos federais.

Tabela 1 – Evolução da Taxa de Escolarização Líquida na Educação Superior no Brasil

Ano	Percentual
1991	4,3%
1995	5,9%
2000	7,4%
2002	9,9%
2003	10,8%
2005	11,3%
2008	13,9%
2013	18%

Fonte: Mec/Sesu (2015); Gomes, Moraes (2012).

É possível perceber a forma ascendente da taxa líquida de matrícula no ensino superior brasileiro em uma série histórica, que se iniciou em 1991, quando tínhamos (4,3%) dos nossos jovens da faixa de 18 a 24 anos no ensino superior e no ano de 2013 alcançou o patamar de (18%) conforme apresentado na tabela 1.

No primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso esse número era (5,9%), e no final do seu mandato no ano de 2002 era de (9,9%), ou seja, em 8 (oito) anos cresceu quatro pontos percentuais, uma média de meio por cento ao ano, um índice relativamente baixo para esse período, mas sempre ascendente, propiciado sobretudo pela rápida expansão das instituições privadas nesse período.

No período compreendido de 11(onze) anos, 8(oito) do governo Luís Inácio Lula da Silva e três da Presidente Dilma Rousseff, o sistema de ensino superior brasileiro, na perspectiva de Trow (2005), passou de um sistema elitizado para um sistema de massa, pois,

nesse período a taxa de escolarização líquida no Brasil que em 2003 era de (10,8%) chega a 18% no ano de 2013. Esse quadro recente representa avanços significativos nas políticas públicas formuladas e implementadas nesse período, representando eficácia dos programas voltados para expansão e democratização do ensino superior.

O Plano Nacional de Educação vigente (2014 – 2024) propõe na meta 12, elevar a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, então para atingir o patamar esperado, o Brasil terá que aumentar as matrículas nessa faixa, cerca de 15 pontos percentuais em 11 anos, e desse total, deve ser pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (PNE, 2014).

Azevedo (2015) afirma que a educação superior tem passado por dois processos distintos - internacionalização e transnacionalização acadêmica. No primeiro é percebido um espaço dos atores sociais, que detém libido, estão buscando o reconhecimento dos pares situados em diversos ambientes culturais e científicos, visam-se fins comuns, promove a solidariedade entre os povos, pois há entendimento que a cultura e o conhecimento são patrimônios intangíveis da humanidade, e assim contribuem de forma coesa, integrada, unida para o desenvolvimento sustentável. Pois a internacionalização da educação superior, fundamentada na interculturalidade, pode preservar a cultura de diversos povos, grupos, e concomitantemente, é capaz de difundir valores de integração, reciprocidade, solidariedade, liberdade, fraternidade e justiça social.

O ensino superior brasileiro tem se constituído num tema bastante estudado, caracterizado pelos autores sob diferentes perspectivas, Vargas (2015) afirma que o acesso é bastante restrito, Marques e Cepêda (2012) como um espaço estratégico nos processos de transformação social, instrumento capaz de aumentar o discernimento e capacidade crítica da população.

Já com relação à expansão do ensino superior no país, Mancebo (2013) entende que o crescimento ocorreu por meio do fortalecimento contínuo da iniciativa privada desde o período referente à Ditadura Militar. Dias Sobrinho (2013) destaca a privatização de cunho mercantilista como a face mais robusta desse fenômeno, sustentado pela proliferação de mecanismos de venda de serviços educacionais, onde o educando assume o papel de consumidor, um ambiente de tensão alicerçado pela contradição entre elitização e massificação, enquanto Marques e Cepêda (2012) entendem esse processo como uma política pública estratégica, para Leda e Silva Júnior (2013), a profissão docente tem sentido os

reflexos dessa expansão, referem-se a intensificação do trabalho, precarização das relações e também deterioração das condições sociais nas instituições, pois na pós-graduação em particular sob as exigências do produtivismo acadêmico tem levado os professores a adequar-se a esse modelo produtivista.

Sem esgotar a questão, de acordo com Azevedo (2012b; 2015), nessa “economia baseada no conhecimento”³ temos duas faces de uma mesma moeda. Primeiro o proprietário da força de trabalho precisa que seja incorporado aos seus negócios cada vez mais conhecimento, pois o mercado retribuirá com maiores rendimentos, já que inovar os seus produtos e serviços é condição *sine qua non* de sobrevivência da elite diante da acirrada competição, pois precisa continuar no comando. Por outro lado, temos os trabalhadores, referenciado pelo individualismo metodológico, que responsabiliza-o para buscar a sua empregabilidade, que promove uma espécie de darwinismo social. Portanto, nessa perspectiva de economia baseada no conhecimento, não há mudança de paradigma, o sistema mesmo retroalimentado permanece na essência o mesmo, pois continua a submissão do trabalhador ao controle capitalista.

Azevedo (2015) enfatiza que este é um sistema paradoxal, pois aquilo apresentado como alienação do trabalhador, pode propiciar a sua emancipação humana, pois na medida em que os representantes do capital difundem de forma ideológica, incute a retórica da teoria do capital humano, propaga-se o conceito de “empregabilidade” como condição do trabalhador “treinado”, “educado” ser inserido no mercado de trabalho, de forma contraditória, gera a possibilidade de sua emancipação, pois ao incentivar os estudos, a aprendizagem contínua ao longo da vida, o próprio desenvolvimento da economia baseada no conhecimento pode ser um instrumento para romper os “cercamentos”, pode gerar a oportunidade para a emancipação humana.

Nesse sentido, Chaves, Silva Júnior, Catani (2013) fazem uma discussão apontando a profunda crise estrutural do capital, a universidade como o *locus* da produção do conhecimento, assume um papel decisivo para desenvolver a competitividade do setor produtivo das nações na disputa por mercados do capitalismo mundial.

Pois o conhecimento, elemento próprio do ser humano, o qual pode ser incorporado,

³ “Em inglês, *Knowledge Based Economy* - KBE): Estes espaços (países e regiões), de forte atração de acadêmicos (estudantes, professores e cientistas), têm fundamentado suas estratégias de desenvolvimento em modelos que ressaltam a importância do conhecimento, da ciência, da tecnologia e da inovação” (AZEVEDO, 2015, p.70).

transmitido, criado, é uma amálgama fundamental na sociedade, pois é um elemento de solidariedade entre as gerações, pois permite por sua natureza de bem comum da humanidade, gerar soluções para os problemas enfrentados pela sociedade (AZEVEDO, 2012b). A incessante busca pelo conhecimento ultrapassa gerações e é infindável. Na atualidade, a produção acirrada exigida pelo capital humano torna-se cada vez mais uma tarefa árdua em meio a sociedade capitalista e ditada por aspectos neoliberais.

Mancebo (2013) considera que é guiado por essa diretriz que parte das políticas educacionais brasileiras que estão sendo formuladas e implementadas para formar recursos humanos com as capacidades e habilidades direcionadas para a eficiência, o neopragmatismo, a empregabilidade, e por vezes alienada, direcionada em primeiro lugar para atender aos objetivos do mercado, e também produzir conhecimentos que vai ao encontro desta competitividade, o qual se insere no atual modelo de desenvolvimento capitalista.

Diante disso, como o ensino superior está inserido em um sistema cada vez mais complexo. Pode-se perceber o aumento dos cursos de Mestrados Profissionais, assim como nas formações a distância que estão em pleno crescimento, nos arranjos produtivos em pleno processo evolutivo - conglomerados, cooperativas, redes, polos de excelência. Assim sendo, a universidade ver crescer no seu entorno uma série de partes interessadas – empresas, coletividades locais, associações, organizações não governamentais etc. Esses agentes fazem parte de um novo sistema, mais amplo, muito mais dinâmico, mais variado, logo, mais complexo que a universidade faz parte, emergindo novas relações entre os setores públicos e privados (BOUVIER, 2011).

Para Kingdon (1995) reconhecer um problema como de relevância pública, é caracterizado como a etapa inicial do ciclo de políticas públicas, o segundo passo é fazer parte da agenda governamental que resultará nas fases seguintes de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Dessa forma, para que um tema entre na agenda do governo é preciso existir uma janela de oportunidade, que pode advir de um **fluxo de problemas** – indicadores, crise, *feedback* de ações; **fluxo de soluções** – viabilidade técnica, custos, aceitação pela comunidade; e o **fluxo político** – o “clima nacional”, forças políticas organizadas e mudanças no governo.

Nesse sentido, esses aspectos serão analisados na perspectiva de implementação de políticas educacionais voltadas para o ensino superior, a partir de 2007, governo do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Nas dimensões relativas ao fluxo de problemas, pode-se destacar com relação aos **indicadores**, o diagnóstico constante no Plano Nacional de Educação (PNE), para o período 2001 a 2010, que identificou os baixos índices de acesso à educação superior no Brasil, quando a porcentagem de jovens matriculados na faixa de 18 a 24 anos no ensino superior era de menos de (12%), uma situação desfavorável comparado com outros países da América Latina, a exemplo do Chile (20,6%), Venezuela (26%) e Bolívia (20,6%) (PNE, 2001). O referido plano previa elevar a taxa de jovens naquela faixa etária para (30%) até o ano de 2010, porém a realidade é que este indicador estava em (17%) da população (ANDIFES, 2012). Assim sendo, o cenário que se apresentava para a educação superior era de haver necessidade de expansão, tanto no setor público quanto privado, e que de fato ocorreu. Pois foram lançados programas pelo governo federal para aumentar as vagas em universidades federais com destaque para o Plano de Expansão com Interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no âmbito público, e no privado, destaca-se a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Já com relação à crise, acentuava-se à época o processo de desmantelamento das universidades federais vivenciado durante o governo de FHC (1995 – 2002), dessa forma, havia a necessidade de recompor essas instituições.

A crise da universidade pública anunciada no início do século XXI é decorrente da diminuição considerável do financiamento público e da privatização do ensino. A situação nos países em desenvolvimento é mais grave, que sob a influência do modelo liberal, os alunos quem devem financiar seus estudos, muitas vezes a elevadas taxas de juros, a exemplo do Chile (SILVA, 2010).

Lima (2014) destaca que nessa abordagem de crise que o Brasil se encontrava no início dos anos noventa, desgastado pelo plano econômico neoliberal que se traduziu em políticas educacionais caracterizadas como um modelo de qualidade quantificada, tendo em vista que as ações fossem traduzidas em eficiência e eficácia, nas dimensões de financiamento e gestão.

Mesmo enfrentando crises, como afirma Santos (2008), a universidade, sobretudo a pública, precisa responder de forma eficaz, mas também criativa, aos desafios do século XXI.

Marback Neto (2007), por sua vez, identifica a crise na universidade brasileira, mas afirma que o vilão não é apenas o capital, tendo em vista, que é preciso avaliar o papel da universidade para que esta cumpra o seu principal papel, beneficiar a sociedade, e em particular as IES públicas, que são subvencionadas por todos os contribuintes.

Em 2003, havia 3.3887.022 alunos matriculados em cursos de graduação no ensino superior brasileiro, desses, 1.136.370 estavam em instituições públicas, cerca de (30%) das matrículas e 2.750.652 em instituições privadas, aproximadamente (70%) das matrículas. Isso comprova a direção que seguiu a educação superior brasileira de ser majoritariamente privada, sobretudo a partir da década de 1980, pois nessa década foi ampliada sob a orientação neoliberal e principalmente no governo de FHC. Já com relação ao número de instituições de ensino superior no ano de 2003 havia um total de 1.859, sendo 207 públicas (11%) e 1.652 privadas (89%) (SILVA, 2010).

Já com relação ao aspecto fluxo de ações, apresenta-se inicialmente a viabilidade técnica. Referente **aos custos** percebeu-se claramente as limitações que foram impostas às universidades federais no governo de FHC com a diminuição sucessiva de custeio e investimento, ou seja, uma crescente desresponsabilização com o financiamento da educação superior pública.

Carvalho (2006, p. 4) sintetizou o cenário da educação superior no fim do governo de FHC:

A política concretizou-se pelo sucateamento do segmento público, devido à redução drástica do financiamento do governo federal e à perda de docentes e de funcionários técnico-administrativos, associados à compressão de salários e orçamentos. A situação tornou-se mais crítica, pois o crescimento da produtividade ocorreu, através de abertura de turmas no período noturno e do aumento de alunos em sala de aula, sem a reposição adequada do quadro funcional.

Sousa Júnior (2011), aponta que no período de 1995 a 2002, houve um ajuste político-econômico muito forte no Estado brasileiro, sob a égide do pensamento neoliberal, com privatizações e restrições de gastos públicos. O governo priorizou o ensino fundamental, enquanto a educação superior pública ficou em segundo plano, pois as universidades federais tiveram seus orçamentos para custeio e pessoal contingenciados, o que levou ao sucateamento da sua infraestrutura e a desvalorização dos recursos humanos das instituições federais de ensino superior. Nelson Amaral (2003) mostrou de forma bastante objetiva esse período de limitações orçamentárias das IFES, pois estas tiveram uma redução de recursos na ordem de 25,3% para manutenção da máquina administrativa, e mostra também que essa queda ocorreu

em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), ao Fundo Público Federal (FPF) e da arrecadação de impostos. De acordo com Amaral (2003, p. 187) “os recursos em relação ao PIB caíram de (0,97%), em 1989, para (0,64%), em 2002 (34% de queda); em relação às despesas correntes do FPF, passaram de (5,70%), em 1989, para (3,17%), em 2002 (44% de queda)”.

Em contraponto, com medidas que buscavam ampliar o acesso ao ensino superior público, o governo Lula protagonizou uma série de medidas com o objetivo de promover a formação em nível superior a diversas pessoas por meio da política educacional materializada por meio de programas como o Expandir no ano de 2005, e principalmente o REUNI a partir de 2007.

Inicialmente o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Expandir, desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior que tinha o objetivo de ampliar o acesso às universidades federais por meio da interiorização, com a previsão de investir R\$ 592 milhões até 2006, criação de dez novas universidades, sendo duas a partir do desmembramento de outras já existentes, seis a partir de faculdades e escolas especializadas e duas do prelúdio, e por último, 43 novos *campi* em diversas regiões do país (SOUSA JÚNIOR, 2011; ZAGO, 2014).

O Programa Expandir, para atingir o seu objetivo, além da construção e consolidação de novos campi, aconteceu de forma bastante peculiar. Podemos detalhar em outras palavras que na sua implementação houve também processos de desmembramento de uma universidade federal em outra, transformações de escolas e faculdades federais em universidades, e criações de universidades novas para chegar ao cenário anterior descrito.

No aspecto referente **à aceitação pela comunidade**, especificamente à universitária, o governo criou no ano de 2003 um Grupo de Trabalho Interministerial⁴ (GTI) que tinha a missão de analisar a situação da educação superior brasileira e depois propor um plano de ação. O resultado desse trabalho foi um documento denominado de “Reforma da Educação Superior” – reafirmando princípios e consolidando diretrizes”, que fez o seguinte diagnóstico:

⁴ Esse GTI foi composto por 12 membros envolvendo os seguintes órgãos com dois representantes de cada: Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda (OTRANTO, 2006).

A diversidade - administrativa e acadêmica - do sistema não obedece, até o presente momento, a qualquer forma de planejamento, de modo que disparidades regionais, sociais e de qualidade vêm se perpetuando com a expansão de instituições nos últimos anos, fortemente marcada pela presença do setor privado [...] Para alcançar as metas propostas pelo Plano e revigorar o papel estratégico da Educação Superior no Brasil, faz-se necessário aprofundar o debate, definir princípios e diretrizes e, por fim, repactuar as normas que orientam todo o sistema [...] o sistema público é restrito, tanto em número de matrículas quanto na capacidade de contemplar a diversidade regional, social e étnica do país em sua dinâmica. Expandir a oferta de vagas com qualidade e inclusão social é o desafio urgente para todo o sistema de ensino superior, com especial responsabilidade dos sistemas públicos, particularmente do sistema federal [...] O sistema não público teve uma expansão desordenada, o que favoreceu o fortalecimento de uma visão mercantilista da educação, em absoluta contradição com os princípios que a definem como bem público [...] o processo da Reforma deve gerar marcos regulatórios para todo o sistema, recuperando o papel do Estado como normatizador e fiscalizador da Educação, recolocando a educação, em especial a Universidade, no centro de um projeto de desenvolvimento econômico e social, combatendo as desigualdades regionais, eliminando privilégios de acesso e reafirmando direitos multiculturais em um embate sem trégua contra a exclusão (BRASIL, 2004, p. 2-3)

Dessa forma, percebe-se claramente na análise feita pelo GTI um cenário catastrófico da educação superior, sobretudo para as IFES, produzida pela crise fiscal do Estado e sua suposta limitação em realizar novos investimentos. Mas a crise, não se restringia somente às IFES, pois as instituições privadas, mesmo com uma expansão recorde no governo FHC advinham as ameaças como os altos índices de inadimplência, e também no aumento da desconfiança na qualidade da formação ofertada (TRÓPIA, 2009).

As propostas sugeridas pelo governo para enfrentar as crises no ensino superior brasileiro não foram bem recebidas por alguns segmentos, portanto não houve consenso sobre as medidas a serem implementadas.

Nesse aspecto, o governo recebeu o apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e Movimento dos Sem Universidades (MSU), estes apoiaram a política do PROUNI e das cotas. Já os integrantes da UNE, apoiaram a “reforma universitária” proposta pelo governo Lula de forma mais ampla, pois como entidade militante de caráter ideológico, defenderam os seguintes aspectos - a regulamentação do ensino privado; criticou a mercantilização da educação superior como foco nos riscos à desnacionalização da educação superior ; ampliação de vagas públicas, assim como mais verbas para o ensino superior público; e mais recursos para a assistência estudantil (TRÓPIA, 2009).

No Brasil, tivemos nas últimas décadas avanços significativos relacionados à oferta de ensino em todos os níveis. Portanto, quanto mais estudantes concluem o ciclo básico – ensino fundamental e médio – mais haverá demanda pelo ensino superior, e foi essa a dinâmica que

se apresentou como desafio para os governos, sobretudo a partir da década de 1990. E a resposta foi a formulação e implementação de políticas públicas de acesso ao ensino superior, que nesse contexto começaram no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e continuaram com Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2014). Para Barbosa e Mendonça (2014) foi notadamente nos governos de FHC e Lula que na política de educação superior entraram em vigor a privatização do ensino superior por meio da expansão, diversificação e interiorização.

A trajetória inicial das ações do governo Lula foi de encontro, em parte, da política gerencial do governo de FHC, sobretudo na valorização da universidade pública. A educação superior desde 1995 não recebia significativos investimentos estatais, pois foi considerado como um serviço não exclusivo do Estado, mas no governo Lula passou a fazer parte da sua agenda governamental (ZAGO, 2014).

2.1 Políticas Públicas Educacionais no Brasil (2003-2010)

Neste capítulo são apresentadas e discutidas algumas políticas públicas educacionais formuladas e implementadas pelo governo federal no período do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) a respeito do ensino superior. A análise partiu de documentos oficiais, legislação e estudos já realizados na área, para entender o processo de expansão do ensino superior no Brasil na última década e sua configuração nas universidades federais, sobretudo nos *campi* do interior.

Desde a década de 2000, várias iniciativas de reorganizar e melhorar o ensino superior vem sendo experimentadas no Brasil. Um número significativo dessas tentativas inclui a implementação de programas para propiciar formação acadêmica, principalmente visando incluir grupos desfavorecidos, e com o objetivo de alcançar as metas previstas no Plano Nacional de Educação Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

Com o Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - é notável que das 20 metas apresentadas, apenas três diz respeito à educação superior (graduação e pós-graduação). A meta 12 tem (vinte e uma estratégias), a meta 13 tem (nove estratégias) e por último a meta 14 com (quinze estratégias). Todavia, no PNE 2001-2010

havia 34 metas referentes à educação superior sem a indicação de estratégias por metas, demonstrando fragilidades para a sua execução.

A meta 12 (doze) busca elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para (50%) e a taxa líquida para (33%) da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta, sendo pelo menos (40%) dessas novas matrículas no segmento público. Já na meta 13(treze) almeja elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para (75%), no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, (35%) doutores. Ao passo que a meta 14(catorze) irá elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres 25.000 doutores (PNE, 2014).

Após o regime democrático na década de 1980, as políticas de ensino superior vêm se afirmando como oportunidade para classes desfavorecidas, principalmente nos dois governos do ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, e mais recentemente, o governo de Dilma Rousseff. Mesmo com algumas ações direcionadas a essa modalidade de ensino, e almejando reenquadrar a universidade pública no projeto de desenvolvimento social do país, pode-se afirmar que o Brasil presenciou consideravelmente mudanças neste segmento educacional, mas está distante de resolver problemas que se arrastam há décadas neste país referentes à universalização do ensino superior.

Estes problemas históricos estão relacionados ao passado colonial, as dependências financeiras internacionais, o conservadorismo, as ditaduras, o autoritarismo, as ações liberais e neoliberais⁵ que marcaram de forma efervescente o atraso deste país, em especial, da educação. Foram os problemas citados acima que geraram desigualdades e iniquidades sociais, econômicas, culturais e políticas, estas, por sua vez, geraram outros impactos em relação aos direitos básicos do cidadão.

Os espaços abertos para o ensino superior apontam propostas fundamentais no tocante a um projeto educacional de caráter democrático e popular. Dentre estas propostas destacou-se a política de expansão das universidades públicas federais.

As conquistas marcantes no governo Lula e Dilma referem-se à ampliação do direito à educação e o desenvolvimento de padrões mais elevados de justiça social, um maior

⁵ Neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas políticas-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2008, P. 12).

compromisso público como a educação através do incremento no investimento; e a ampliação da democracia (GENTILI, 2013).

Os ex- governos, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016), assumiram uma agenda voltada para a ampliação do direito a educação com desafios a superação das desigualdades, da exclusão, do racismo e das múltiplas formas de discriminação existentes na sociedade brasileira.

A expansão universitária possibilitaria maior acesso à educação a populações excluídas dela, cumprindo seu dever democrático. O Brasil vivenciaria uma política pública com enfoque e abrangência de forma acelerada a fim de prover a tão esperada democratização do ensino superior.

A expansão da educação superior recente nas universidades públicas federais foi uma estratégia do MEC através de dois programas criados no governo Lula: Programa de Expansão da Educação Superior Pública (EXPANDIR, 2004 - 2006), e o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais (REUNI, 2007-2012), foco da pesquisa.

Deve-se apontar ainda, que outros mecanismos subsidiários surgiram com o Reuni, como o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Sistema de Seleção Unificada (Sisu), e o Sistema de Cotas.

O Programa Reuni foi consolidado por meio de diversas universidades federais, entre elas, objeto de estudo dessa tese, a Universidade Federal da Paraíba visando atender a expansão do ensino superior.

Essa ampliação de vagas esteve associada à interiorização, com criação de novos *campi*, bem como a criação de novos cursos nas unidades já existentes. A nossa tese é que a interiorização da UFPB com os cursos criados a partir do Reuni, atendeu as demandas do Campus de Areia - Paraíba.

Observando alguns números inerentes a expansão do ensino superior, faz jus destacarmos os dados da Tabela 2 apresentada a seguir. Esses números mostram o impacto da expansão do ensino superior no Brasil nas matrículas no período de 2003 – 2014, que contemplam o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, e o início do primeiro mandato da ex-presidente Dilma Vana Rousseff, consequência da implementação dos

programas do governo federal, que propiciaram mais alunos matriculados em instituições públicas, e, sobretudo privadas.

Tabela 2 – Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – Brasil – 2003 – 2014

Ano	Matrículas nos Cursos de Graduação					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
2003	3.936.933	1.176.174	583.633	465.978	126.563	2.760.759
2004	4.223.344	1.214.317	592.705	489.529	132.083	3.009.027
2005	4.567.798	1.246.704	595.327	514.726	136.651	3.321.094
2006	4.883.852	1.251.365	607.180	502.826	141.359	3.632.487
2007	5.250.147	1.335.177	641.094	550.089	143.994	3.914.970
2008	5.808.017	1.552.953	698.319	710.175	144.459	4.255.064
2009	5.954.021	1.523.864	839.397	566.204	118.263	4.430.157
2010	6.379.299	1.643.298	938.656	601.112	103.530	4.736.001
2011	6.739.689	1.773.315	1.032.936	619.354	121.025	4.966.374
2012	7.037.688	1.897.376	1.087.413	625.283	184.680	5.140.312
2013	7.305.977	1.932.527	1.137.851	604.517	190.159	5.373.450
2014	7.828.013	1.961.002	1.180.068	615.849	165.085	5.867.011
Fonte: MEC/Inep (2015)						

É possível observar o crescimento significativo de matrículas totais, quando em 2003 estavam matriculados na graduação 3.936.933 passando para 7.828.013 em 2014, um aumento de (99%) no período de 12 anos, o que mostra avanços quantitativos no processo claro de massificação do acesso ao ensino superior no Brasil.

Ao observar esses números de forma analítica, constata-se que em 2003, 1.176.174 (30%) de matrículas na graduação estavam nas instituições públicas, enquanto 2.760.759 (70%) estavam matriculados em instituições privadas. Já em 2014, foram realizadas 1.961.002 (25%) matrículas nas instituições públicas, e 5.867.011 (75%) das matrículas estavam concentradas nas instituições privadas. Dessa forma, houve uma retração de cinco pontos percentuais, mostrando que mesmo com enormes avanços dos programas dos governos no

aumento de vagas nas instituições públicas, de forma relativa diminuiu a sua participação, o que significa um processo continuado de expansão e privatização do ensino superior brasileiro.

O objetivo principal da formulação e implementação de políticas públicas de educação superior é aumentar o número de alunos que conseguem acessar esse nível de ensino, e um dos indicadores da eficácia dessas políticas é por meio de indicadores e um dos principais parâmetros é a taxa de matrícula. Nesse sentido, Barros (2015, p. 365) destaca que,

A taxa de matrícula o principal indicador de inclusão no Ensino Superior, analisaremos, a partir daqui os principais limites e perspectivas de aumento equitativo desse acesso. Para melhor explicar este cenário, focalizaremos algumas políticas públicas e suas ações de maior destaque, dentre elas: a ampliação de vagas públicas e a interiorização das IES – que tem ocorrido tanto no nível federal quanto no estadual; a ampliação do financiamento aos estudantes via novas políticas de financiamento, o estímulo à modalidade a distância, as políticas e os programas de inclusão e de ações afirmativas.

A maior oferta de vagas na graduação ocorre no setor privado de ensino superior, a expansão desse setor apresenta sinais de esgotamento, principalmente pela saturação de mercado em várias profissões e pela inadimplência de segmentos sociais incapazes de arcar com o custo da educação superior (ANDIFES, 2012).

Assim como, a ampliação de vagas foi proposta por meio dos Programas Expandir e Reuni, que já tiveram seus ciclos encerrados, resta o desafio das universidades em consolidar esses programas e sustentar as estruturas criadas para abrigar um número maior de alunos em toda a sua estrutura.

Para compreender as configurações das políticas educacionais implementadas pelo governo federal a partir da década de 2000 faz-se necessário descrever a realidade do campo político, ou jogo político como afirma Bourdieu (2011, p. 201),

Um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças. Em um campo como o campo político ou o campo religioso, ou qualquer outro campo, as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado. Isso coloca uma questão: qual é a definição da força? Em que consiste ela e como é possível transformar essas relações de forças? Outra questão importante: quais são os limites do campo político?

O campo de forças é uma constante luta. No cenário educacional vivenciamos a luta pelo conhecimento. O embate se dá justamente pelo capital humano. Não existe fim para a capacitação profissional e as relações de forças se tornam cada vez mais acirradas. Detêm-se o conhecimento de forma crescente numa constante busca.

A implantação de uma política educacional não é vista como uma parte integral da formulação da política, mas como algo a ser feito depois, por acréscimo. Assim, ela não seria valorizada por ser considerada uma simples sucessão de decisões e interações resultantes de ações governamentais (PEREZ, 2010).

É importante examinar a implementação de uma política pública, assim como, seus resultados e se de fato funcionam, no sentido de perceber os processos operados para identificar se políticas alcançarem, ou não, os efeitos desejados. Em vista desse cenário, é preciso reforçar a necessidade de acompanhar atentamente os resultados dessa política pública que visa contribuir com a elevação da escolaridade e profissionalização do cidadão, que emergem de um contexto marcado por inúmeras transformações sociais e hegemônicas no Estado brasileiro.

Este estudo busca apresentar ou pontuar, de forma incipiente, avanços e/ou acertos da política educacional voltadas para o ensino superior no período (2003-2010) visando apontar elementos que sirvam para a discussão sobre o tema. Deste modo, buscará identificar aspectos resultantes de ações governamentais na implantação de uma política de expansão do ensino superior. E para situá-la é necessário compreender a política de expansão implementada pelo governo Luis Inácio Lula da Silva.

2.1.1 O Governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e a expansão do ensino superior

A expansão da educação superior no Brasil, e, em especial, na UFPB, não pode ser discutida sem que se tenha presente o cenário e o contexto em que ela surge, ou seja, deve-se ter presente o tempo e o espaço em que está inserida. São mais de sessenta anos de trabalho, dedicação e inserção de profissionais na sociedade.

Após um período marcado por pouca oferta de vagas para o ensino superior, o governo federal lançou a partir do ano de 2003 um conjunto de iniciativas que fizeram parte de políticas públicas de educação superior com o objetivo de oferecer acesso a educação

superior, conforme estava previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 10. 172 de 09 de janeiro de 2001, que buscava diminuir as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país, visando atingir 30% da faixa etária de 18 a 24 anos no período de dez anos.

Nas últimas décadas, no Brasil, as políticas de Estado e do Governo Federal na área educacional foram mais consistentes e buscaram a eficácia. Ocorreram avanços na universalização da educação básica, na expansão, na reestruturação e melhoria do ensino superior, mas ainda está aquém das condições de uma educação de qualidade que o Brasil necessita para realmente se transformar em um país desenvolvido (ANDIFES, 2012). Esse cenário imprimiu uma nova lógica ao sistema educacional do país, na medida em que possibilitou a criação de vários tipos de instituições, ampliou o espaço de participação do setor privado na expansão do ensino superior no país e oportunizou a criação de novos cursos, com ênfase na modalidade de educação a distância (CASTRO, 2011).

Um dos desafios para o Brasil alcançar o pleno desenvolvimento, está em investir fortemente na ampliação de sua capacidade tecnológica e na formação de profissionais de nível médio e superior. Atualmente vários setores industriais e de serviços não se expandem na intensidade e ritmos adequados ao novo papel que o país desempenha no cenário mundial por se ressentirem da falta desses profissionais, pois “sem uma sólida expansão dos cursos de pós-graduação com qualidade, por outro lado, não se conseguirá que nossas universidades e centros tecnológicos atinjam o grau de excelência necessário para que o país dê o grande salto para o futuro” (ANDIFES, 2012, p. 9).

Com a legitimação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº. 9.394/96 e com os Decretos dela resultantes, mudaram o perfil do ensino superior no país. Foi registrado um elevado incremento do setor privado nesse nível de ensino, seguido por uma grande flexibilização das estruturas e das formas das instituições e dos cursos. Essas transformações passaram a exigir uma reorganização do sistema de educação do país com caráter mais flexível e abrangente. Essa lei criou as condições no país marcadamente pela diversificação institucional, pelo estímulo à privatização, diferenciação de cursos, características fortemente recomendadas pelos organismos internacionais, dentre eles, a Unesco e o Banco Mundial (CASTRO, 2011).

O investimento no ensino superior aumentou durante o governo Lula, ao mesmo tempo em que houve muito incentivo à parceria pública - privada e a intensificação dos

investimentos privados nesse setor. A expansão foi viabilizada no início do governo de Fernando Henrique Cardoso quando da implementação da reforma geral do Estado, que tinha como finalidade a reestruturação e a modernização do Estado (CASTRO, 2011).

Tabela 3 – Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa – Brasil – 2003-2014

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2003	1.859	79	84	3	78	86	1.490	39	a
2004	2.013	83	86	3	104	104	1.599	34	a
2005	2.165	90	86	3	111	105	1.737	33	a
2006	2.270	92	86	4	115	119	1.821	33	a
2007	2.281	96	87	4	116	116	1.829	33	a
2008	2.252	97	86	5	119	100	1.811	34	a
2009	2.314	100	86	7	120	103	1.863	35	a
2010	2.378	101	89	7	119	133	1.892	37	a
2011	2.365	102	88	7	124	135	1.869	40	a
2012	2.416	108	85	10	129	146	1.898	40	a
2013	2.391	111	84	10	130	140	1.876	40	a
2014	2.368	111	84	11	136	136	1.850	40	a

Fonte: Mec/Inep (2015)

A expansão das instituições de ensino superior no Brasil foi bastante significativa no período 2003 – 2014, quando passou de 1.859 para 2.368 instituições em 12 anos, um aumento de (27%).

Analisando com maior profundidade esses números, percebe-se que em 2003, apenas (11%) 207 eram instituições públicas, dessas 79 eram universidades, 3 centros universitários, 86 faculdades, e 39 institutos federais e Centros de Educação Tecnológica (Cefets). As

instituições privadas, por outro lado, concentravam (89%) 1.652 instituições, dessas 84 eram universidades, 78 centros universitários e 1.490 faculdades.

O Censo da Educação Superior de 2014 registrou 2.368 instituições de ensino superior no Brasil. No segmento público foram contabilizadas 298 instituições, (12,6%) do total, sendo 111 universidades, 11 centros universitários, 136 faculdades, e 40 institutos federais e Cefets. No segmento privado em 2014 havia 2.070 instituições (87,4%) do total, sendo 84 universidades, 136 centros universitários e 1.850 faculdades.

É possível perceber o crescimento das instituições públicas no período 2003 – 2014, as universidades públicas passaram de 79 para 111, aumento de (40%) - do governo federal foram criadas nesse período 18 novas universidades - centros universitários de 3 para 11, as faculdades de 86 para 126, aumento de (46%) e institutos federais e Cefets de 39 para 40.

No setor privado no período considerado, o número de universidades permaneceu inalterado no período de 12 anos. Os centros universitários passaram de 78 para 136, aumento de (74%), o número de faculdades passou de 1.490 para 1.850 (24%).

A democratização da educação superior também se deu por meio da educação a distância (EAD), pois permite mais oportunidades aos antes excluídos: jovens e adultos da classe trabalhadora, portadores de deficiência e milhares de professores, mesmo em salas de aula, e demais profissionais, possibilitando uma educação continuada de qualidade. Dessa forma, “é possível oferecer a milhares de brasileiros, independentemente ou apesar dos locais onde vivem oportunidades de cursar uma universidade” (ANDIFES, 2012, p.9).

A expansão da EAD no Brasil também foi uma possibilidade de expansão superior, mas apresenta, de fato, contradições importantes sobre a qualidade do ensino, denotando algumas das estratégias do poder público para o incremento dos índices de acesso a esse nível de ensino.

Ainda com relação à expansão da EaD, dois temas são recorrentes: a democratização do acesso ao ensino superior e a necessidade da formação dos profissionais da educação, como fator para melhoria da qualidade social do ensino. Importante frisar que nas propostas, no âmbito da formação dos profissionais da educação, abarca as duas dimensões que são consensuais, afins e intrínsecas em se tratando da formação do professor: a inicial e a continuada.

Um dos pontos que merecem prudência na tomada de decisão de uma política pública, com relação a EaD no ensino superior, para além das especificidades e singularidades

intrínsecas a ela, vêm acompanhadas, quase sempre, do que seriam possibilidades e limites de seu uso. O fator expansão do ensino superior, em seu caráter mais amplo, enseja movimento perturbador e desafiante, no que tange esse nível de formação.

O governo federal desde 2003 tem implementado políticas públicas para o enfrentamento da necessidade de expansão e democratização do ensino superior, então foram lançados programas como o Programa **Expandir**, o Programa Universidade para Todos (**ProUni**) por meio da Lei 11. 096, de 13 de janeiro de 2005, concedendo bolsa de estudos nas instituições privadas de ensino superior, somado ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (**Fies**), Sistema de Seleção Unificada (**Sisu**), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (**Reuni**) instituído por meio do Decreto N. 6. 096 de 24 de abril de 2007, Universidade Aberta do Brasil (**UAB**) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica (BRASIL/MEC, 2012).

Durante o governo Lula (2003-2010) ocorreu uma mudança no direcionamento de políticas que fomentam o acesso ao ensino superior no Brasil, esses programas procuraram demarcar a intervenção pública na democratização do acesso a este nível de escolarização (PEREIRA e SILVA, 2010).

O governo lançou uma política de igualdade de oportunidades ao ensino superior para uma sociedade desigual, conforme o conceito de desigualdade de sociedade de Bobbio (1995), e tenta nivelar essas desigualdades lançando políticas afirmativas. Supõe-se que o processo de formulação das políticas públicas estatais necessita considerar as desigualdades estruturais presentes na sociedade, de modo a garantir a igualdade substantiva dos indivíduos que se apropriam de forma desigual dos recursos socialmente produzidos (PEREIRA; SILVA, 2010).

É possível perceber o avanço acelerado, e muitas vezes sem medidas, da quantidade das instituições privadas, que foram promovidas no final do governo FHC e nos dois mandatos do ex-presidente Lula da Silva. Essa expansão atende a uma lógica mercantilista do mercado educacional. A partir desses delineamentos, Lima (2011) aponta que as análises das políticas dos governos FHC e Lula evidenciam um processo de continuidade de reformas neoliberais na educação superior no Brasil.

No entendimento de Lima (2011), não há imposições de organismos internacionais ou subordinação, mas um “compartilhamento” na forma de gerir a educação, identificada como um “ensino terciário”. Essas imposições vêm se estabelecendo essencialmente a partir

da década de 1990, quando o Estado claramente passou a assumir pauta da agenda neoliberal para o delineamento da educação no Brasil.

Com estes dados, pode-se visualizar o crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) no período entre os anos de 2001 a 2010, que demarcam o término do Governo FHC e os dois mandatos do ex-presidente Lula. Verifica-se que as IES públicas passaram de 183 (cento e oitenta e três) em 2001 para 278 (duzentos e setenta e oito) em 2010, um crescimento estimado em 52%, enquanto as IES privadas se destacaram com aumento de aproximadamente 74% no mesmo período, somando 2100.

Tabela 4 – Panorama da Expansão no ensino superior público (2002 – 2014)

	2002	2014
Universidades Federais	45	63
<i>Campus</i>	148	321
Cursos de Graduação Presencial	2.047	4.867
Vagas Graduação Presencial	113.263	245.983
Matrículas Graduação Presencial	500.459	932.263
Matrículas Educação a Distância	11.964	83.605
Matrícula Pós-Graduação	48.925	203.717

Fonte: Mec/Sesu (2015)

No período 2002 a 2014 foram criadas 18 novas universidades, passando de 45 Universidades Federais no ano de 2002 para 63 no ano de 2014, que representou um aumento de 40% em 13 anos, assim como a ampliação no número de *Campus* que passou de 148 para 321, um aumento de cerca 117% nesse período. A partir dessa ampliação foi aumentado o número de municípios atendidos pelas universidades que em 2003 era de 114 para 237 no final de 2011, período em que marca o início do processo de interiorização das universidades federais no governo do ex-presidente Lula (MEC, 2012; 2015).

Essas nuances que se fizeram presentes no ensino superior, mesmo que não tenham impactado diretamente na Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, implicaram em abertura de espaços para o desenvolvimento de formações e ofertas de vagas para professores da educação básica de escolas públicas em Cursos de Licenciatura, Mestrado Profissional, Cursos de Aperfeiçoamento, entre outros, oferecidas em universidades públicas.

A criação de uma universidade é momento ímpar para um Estado, sobretudo os mais carentes, pois representa um espaço concreto da democratização do ensino superior, do acesso ao conhecimento, tendo em vista que essas instituições transformam-se em um lócus da formação intelectual e de cultura. Podemos considerar que gera um retorno econômico, não apenas para o Estado, o desenvolvimento local é notório. A cidade tenta adequar-se a novas demandas do mercado, como oferecimento de moradias, hotelaria, supermercados, transportes, serviços de atividades fins, etc.

A seguir veremos na tabela as universidades criadas no período de 2003 a 2014.

Quadro 1 – Universidades Federais criadas no período 2003 - 2014

IFES	NOME DAS IFES	REGIÃO	ANO DA CRIAÇÃO
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas	SE	2005
UFVJM	Universidade Fed. dos Vales Jequitinhonha e Mucuri	SE	2005
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	SE	2005
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido	NE	2005
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	S	2005
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC	SE	2005
UFGD	Fundação Universidade Fed. de Grande Dourados	CO	2005
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	NE	2005
UFCSPA	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	S	2008
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa	S	2008
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul	S	2009
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará	N	2009
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana	S	2010
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira	NE	2010
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia	NE	2013
UFESBA	Universidade Federal do Sul da Bahia	NE	2013
UNIFEPPA	Universidade Federal do Sul Sudeste do Pará	N	2013
UFCA	Universidade Federal do Cariri	NE	2013

Fonte: Mec/Sesu (2015)

No período de 12 (doze) anos o governo federal na sua política de expansão com interiorização criou 18 novas universidades federais distribuídas por todas as regiões do país como apresentado no quadro 2. Esse acréscimo acelerado injetou na sociedade brasileira uma quantidade relevante de profissionais, bem como, de empregos no setor público.

Tabela 5 – Expansão das Universidades Federais e Campus por Região (2002 – 2014)

REGIÃO	Universidades			Campus		
	2002	2014	% de crescimento	2002	2014	% de crescimento
NORTE	8	10	25%	24	56	133%
NORDESTE	12	18	50%	30	90	200%
SUL	6	11	83%	29	63	117%
SUDESTE	15	19	27%	46	81	76%
CENTRO-OESTE	4	5	25%	19	31	63%

Fonte: Mec/Sesu (2015)

As 18(dezoito) universidades federais criadas no período (2002 – 2014) contemplaram todas as regiões do país, mas com destaque para região nordeste com 6(seis) e sul com 5(cinco), seguido pelo sudeste com 4(quatro), norte com 2(duas), e por último o centro-oeste com apenas 1(uma).

2.1.2 O REUNI – expansão e democratização

Podemos afirmar que estudar e analisar a interiorização da UFPB por meio do Reuni, inicialmente como possibilidade de expansão no campus do interior, nos permitiu vislumbrar a implementação de uma política pública, bem como a sua avaliação e seus impactos a partir de uma análise com foco na dimensão política.

O REUNI foi uma política de adesão, pois tem trazido benefícios importantes para as universidades. Para entender como se deu a criação da proposta do REUNI e compreender os

seus aspectos políticos, é importante conhecer a sua relação com a conjuntura internacional de ensino superior, bem como alguns aspectos legais.

Objetivando atender as necessidades almejadas pela iniciativa governamental, o Governo Federal lançou uma série de programas que visavam realizar esta expansão, não só quantitativamente como também qualitativamente. Foram criadas catorze novas universidades públicas, além de se realizar a expansão de novos *campi* nas universidades públicas existentes, por meio do REUNI. Também foram sendo criados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia– IFETs e também tem sido realizado um incremento da educação superior a distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB, com a criação de vários polos em todo país, inclusive em regiões até então desprivilegiadas. Na tentativa de atender ao setor privado, o governo lançou o Programa Universidade para Todos – PROUNI, que está sendo ampliado e agora atuando juntamente ao Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, aumentando assim a possibilidade de financiamento para os alunos.

O REUNI, dentre os diversos objetivos, destacam-se a criação de estratégias para ampliação do acesso e permanência nas universidades federais, consolidação de políticas educacionais nacionais de expansão do ensino superior público, entre outros.

O REUNI foi um programa do governo federal brasileiro que teve como meta o apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais. Tratou-se de uma proposta de ampliação de investimentos nas universidades federais, com criação de novos *campi* e cursos, também a ampliação de vagas nos cursos existentes, com uma proposta de expansão e democratização do ensino superior público no país, em contraponto ao período restritivo dessas instituições que passaram ao longo dos anos 1990, década de ações consideradas neoliberais ocorridas no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com relação aos aspectos legais de seu surgimento, o REUNI faz parte do Plano Nacional de Educação (PNE), que tinha como ideal a educação como direito de todos e um fator de desenvolvimento social e econômico no país que visava a melhoria das universidades em diversos aspectos, sobretudo a criação de novos cursos e o aumento de vagas no período noturno.

O Decreto Nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi motivado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo era duplicar a oferta de vagas

no ensino superior público. Mas o REUNI assume como meta ampliar o acesso e a permanência no ensino superior, nos seguintes termos:

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (BRASIL, 2007).

Tendo terminado sua implantação em 2012, o REUNI veio como um programa de apoio a expansão e reestruturação das Universidades Federais, pois as universidades necessitavam de respaldo financeiro para se renovarem, tanto no plano estrutural, quanto no plano organizacional e acadêmico. A renovação buscava induzir eficiência na rede federal de educação superior, que se expressaria por meio de duas metas claras: ampliação do acesso, com a elevação da relação professor /aluno e aumento da taxa de diplomação dos cursos de graduação. De acordo com o Artigo 2 do Decreto, o REUNI propôs as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Segundo Neder (2003), o processo de expansão das universidades federais por meio do programa REUNI foi operacionalizado levando-se em consideração três dimensões, a saber: política, pedagógica e de infraestrutura.

Para Neder (2013) **a dimensão política**, compreende a análise estratégica da expansão das universidades federais de forma a democratizar o acesso ao ensino superior com o aumento no número de vagas, criação de *campi* e cursos, com direcionamento na interiorização do ensino superior no Brasil.

Na segunda vertente, **a dimensão pedagógica**, Neder (2013) destaca que neste aspecto, o programa REUNI visava contribuir na questão didático-pedagógica, tendo em vista a proposta de estimular a mudança de paradigmas, que possibilitou a criação de novos arranjos curriculares. Insere-se também nesse contexto o Programa Nacional de Assistência

Estudantil (PNAES), que por meio de recursos dão sustento às ações de apoio aos estudantes, na permanência e sucesso acadêmico.

Para Barros (2013) nos aspectos relacionados à educação superior têm acontecido mudanças na forma de pensar os cursos de graduação, tendo em vista, os direcionamentos das políticas educacionais na busca de melhor qualidade no ensino, isso significa reestruturá-lo para atender as demandas da sociedade.

A Constituição de 1988 no Artigo 207, estabeleceu a autonomia universitária, ao determinar que as universidades gozam de autonomia didático-científica e que deve obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A educação brasileira nas últimas duas décadas tem passado por grandes reformulações, com a inserção de novos preceitos legais que direcionam os projetos pedagógicos dos cursos, buscando transformar o sistema educacional brasileiro. O REUNI definiu orientações a serem seguidas no processo de ampliação da oferta do ensino superior público.

Dentre as dimensões delineadas pelo REUNI destacam-se duas que merecem destaque, pois estão relacionados a aspectos pedagógicos inovadores que as universidades federais poderiam implementar.

1. Reestruturação Acadêmico-Curricular, pautada nos seguintes eixos norteadores:

- ✓ Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade;
- ✓ Reorganização dos cursos de graduação;
- ✓ Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
- ✓ Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e
- ✓ Previsão de modelos de transição, quando for o caso.

2. Renovação Pedagógica da Educação Superior, alicerçadas nos seguintes aspectos:

- ✓ Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
- ✓ Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;

- ✓ Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.

As dimensões delineadas pelo Reuni trouxe em sua pauta diversos aspectos de formas de organização que demandaram mudanças aceleradas nas ações de desenvolvimento institucional. Essas medidas exigiram processos acelerados e caminharam devido a autonomia pedagógica, e institucional da UFPB.

O Mec (2009) propôs inovações acadêmicas e pedagógicas que desdobraram-se em ações e estratégias descritas nos Planos de Reestruturação e se realizaram não só por meio de investimentos diretos do programa, mas por um conjunto de programas associados, como por exemplo PNAES.

Sobre essa etapa do processo de expansão a ANDIFES (2012), por sua vez, destaca a dimensão pedagógica, afirmando que esse aspecto cumpre um papel importante no processo de formação do estudante, pois propicia modelos curriculares mais flexíveis e um maior protagonismo durante o curso, o que inclui projetos pedagógicos que possam articular a graduação e a pós-graduação, e assim possa acontecer na formação curricular como um princípio fundamental de maior integração da teoria com a prática.

No terceiro aspecto, da infraestrutura estão contemplados os investimentos realizados na área física, em itens como laboratórios, salas de aula, bibliotecas, Restaurante Universitário (RU), auditórios, espaços administrativos e multifuncionais, áreas esportivas etc.

O Programa REUNI pode ser caracterizado como uma Política Educacional e, diante da crise e reforma do Estado e os novos paradigmas da gestão foi considerado como um novo padrão de intervenção do Estado, sintonizado com o discurso da Nova Gestão Pública. Esta Nova Gestão visa reinventar a administração pública de modo a garantir uma maior equidade, controle de gastos, melhoria da eficiência e produtividade (PAULA, 2011).

No Estado brasileiro, o cenário da crise, a forma burocrática de administrá-lo gerou algumas mudanças, no que tange aos sistemas educacionais, então se buscou realizar inovações atendendo ao novo modelo de gestão pública. As diretrizes estabelecidas para o REUNI apresentam uma sintonia com as propostas de inovações gerenciais de Reforma do Aparelho do Estado, uma vez que o REUNI é um programa que contribuiu para que as instituições de ensino superior federais repensem suas práticas de gestão, de modo a garantir

que as demandas atuais da sociedade fossem efetivamente alcançadas. Ele se encontra diretamente ligado à Nova Gestão Pública, pois tenta dar respostas à crise do sistema de ensino superior brasileiro (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010).

No que diz respeito à conjuntura internacional de seu surgimento, cabe mencionar que as propostas de reformas do Estado em muitos países surgiram para dar conta de demandas cada vez mais complexas, exigidas pela sociedade globalizada e estas afetaram a realidade brasileira (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010).

A influência para atender as necessidades do mercado tem afetado a liberdade acadêmica e a autonomia institucional, que são encaradas como obstáculos à lógica empresarial, e consideradas como técnicas de gestão, subordinadas ao novo paradigma da educação. Isso tem levado a avaliação do ensino baseada apenas em dimensões quantitativas, como a medição de resultados, que procura identificar as imperfeições e subjetividades. Caracteriza-se então, como uma natureza política reguladora de avaliação do ensino superior, onde aparece a competitividade e a standardização, que servem aos propósitos dos novos modos de regulação emergentes, induzidos pela reforma do Estado.

No Brasil, as reformas universitárias ocorridas na recente história das políticas públicas, foram fundamentadas na política externa, ou seja, por modelos estrangeiros, a exemplo da reforma de 1968, que sofreu influência da universidade norte-americana e da reforma dos anos 90, inspiradas no liberalismo ortodoxo do Banco Mundial.

A proposta da Universidade Nova no Brasil, também implica na transformação da arquitetura acadêmica das universidades públicas, na busca pela superação de desafios e na correção de imperfeições. Para Lima (2008), o REUNI possibilitou a materialização da Universidade Nova e tem sido uma forma de estimular a concorrência entre as universidades federais, como uma competição de regularidades e de busca de identidade ao modelo sugerido pelo MEC, já que o REUNI condiciona o financiamento ao cumprimento de metas previamente acordadas.

Na direção de apontar os benefícios do REUNI o programa deu diretrizes para o desenvolvimento institucional, na direção de melhorar o processo formativo de forma a atender melhor as expectativas do aluno e do mercado que irá absorvê-lo. Além disso, o REUNI contribuiu com suas diretrizes no desenvolvimento da educação no país como um todo, pois ao aumentar o número de universidades federais, cresce também o processo de

formação em todos os níveis promovendo a articulação entre ensino básico, graduação e pós-Graduação.

Outro aspecto positivo foi que o REUNI possibilitou uma melhor organização das universidades, por terem de planejar e prever suas ações, preocupando-se com o preenchimento das vagas ociosas, bem como com a diminuição da evasão. O REUNI também influenciou a região onde foi inserido, desempenhando um papel importante no seu desenvolvimento. Sendo assim, o REUNI tem suscitado algumas discussões sobre sua verdadeira eficácia, mas fica inconsistente qualquer afirmação negativa sem comprovação concreta de seus malefícios, pois o principal indicador positivo desta ação governamental no governo de Lula tem sido a democratização do acesso ao ensino superior de parte da população brasileira que não tinha perspectiva de cursar uma universidade pública, tendo em vista o crescente número de alunos que concluem o ensino médio, e por consequência uma demanda maior pela universidade, mas o número vagas ofertadas permanecia estável nas universidades federais.

Pode ser constatado que o REUNI, através de suas diretrizes, tem contribuído para a construção do espaço público democrático na universidade. A partir da expansão de vagas, principalmente as noturnas, possibilitou que os jovens e adultos passassem a ter maior possibilidade de ingresso no ensino superior, especialmente os que trabalham durante o dia, e permitiu que a classe estudantil tivesse contato com diversas áreas do conhecimento de forma dinâmica, ampliando o contato social com diferentes realidades. Muitos puderam contar com os programas de inclusão social e assistência estudantil como suporte para sua permanência e um melhor desenvolvimento acadêmico. Houve, também, articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica, pois permitiu que o processo formativo se desse de forma mais integrada, contínua e em menor tempo.

Um dos reflexos negativos da expansão das universidades federais foi a intensificação do trabalho docente, pois de acordo com o Art. 1 do Decreto do REUNI, que teve como meta aumentar a relação alunos por professor durante a vigência do plano. Portanto, esse processo de ampliar as vagas e consequentemente o número de alunos foi muito bem desenhado pelos formuladores da política pública, entretanto, não teve a devida atenção os impactos dessa explosão quantitativa do *campus* nas atividades da classe docente.

Para Gregório (2013), esse programa foi um ataque à qualidade do trabalho docente, pois através de um discurso sofisticado, que enfocou a necessidade da expansão e

democratização do acesso à universidade, encobriu faces perversas do projeto que gerou opressão dos trabalhadores docentes, pois um dos reflexos foi o aumento de forma excessiva a sua carga horária. Essa reconfiguração trouxe inúmeras consequências para o professor universitário como elencou Gregório (2013):

1. A precarização do trabalho docente;
2. A intensificação do regime de trabalho docente;
3. Aceleração da produção docente;
4. O trabalho docente flexível e multifacetado;
5. Novas responsabilidades administrativas do professor;
6. Escassez de tempo para produção de textos.

Pensar a natureza do trabalho docente no Ensino Superior em sua articulação com a dinâmica social no contexto do avanço da globalização constitui um desafio, pois o discurso neoliberal, expressão ideológica do momento atual, direciona a compreensão do modo como se configura a exploração do trabalhador. Vale ressaltar, ainda, a educação desqualificada e precária aos interesses do capital. Incentiva, também, a refletir sobre o papel da universidade e o trabalho docente como possibilidade concreta de mediação dos interesses da maioria discriminada, exatamente porque a prática pedagógica emerge de contextos reais e em constante transformação.

Nessa realidade do cotidiano docente de múltiplas funções, incorporadas ao longo do tempo por imposições das instituições de ensino superior, ou por necessidade de progressão e desenvolvimento na carreira foi implementado o REUNI nas universidades federais, desconsiderando o impacto que esse programa traria para a classe docente.

Nesse sentido, Vilela, Garcia, Vieira (2013) identificaram que há no trabalho intenso do docente crescente demandas de - pesquisa, extensão, encargos administrativos e publicações científicas – as quais provocam uma sobrecarga levando ao estresse e adoecimento, em alguns casos, vale ressaltar.

Aos docentes que fazem parte de programas de pós-graduação, a configuração do trabalho é mais complexa, pois as exigências são ainda maiores, conforme descreve Leda e Silva Júnior (2013, p. 212):

Os programas são avaliados e os professores também são avaliados pela instituição por meio da pós-graduação e do processo de avaliação de cursos do Ministério da Educação. Os critérios para credenciamento nos programas seguem os critérios de avaliação dos programas. Os programas são analisados pela produção dos docentes e isto os leva à submissão de um modelo de pesquisa. Este gerenciamento da universidade pública se consolidou no início da década de 2000 e no início da atual mostra sua perversidade, levando os professores à exaustão.

Dessa forma, argumenta Mancebo (2007), o trabalho docente assume um novo olhar que lhe é imposto, pois tal atividade antes privilegiada em relação aos ditames do capitalismo comparado a outras áreas, o panorama mudou, a lógica capitalista se apresenta forte nesse campo de trabalho, exigindo das universidades o seu projeto, mas urgente é atenuar o sofrimento do trabalho docente.

Portanto, a atividade docente assume um paradoxo, como descreve Mancebo (2007, p. 79) “o trabalho docente constitui-se num lugar contraditório que suscita a um só tempo, sobretrabalho e prazer; assujeitamento e captura acrítica dos envolvidos para as novas demandas colocadas para a universidade, mas também espaço para invenções, pensamento e crítica”.

Então, o REUNI pode ser considerado uma política educacional de significativos impactos na comunidade acadêmica realizada nos governos de Lula e Dilma, pois buscou ampliar no período de cinco anos o número de vagas nas universidades federais, mesmo não resolvendo a complexidade dos problemas de acesso e permanência no ensino superior público no Brasil podendo indicar um começo para novas políticas públicas governamentais que propiciem o aumento da escolaridade da população brasileira, de forma especial, os jovens conforme propostas nos planos nacionais de educação.

No próximo capítulo, trabalharemos o ensino superior público e suas configurações na Paraíba.

3 O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E SUAS CONFIGURAÇÕES NA PARAÍBA

3.1 O Ensino Superior Público na Paraíba

O ensino superior público na Paraíba é ofertado por 4 (quatro) instituições, (3) três federais, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Instituto Federal da Paraíba -IFPB), e 1(uma) estadual (Universidade Estadual da Paraíba – UEPB).

Quadro 2 – Oferta de Ensino Superior Público na Paraíba

Instituição	Sigla/Ano da criação	Total de <i>Campi</i>	Municípios que possuem <i>Campus</i>
Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba	IFPB - 2008	11 (onze)	João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Picuí, Guarabaira, Patos, Monteiro, Princesa Isabel, Sousa, Cajazeiras.
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB - 1966	8 (oito)	Campina Grande, Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, Monteiro, Patos e Araruna.
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG - 2002	7 (sete)	Campina Grande, Patos, Sousa, Cajazeiras, Cuité, Pombal e Sumé.
Universidade Federal da Paraíba	UFPB - 1960	4 (quatro)	João Pessoa, Areia, Bananeiras e Litoral Norte.

Fonte: UFPB/UEPB/UFCG/IFPB (2016)

Percebe-se que as quatro IES públicas da Paraíba somam 30 *campi* com atuação em 20 cidades do Estado, ou seja, em (9%) das cidades tem pelo menos um *campus* que oferta a educação de nível superior.

Nesta primeira edição de 2016, de acordo com o MEC foram ofertadas 228.071 vagas em 6.323 cursos em 131 instituições públicas de ensino superior, esse número representou um aumento de 10,9% em relação ao ano de 2015, quando foram ofertadas pelo Sisu 205.514

vagas. Destaca-se em números de vagas a região nordeste em primeiro lugar com 90.110 e depois o Sudeste com 61.047.

A seguir temos uma tabela que ilustra esses números de vagas por Estados.

Tabela 6 – Número de vagas por Estados no SISU - 2016

Estado	Vagas
Minas Gerais – MG	30.395
Rio Grande do Sul – RS	18.365
Rio de Janeiro – RJ	16.425
Paraíba – PB	15.349
Pernambuco – PE	13.573

Fonte: SISU (2016)

O Estado da Paraíba destaca-se em nível nacional com relação ao número de vagas ofertadas em instituições públicas ocupando a quarta colocação conforme a tabela 6 apresentada. O destaque se dá, entre outras razões, principalmente, por ter sido um Estado onde os níveis econômicos traduzem a necessidade de investimento educacional, bem como, o atendimento a demanda que necessita dessas vagas.

Tabela 7 – Número de Vagas no Sisu das Instituições de Ensino Superior Públicas da Paraíba – 2016

Instituição	Vagas
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	7.700
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	3.244
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG	3.135
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB	1.300
Total	15.379

Fonte: UFPB/UEPB/UFCG/IFPB

O ensino superior na Paraíba insere-se no contexto de expansão no Brasil. Em 2016, esse número foi de 7.700 vagas ofertadas pelo SISU, mesmo havendo uma redução, continua sendo a principal instituição de ensino superior pública do estado da Paraíba a oferecer o maior número de vagas, conforme tabela 7.

É importante atentarmos para o número de matrículas, pois, nem sempre corresponde a oferta de vagas. Faz jus observarmos a tabela 8 que ilustra esses dados.

Tabela 8 – Número de Matrículas de Graduação Presencial por Categoria Administrativa (Pública e Privada), segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – Brasil – 2014

Região/Unidade da Federação	Número de Matrículas Presencial		
	Total	Pública	Privada
Nordeste	1.378.920	527.984	850.936
MA	122.282	48.988	73.294
PI	95.962	42.623	53.339
CE	228.348	75.606	152.742
RN	110.523	48.246	62.277
PB	127.845	68.789	59.056
PE	224.784	84.497	140.287
AL	82.170	36.237	45.933
SE	69.098	26.220	42.878
BA	317.908	96.778	221.130

Fonte: Mec/Inep (2015)

Considerando o número de matrículas na graduação presencial na região nordeste em 2014, o primeiro lugar é assumido pelo Estado da Bahia (23%), seguido pelo Estado do Ceará (17%) e Pernambuco (16%). A Paraíba com (9%) vem em quarto lugar, em seguida o Maranhão com (9%), o Rio Grande do Norte com (8%), Piauí com (7%), Alagoas com (6%), e por último, o Estado de Sergipe com apenas (5%) das matrículas.

Entretanto, é possível observar que o Estado da Paraíba é o único do Nordeste que tem mais alunos matriculados na graduação presencial em instituições públicas, 68.789 matrículas (54%) das matrículas do Estado, enquanto nas instituições privadas tiveram 59.056 matrículas 46% do Estado. Portanto, de forma proporcional, a Paraíba é o Estado do Nordeste que mais oferece oportunidades de ingresso no ensino superior público presencial.

No Brasil, além da Paraíba, apenas os Estados do Pará, Tocantins e Roraima vivenciam essa realidade, mais alunos matriculados no ensino superior público que em instituições privadas. Essa relação é detalhada na Tabela 9 a seguir.

Tabela 9 – Razão de matrícula por rede (privada/pública) nos cursos de graduação presenciais, por Unidade da Federação – Brasil - 2014

Estado	Razão de matrícula por rede (privada/pública)
SP	5,3
DF	4,6
RO	3,9
ES	3,4
RS	3,2
RJ	3,0
MG	2,7
Brasil	2,6
GO	2,5
MT	2,4
BA	2,3
AP	2,2
PR	2,1
CE	2,0
MS	2,0
AM	1,7
PE	1,7
SE	1,6
MA	1,5
AC	1,3
RN	1,3
AL	1,3
PI	1,3
SC	1,1
PA	0,9
TO	0,9
PB	0,9
RR	0,9

Fonte: Mec/INEP (2015)

É possível observar a predominância do segmento privado em relação ao público no ensino superior brasileiro. A média, no Brasil, é que havia (2,6) alunos matriculados na rede privada para cada aluno matriculado na rede pública nos cursos presenciais no ano de 2014, evidências clara do processo irreversível de privatização do ensino superior. Na análise por Estado, observa-se que na maioria dos estados brasileiros (22) e no Distrito Federal tem mais alunos nas instituições privadas que públicas, com apenas quatro exceções, conforme

apresentado na Tabela 9, os estados do Pará, Tocantins, Paraíba e Roraima tinham mais alunos matriculados nas instituições públicas.

3.2 A Universidade Federal da Paraíba

A UFPB que remonta a sua criação na década de 1950, conta com mais de 60 anos de existência. São mais de seis décadas a serviço da população paraibana. Durante esse período, a sociedade pôde verificar a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão. Além de receber profissionais qualificados e aptos para exercer suas funções no mercado de trabalho.

Historicamente sempre teve atuação nas principais regiões do Estado por meio dos seus *campi* do interior. A UFPB, de certa forma, também contribui com o desenvolvimento local onde seus *campi* são instalados.

Vale destacar, no campus II, que a Escola de Agronomia do Nordeste localizada na cidade de Areia foi integrada à UFPB em 1968, constituindo o início da interiorização dessa universidade. No período de 1976 a 1980, consolidou sua estrutura *multicampi*, abrangendo além de João Pessoa e Areia, as cidades de Campina Grande, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras (UFPB, 2016).

Em 2002 foi desmembrada, e os *campi* de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras passaram a constituir a Universidade Federal de Campina Grande. Contudo, em 2005 retoma esse processo de interiorização com a criação do *Campus IV* localizado nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape. Além disso, foram criados novos cursos de graduação com o REUNI a partir de 2007 nos *campi* de Areia e Bananeiras.

Conta atualmente com quatro *campi*: *campus I*, na cidade de João Pessoa; *campus II*, na cidade de Areia; *campus III*, na cidade de Bananeiras; *campus IV*, nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape. Há 16 centros, 2.431 docentes de terceiro grau efetivos em atividade, 3.590 técnico-administrativos ativos, 114 departamentos, 139 cursos de graduação, 39.744 alunos estudantes de graduação, desses 32.000 no ensino presencial e 7.744 no ensino a distância. Na pós-graduação são 104 cursos, dos quais 66 de Mestrado e 38 de Doutorado, que no ano de 2014 contava com aproximadamente 3.618 estudantes na pós-graduação *stricto sensu* (PRG; PRPG, 2016).

Com relação aos *campi* do interior é possível desmembrar esses números para identificar a representatividade dos *campi* II, III e IV.

Quadro 3– Total de docentes e técnico-administrativos na UFPB – capital e interior

UFPB	Capital	Campi do interior			Total
	<i>Campus I – João Pessoa</i>	<i>Campus II – Areia</i>	<i>Campus III – Bananeiras</i>	<i>Campus IV – Litoral Norte</i>	
Docentes	2.081	119	82	153	2.431
Técnico-administrativos⁶	1.250	176	131	55	1.612

Fonte: Elaborado a partir de dados da UFPB (2016)

A partir desse quadro é possível perceber que 2.081(86%) dos docentes da UFPB estão lotados no campus I, na cidade de João Pessoa, sede da universidade, enquanto, 354 (14%) pertencem aos três *campi* localizados no interior do estado. Já com relação ao técnico-administrativos há em termos proporcionais também uma concentração no Campus I, com 1250 (77%), e nos *campi* do interior 362 (23%).

3.2.1 A Política de Expansão da UFPB no Campus II de Areia - Paraíba

A política de expansão da educação superior público para o interior brasileiro teve grande impulso nos últimos 12 anos consequências das políticas educacionais implementadas. A UFPB, por sua vez, que ao longo de sua história sempre teve atuação nas principais regiões do Estado da Paraíba por meio dos seus *campi* do interior.

A UFPB destaca-se como a maior instituição de ensino superior da Paraíba, e uma das maiores da região Nordeste, conta atualmente com quatro *campi*: campus I, na cidade de João

⁶ Os técnico-administrativos que estão lotados nos Centros, logo estão excluídos os que estão lotados na Administração Central (1.100) e Hospital Universitário (875).

Pessoa; *Campus* II, na cidade de Areia; *Campus* III, na cidade de Bananeiras; *Campus* IV, no Litoral Norte, criado em 2006 nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape. Sobre esse *Campus* criado no processo de expansão com interiorização, Nascimento destaca a sua relevância (2015, p.64):

Verificou-se que a UFPB se posicionou de forma bastante positiva na criação do *Campus* do Litoral Norte na política de expansão do ensino superior público federal. Ao definir que nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape seria implantado um *campus*, fez com que esses municípios entrassem no mapa da inclusão da educação de nível superior e contribuiu decisivamente para que mais pessoas que residem na região que abrange o *Campus* do Litoral Norte tivessem acesso a esse nível de ensino.

Com relação aos últimos anos, com a adesão ao REUNI do Governo Federal, a UFPB conseguiu dobrar de tamanho e, hoje, já é a instituição de ensino superior do Norte e Nordeste do país a oferecer o maior número de vagas no seu processo seletivo. Em 2005, a UFPB oferecia cerca de 3.700 vagas por ano. Para 2012, foram 8.020 vagas distribuídas pelo Processo Seletivo Seriado (PSS) e pelo ENEM/SISU, e em 2016 foram 7.700 vagas.

No tocante a sua criação e ao longo de toda sua história, a UFPB vem cumprindo papel fundamental na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão. Na esfera da educação superior, a UFPB tem o reconhecimento social como resultado de sua histórica contribuição, tanto para o avanço científico e tecnológico regional, quanto para a formação de quadros profissionais de excelência para o Estado da Paraíba e para o restante do país, com destaque para a Região Nordeste.

Pode-se afirmar que no ensino de graduação, de 2005 para 2011, o número de cursos aumentou de 50 para 104. O número de estudantes matriculados aumentou de 18.759 para 29.629. No ensino de pós-graduação, o número de cursos de Mestrado aumentou de 32 para 50 e os de doutorado de 470 para 1.290.

No que diz respeito à Extensão, a UFPB também é referência atuando em oito áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. A instituição oferece o Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) para estudantes de graduação. As fontes de financiamento da extensão vêm de recursos da própria UFPB, de editais do Ministério da Educação (MEC), a exemplo do PROEXT, além de incentivos da Petrobrás e Banco do Nordeste.

Com a expansão, a UFPB contava no período 2014.1 com 39.744 alunos matriculados nos cursos de graduação. Já com relação à Pós-Graduação, de acordo com a Pró-Reitoria de

Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG) no mesmo ano conta com aproximadamente 3.618 alunos. O conceito atribuído aos 58 programas de pós-graduação variam entre 3 e 6 de acordo com a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e o programa que se destacou na última avaliação foi o de produtos Naturais e Sintéticos.

Sendo assim, pode-se afirmar que a UFPB tem direcionado ações para atender a demanda de que tem buscado a formação acadêmica, a qual tem sido confirmada com a significativa quantidade de cursos criados na graduação e pós-graduação (NASCIMENTO, 2015).

3.2.2 Reflexos do Reuni para a Expansão da Pós-Graduação na UFPB

Pretende-se com este tópico discutir sobre a articulação entre a graduação e a atratividade de ingressos na pós-graduação. Esse reflexo de vagas está presente nas Diretrizes do Reuni na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Assim, busca-se mostrar como o ensino de pós-graduação nessa instituição tem crescido nos últimos anos, propiciado pelo aumento de estudantes da graduação nas instituições públicas e privadas, bem como pela necessidade de maior formação de profissionais graduados e que estão atuando no mercado de trabalho para quem têm surgido oportunidades nos Mestrados Profissionais.

Nesse sentido, no entendimento de Risttof (2006, p. 45) "se a palavra de ordem da década passada foi expandir, a desta década precisa ser democratizar". Uma vez que não basta falar apenas em expansão do *campus*, pois esta não é suficiente, há de se falar também em democratização do *campus*.

Assim como, a ampliação de vagas foi proposta por meio dos programas Expandir e Reuni, nas universidades públicas federais, que já tiveram seus ciclos encerrados, resta o desafio neste momento dessas instituições de consolidar esses programas e sustentar as estruturas criadas para abrigar um número maior de alunos. Já para a pós-graduação *stricto sensu* o desafio é outro, é expandir com criação de novas vagas nos cursos existentes, bem como a criação de novos cursos de Mestrado e Doutorado acadêmicos e Mestrado Profissional.

Discutir sobre a pós-graduação, como lugar precípua do conhecimento e da decorrente centralidade da pesquisa, é, no mínimo, uma tarefa árdua e complexa devido à diversidade de sua estrutura e organização. É necessário entender pelo menos o atual contexto da educação

superior no Brasil, tendo-se em conta fatores de ordem econômica, social, cultural entre outros.

O sexto Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 tem um horizonte temporal de 10 anos sinalizando uma ampliação da visão em relação aos planos anteriores. No início do plano, é feito um resgate histórico dos outros planos com destaque para o antecessor que teve a sua vigência até 2010. Em seguida, é feito de forma analítica um diagnóstico da situação atual da pós-graduação no Brasil e bem como a sua projeção para os próximos anos. Também é destacado, no referido documento, a assimetria existente entre as regiões brasileiras.

Neste sentido, a pós-graduação tem sido um esteio indispensável à formação de recursos humanos de alta qualificação e à produção de conhecimentos necessários para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Esse desenvolvimento possibilita ao país a atualização de saberes e a busca sistemática e metódica do conhecimento de ponta. Para tanto, esse esforço combinou o crescimento de programas dentro do país com uma grande internacionalização de formação doutoral. Essa internacionalização, conquanto mais concentrada em alguns países, vem se diversificando e formando doutores, atualizando-os pelos estudos de pós-doutorado e fazendo com que nossos pesquisadores e, por eles, nossas instituições possam se comunicar com seus para congêneres no Brasil e no exterior (CURY, 2004, p. 781).

No VI PNPG foram definidos seis temas centrais (Avaliação, Inovação, Internacionalização, Redes e Associações, Inter e Multidisciplinaridade e Educação Básica), que deverão nortear a implementação de ações até 2020 para se tornarem mais efetivos os resultados esperados para a pós-graduação no Brasil frente a esses eixos.

Cury (2004) afirma que deve haver uma relação de circularidade virtuosa entre os níveis de graduação e pós-graduação, mas deve-se promover melhoria na primeira, que conduzirá a um mais alto desempenho em sua profissionalização e permite que tenhamos estudantes mais bem preparados para uma atuação dinâmica na pós-graduação.

É nesse cenário vislumbrado por Cury (2004) que a UFPB tem seguido. Sua estratégia é a expansão, além de ampliar o ensino de graduação tem expandido a pós-graduação, a fim de oferecer à sociedade profissionais com o maior nível de capacitação. Dessa forma foi identificado uma sintonia nas ações na expansão da pós-graduação *stricto sensu* da UFPB alinhada aos planos nacionais da pós-graduação. Essa medida confirma o atendimento da demanda que tem se formado em torno dessa universidade, a qual também aumentou a quantidade de cursos criados, sobretudo nos últimos dez anos.

A pós-graduação na UFPB será discutida a partir de contexto da inserção dessa instituição no cenário, local, regional e nacional, em especial, tentar-se-á fazer algumas considerações sobre as tendências e os caminhos pelos quais tem definido os seus rumos na pós-graduação brasileira.

Propõe-se, ainda, refletir, através da apresentação e da apreciação de alguns dados sobre o funcionamento da educação superior, a fim de que se possa chegar a alguns delineamentos sobre as redefinições que seguirá o ensino da pós-graduação na UFPB, ou seja, a sua orientação estratégica, seguida a partir do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tem o objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para avançar nas propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

De acordo com a CAPES, a UFPB possui 57 (cinquenta e sete) programas de pós-graduação conforme pode ser visualizado no Quadro 5 a seguir. São programas distribuídos nas diversas áreas do conhecimento oferecidas na instituição, além de oferecer aos alunos da graduação a possibilidade de prosseguimento dos estudos em sua área de formação acadêmica.

Quadro 4 – Mestrados e Doutorados reconhecidos da UFPB

UF	IES	Programas e Cursos de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
		Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
PB	Universidade Federal Da Paraíba/Areia - Areia	5	3	0	0	2	7	5	2	0
PB	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	51	20	3	5	23	74	43	26	5
PB	Universidade Federal da Paraíba/Rio Tinto	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UFPB		57	24	3	5	25	82	49	28	5

Fonte: MEC/CAPES/SNPG - Data da última Atualização: 23/05/2014

Legenda: M - Mestrado Acadêmico; D – Doutorado; F - Mestrado Profissional; M/D - Mestrado Acadêmico/Doutorado

Com relação ao número de alunos matriculados na pós-graduação, de acordo com as informações da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG) da UFPB, no ano de 2014,

contava com 2.408 alunos do Curso de Mestrado e 1.210 alunos do Curso de Doutorado, perfazendo um total de 3.618 alunos na pós-graduação *stricto sensu* nos seus 57 programas.

O conceito de avaliação desses programas variam entre 3 e 6 de acordo com a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, portanto na UFPB não tem nenhum programa com o conceito 7 (sete), que é a avaliação máxima da CAPES.

Mesmo assim merece destaque o único programa da UFPB avaliado com o conceito 6 (seis), pela CAPES, que é o de Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos oferecido pelo Centro de Ciências e da Saúde, no Campus I. Já com o conceito 5 (cinco) destaca-se 10 (dez) programas, correspondendo a 18% de todos os programas de pós-graduação da UFPB. Com relação ao número de programas alguns cursos com o conceito 4 (quatro) concentram uma parte significativa dos programas perfazendo um total de 22 (vinte e dois), representando 38% do total. Já os programas com conceito 3 (três) concentram a maioria da UFPB, totalizando 24 (vinte e quatro), representando 42% dos programas atualmente existentes.

Pode-se perceber que a política de expansão almejada pelo Reuni refletiu na pós-graduação de forma positiva, além de permitir o acesso à graduação abriu possibilidades ao egresso para continuar investindo em sua capacitação. Resta aos Programas o desafio de manter a sua estrutura para oferecer a esses egressos um número maior de vagas. Vale lembrar que o trabalho docente torna-se alvo para que essa expansão possa acontecer.

No próximo capítulo, vamos apresentar os caminhos norteadores da análise dos dados da pesquisa.

4 Caminhos norteadores da análise dos dados da pesquisa

Esta tese que tem o tema - Desafios e enfrentamentos no processo de interiorização da Universidade Federal da Paraíba (2003 – 2010): uma análise dos cursos criados pelo Reuni a partir das demandas no *Campus* de Areia e que se consolidou em afirmar que a interiorização da UFPB com os cursos criados a partir do Reuni, atendeu as demandas do Campus de Areia-PB, seguiu a categoria de análise definida *a priori*, que está contemplada no processo de expansão das universidades federais na última década, segundo Neder (2003), a dimensão política, pedagógica e de infraestrutura. Devido à abrangência e complexidade dessas dimensões, optou-se por estudar a dimensão política.

Para Neder (2013) **a dimensão política**, compreende a análise estratégica da expansão das universidades federais de forma a democratizar o acesso ao ensino superior com o aumento no número de vagas, criação de *campi* e cursos, com direcionamento na interiorização do ensino superior no Brasil.

A metodologia foi guiada partindo das orientações temáticas da implementação de políticas educacionais de expansão do ensino superior público, que induziu a escolha da abordagem qualitativa para o tratamento metodológico da problemática a ser investigada.

A definição do *corpus* da pesquisa foi realizada inicialmente a partir da seleção de textos e documentos que tratem da expansão do ensino superior no Brasil. As principais fontes da análise documental foram os documentos dos Planos Nacionais de Educação, o relatório do REUNI elaborado pela UFPB, e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), dados da Pró-Reitoria de Graduação (PRG) e coordenações de cursos, relatórios de gestão, dados do MEC/INEP, resoluções de criação de cursos, e os projetos pedagógicos dos cursos criados objeto desta tese.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas. A primeira constituiu o levantamento bibliográfico. Na segunda foram levantados dados secundários do INEP/MEC, UFPB. E na última etapa foram realizadas as entrevistas em profundidade os coordenadores dos cursos que foram levantados como fazendo parte do objeto da pesquisa, ou seja, aqueles criados a partir do REUNI no *Campus* II – Areia - os cursos de Química e Medicina Veterinária.

A abordagem adotada é qualitativa, que de acordo com Merriam (2009) o objetivo da investigação foi descobrir e entender determinados fenômenos, e no processo de coleta de dados o investigador é um dos principais instrumentos.

Enquadra-se a pesquisa como um estudo de caso, tendo em vista a análise a ser realizada em uma organização em particular. Para Merriam (2009), o estudo de caso seria a investigação em uma unidade única. A escolha da UFPB como objeto de pesquisa deu-se em razão da acessibilidade aos dados disponíveis, e também pela sua representatividade como a principal instituição de ensino superior do Estado da Paraíba.

Com relação à estratégia de pesquisa constitui-se como um estudo de caso sobre a expansão e interiorização da UFPB, conforme abordado por Yin (2005), e Merriam (2009), pois, busca-se entender uma realidade específica de um *campus* dessa universidade.

As entrevistas foram transcritas e depois analisadas por meio da análise de conteúdo na categoria temática, que busca descobrir os núcleos de sentido na fala dos entrevistados. Esse método compreende três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011).

A pesquisa partiu da ideia de que descrever o processo de implementação das políticas educacionais no âmbito do ensino superior público, comporta aspectos extrínsecos na atuação própria dos campos de pesquisa de políticas públicas referindo-se a etapa de implementação. E também há aspectos intrínsecos, que se vinculam à etapa de avaliação educacional de políticas públicas.

Perez (2010) considera quatro fases distintas de uma política - agenda, formulação, implementação e avaliação. Assim, destaca a necessidade de resgatar a utilidade de pesquisar a implementação de políticas educacionais, tendo em vista essa fase ser a menos prestigiada pelos analistas, pois tem sido dado mais atenção à formulação da política e aos resultados, ficando em segundo plano o processo de implementação. Desse forma, buscar-se-á abranger principalmente as etapas de implementação e avaliação, no ciclo de políticas públicas neste estudo.

Pretende-se com este capítulo descrever o percurso metodológico e o campo da pesquisa deste trabalho. Serão apresentados a abordagem e tipo de pesquisa, contexto e sujeitos, procedimentos e instrumentos utilizados na coleta de dados, assim como, a análise documental e de conteúdo, que envolve as entrevistas semiestruturadas e a interpretação dos dados. Sem perder de vista, a descrição do objeto da pesquisa - o cenário.

4.1 Abordagem e tipo de pesquisa

A realização de uma pesquisa parte do confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele a partir de um problema (LUDKE; MARLI, 1986).

Adotaremos nesta tese como base de sustentação teórico-metodológica a abordagem qualitativa, ao tratar-se da implementação de uma política pública educacional.

Essa abordagem é utilizada quando se busca descrever a complexidade de determinado problema – não envolvendo manipulação de variáveis ou estudos experimentais, buscando levar em consideração todos os componentes de uma situação e suas interações, (GRESSLER, 2003).

Diante da possibilidade de confrontar dados relativos à expansão do ensino superior no Brasil, e mais especificamente da UFPB, se torna relevante fazer uma pesquisa acerca do processo que envolve a criação de cursos a partir do Programa REUNI. Para tanto, faz-se necessário mostrar o cenário e/ou as dificuldades advindas no interior da instituição escolar durante a implementação de uma política pública. Estas promoverão reflexões que contribuem para uma análise sócio-politicamente de uma política de governo.

4.2 Procedimentos e instrumentos da pesquisa

Para buscarmos respostas as questões desse estudo, utilizamos um processo dinâmico envolvendo como instrumentos de coleta de dados, levantamento bibliográfico e documental, e realização de entrevistas semiestruturadas.

Considerando que o problema enfocado diz respeito à(s) possível (is) transformação (ões) ocorrida(s) no meio educacional revelada por meio do seu discurso. Será realizada uma entrevista semiestruturada cujo intuito é perceber a dinâmica da expansão do ensino superior como um todo em âmbito local. Com estas informações será possível identificar as variáveis que indicam o cenário da política de expansão e interiorização.

Na entrevista semiestruturada as perguntas têm o intuito de recuperar, na fala dos sujeitos, a análise da dimensão política no processo de expansão da UFPB para o interior, nos aspectos relacionados ao atendimento das demandas locais e regionais da sociedade; a avaliação dos propósitos que justificaram a criação dos cursos de Química e Medicina

Veterinária; e a identificação e análise dos fatores condicionantes e determinantes no processo de expansão e interiorização da UFPB nos cursos criados no interior na vigência do REUNI.

4.3 Contexto da pesquisa e sujeitos

Na constituição do corpus da pesquisa buscaremos a representatividade a partir de uma amostra selecionada no universo de três grupos. O primeiro envolve o Diretor do Centro, o segundo de ex-coordenadores de cursos e o terceiro grupo serão compostos dos atuais coordenadores dos cursos objetos de análise desta tese.

A opção por este tipo de seleção e organização dos sujeitos se dá em função de que os dados coletados possibilitarão a descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo que se constitui como ocorreu a política de expansão da educação superior no Campus de Areia. Então, através da análise de conteúdo será possível dimensionar os impactos da implantação de cursos através do Programa Reuni.

Será realizada uma entrevista semiestruturada. A partir dela buscar-se-á na fala do sujeito perceber como se caracterizou a expansão do ensino superior no Campus, a partir de seu entendimento para a condução da criação do curso.

Para realizar a operacionalização das análises procedeu-se a codificação. Os cinco entrevistados foram assim identificados: Entrevistado 1 (Vice- diretor do Campus); Entrevistado 2 (1º Coordenador do Curso de Química); Entrevistado 3 (Coordenador Atual do Curso de Química); Entrevistado 4 (1º Coordenador do Curso de Medicina Veterinária); Entrevistado 5 (Coordenadora Atual do Curso de Medicina Veterinária).

4.4 Análise, categorização e interpretação dos dados

Na análise dos dados pretende-se buscar uma compreensão mais clara dos discursos elaborados acerca da expansão do ensino superior.

Paralelamente à revisão de literatura na bibliografia especializada, os dados coletados pelos instrumentos descritos serão sistematizados e analisados, segundo procedimentos quantitativos e qualitativos de categorização, atendendo aos princípios elementares de classificação para uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção

das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não), BARDIN (1977).

A análise referente aos dados coletados nos documentos será feito por conteúdo. O trabalho com a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática, e quantitativa do conteúdo evidente da comunicação (LAKATOS & MARCONI, 1999).

Segundo Franco (2007, p. 23) “a análise de conteúdo é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem”. Desse modo, faremos uma primeira leitura para organizar as ideias incluídas para, posteriormente, analisar elementos e regras que as determinam. Esta leitura inicial é considerada por BARDIN (1977) como “flutuante”.

Na categorização da análise de conteúdo será utilizada duas unidades, uma de registro e a outra de contexto. A primeira recorrerá ao tema, que de acordo com FRANCO (2007) é considerado como o mais útil enquanto unidade de análise para a interpretação das respostas dos sujeitos envolvidos no estudo.

A unidade de contexto será considerada como unidade básica para a “compreensão da codificação da unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões são excelentes para a compreensão do significado exato da unidade de registro”, FRANCO (2007, p. 47). Para BARDIN (1977, p.107) “Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema”.

Pela sua natureza científica, a análise de conteúdo deve ser eficaz, rigorosa e precisa. Trata-se de compreender melhor um discurso, de extrair os momentos mais importantes, então haverá precisão na análise do material coletado e será baseado em teorias relevantes que sirvam de marco de explicação para as descobertas.

4.4.1 Categorias de base

No recorte temático foi tomado como categoria de base para a fundamentação teórica a dimensão política da criação dos cursos, a avaliação dessa política, e a identificação e análise dos fatores condicionantes da expansão e interiorização do ensino superior público.

Foi selecionado como indicadores da categoria de base para a dimensão política a democratização do ensino; para a avaliação da política, os propósitos que justificaram a

criação dos cursos de Química e Medicina Veterinária; e para a identificação e análise dos fatores condicionantes da expansão do ensino superior e o cenário da política implementada.

4.5 Análise documental

Na análise documental foi utilizado o Projeto Político Pedagógico dos Cursos criados, dados da PRG, assim como os dados secundários que se referem às informações contidas em documentos da UFPB (Resoluções e atas de reunião do Conselho de Ensino, pesquisa e Extensão - CONSEPE referente à criação dos cursos de Medicina Veterinária e Química).

4.6 Descrição do Objeto da pesquisa

O Centro de Ciências Agrárias da UFPB originou-se da antiga Escola de Agronomia da Parahyba, depois denominada Escola de Agronomia do Nordeste. A Escola de Agronomia da Parahyba foi criada pelo Decreto Estadual Nº 478, de 12 de janeiro de 1934, em regime de acordo entre os Governos Estadual e Federal. Esta criação foi referendada pelo Decreto Estadual Nº 696 de 02 de abril de 1936 que lhe deu o regulamento.

A inauguração da Escola ocorreu em 15 de abril de 1936, pelo Dr. José de Sousa Maciel, Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, ocupando, na época, de forma interina, o Governo do Estado.

A criação desta Escola reveste-se de grande importância por ter sido o primeiro estabelecimento de Ensino Superior na área Civil da Paraíba, havendo antes apenas o funcionamento do Seminário Arquidiocesano, em 1894, com a instalação da Diocese da Paraíba.

A Escola de Agronomia iniciou suas atividades com o Curso Médio depois transformado em Curso Agrotécnico e Curso Colegial Agrícola, extinto em 1971. Formou ao longo deste tempo 417 Técnicos Agrícolas. O primeiro Vestibular do Curso de Agronomia ocorreu no ano de 1937, e a primeira turma concluinte teve sua Colação de Grau realizada no dia 1º de dezembro de 1940, diplomando-se, na ocasião, 08 Engenheiros Agrônomos.

O reconhecimento do Curso de Agronomia ocorreu pelo Decreto Federal Nº 5.347, de 06 de março de 1940 e a Escola de Agronomia foi federalizada pela Lei Federal Nº 1.055, de

16 de janeiro de 1950. A transferência dos seus bens para o Patrimônio Nacional ocorreu pelo Decreto Estadual Nº 461 de 21 de março de 1950.

Ao ser federalizada, a Escola de Agronomia do Nordeste (EAN) foi desligada do Governo da Paraíba, ficando subordinada, inicialmente, ao Ministério da Agricultura através da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) e, posteriormente, à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura através do Parecer Nº 60.731, de 1º de maio de 1967.

Considerando que a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi criada em 1955, o curso de Agronomia, criado em 1936, é, portanto, o mais antigo curso superior da UFPB.

A sua integração à UFPB ocorreu por força do Decreto Presidencial Nº 62.715, de 16 de maio de 1968. Quando ocorreu a Reforma Cêntrica, iniciada em 05/04/1974, e estabelecida pelo Decreto Nº 73.701 de 28/02/1974, a antiga EAN dividiu-se em 02 Departamentos: o Agro-Biológico e o Agro-Zootécnico e a Escola passou a integrar o Centro de Ciências e Tecnologia da UFPB sediado em Campina Grande. Em 1976, através da Resolução do Conselho Universitário da UFPB Nº 79, foi criado e instalado no CCA o Curso de Graduação em Zootecnia o qual foi reconhecido pela Portaria MEC Nº 63/80 de 15 de janeiro de 1980.

Em 1978, a antiga EAN passou a ser Centro de Ciências Agrárias – CCA com 4 Departamentos: Fitotecnia, Zootecnia, Solos e Engenharia Rural e Ciências Fundamentais e Sociais, instalando sua primeira Diretoria em 18/12/1978.

O Centro de Ciências Agrárias (CCA) localiza-se no antigo Engenho Várzea, na cidade de **Areia**, Região do Brejo Paraibano, a uma altitude de 618m. O clima é tropical úmido, com estação chuvosa no período de outono-inverno, apresentando temperatura média de 23º C, umidade relativa média de 80% e uma precipitação média anual de 1.400 mm.

Além das belas paisagens, a cidade de Areia apresenta um passado que a destaca pela sua participação na política, na educação e nas artes. Ofereceu à Paraíba e ao Brasil filhos ilustres como o pintor Pedro Américo e o ministro José Américo de Almeida.

Desde o século passado, Areia se destaca no setor educacional e cultural, com a criação da primeira escola pública do Estado em 1822, e a construção do Teatro Minerva, em 1859, primeiro teatro do Estado da Paraíba. A história de Areia está registrada nos Museus "Casa de Pedro Américo", "Museu Regional", "Museu da Rapadura" e na arquitetura de seus casarões.

A cidade de Areia está bem situada em relação aos principais centros urbanos do Estado, João Pessoa (Capital) e Campina Grande (a maior cidade do interior). A cidade tem

uma população de aproximadamente 18.000 habitantes e dispõe de uma boa infra-estrutura, como estradas, meios de comunicação, escolas, bancos, e hotel. O Campus Universitário fica a uma distância de 3 km do centro da cidade.

O Centro de Ciências Agrárias da UFPB – o Campus II - atualmente oferece cinco cursos de graduação. São eles:

Agronomia

O Curso de Agronomia foi criado em 1936 sendo, portanto, hoje, o mais antigo curso superior da UFPB.

Zootecnia

O Curso de Zootecnia foi criado em 1976.

Biologia

Os Cursos de Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado) foram criados em 2006.

Química

O curso de Química oferece dois graus acadêmicos distintos de formação: Licenciatura e Bacharelado com ênfase em Ambiental que são ofertados desde 2012.

Medicina Veterinária

O Curso de Medicina Veterinária é um dos 32 novos cursos implantados na UFPB através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

No próximo capítulo, daremos início a discussão sobre a política de expansão e interiorização na UFPB, durante o Programa Reuni no *Campus* de Areia.

5 A POLÍTICA DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO NA UFPB, O REUNI E O CAMPUS DE AREIA

A Administração superior da UFPB é constituída da Reitoria, 7 (sete) Pró-reitorias, a Prefeitura Universitária, a Procuradoria Jurídica e o Instituto de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP)-UFPB. Já com relação aos Órgãos Deliberativos é formado pelo Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho Consultivo Social e Conselho Curador.

Inicialmente é necessário inserir o *Campus* de Areia no contexto macro da UFPB, no seu perfil acadêmico-administrativo, nos aspectos relacionados à administração, graduação, pós-graduação, recursos humanos, assistência estudantil e extensão dessa instituição.

Este trabalho busca situar a UFPB e de forma particular, o *Campus II*, no contexto da expansão da educação superior no Brasil, de forma específica nas universidades federais, com o recorte temporal para melhor análise no período 2003 a 2010, e assim compreender como ocorreu à implementação do Programa REUNI na UFPB e no *Campus* de Areia, e suas implicações nos cursos criados nesse período no mencionado *campus*.

De acordo com Franco e Moraes (2013) o REUNI teve a adesão de todas as universidades federais, e desde então diversos estudos tem sido realizados sobre os impactos das ações propostas nos planos das universidades, assim como as identificadas na literatura acadêmica às críticas relacionadas aos temas: elevação da taxa média do número de alunos por professor e taxa de conclusão, diversificação e flexibilização e o financiamento dos planos de reestruturação e expansão.

O Projeto Reuni na UFPB foi submetido a um período curto de discussão, e não teve um tempo adequado para amadurecimento da proposta, entretanto foi aprovado em todos os conselhos de centro da universidade, e depois referendado no Conselho Universitário, posicionaram-se de forma contrária, a metade dos representantes dos servidores, e a representação estudantil (SOUSA JUNIOR, 2010)

Com relação à elevação da média do número de alunos por professor e da taxa de conclusão diversas críticas foram identificadas em relação a essas quantidades. Para Leda, Mancebo (2009) elevar a taxa de conclusão tende a indicar maior pressão para os processos avaliativos para atingir a meta, argumentam também que ocorreria uma sobrecarga do trabalho docente, comprometendo as atividades de pesquisa e extensão. Chaves e Mendes

(2011), por sua vez, afirmam que haveria a possibilidade de criar regras “frouxas” para recuperar reprovados para atingir as metas propostas.

É possível identificar os expressivos números da UFPB, após o processo de expansão iniciado em 2003 com o Programa Expandir e logo após com o REUNI em 2007, o que mostra a eficácia na UFPB da política pública de ampliação do ensino superior nas universidades federais a partir de indicadores como números de cursos, de alunos matriculados e oferta de vagas na graduação e pós-graduação.

No projeto do Reuni (2007) apresentado pela Reitoria da UFPB em outubro daquele ano, mostrou que três *campi* concentraram as ações do Projeto Reuni direcionado para as cidades de João Pessoa (Sede), Areia e Bananeiras. Nesse ano a UFPB funcionava com 57 cursos de graduação (42 Bacharelados e 15 Licenciaturas), com 17.086 alunos matriculados. O seu ensino de pós-graduação *strictu sensu* compunha-se de 33 cursos de Mestrado, com 1.578 alunos matriculados, e 16 cursos de Doutorado, com 757 alunos matriculados. Nesse ano de 2007 tinha da ordem de 19.420 o seu total de alunos matriculados. A oferta de vagas para ingresso de alunos de graduação foi de 4.269 e, para alunos de pós-graduação, 696.

A UFPB tem 16(dezesseis) Centros de Ensino, 44.730 alunos, sendo 31.123 na graduação presencial, 4.776 na graduação a distância, e 8.881 na pós-graduação, sendo 4.978 *stricto sensu* e 3.853 *lato sensu*. O número de docentes de 3º grau é 2.435 efetivos (1.751 doutores, 596 mestres, 64 especialistas e 24 graduados), e 98 substitutos, e docentes de 1º e 2º graus tem 121 no total. Já o quadro de servidores técnico-administrativos em educação tem um total de efetivos 2.724 (181 de apoio, 1761 de nível médio, e 782 de nível superior), além de 1.245 terceirizados (RELATÓRIO DE GESTÃO/UFPB, 2016).

O Relatório de Gestão (2016) referente ao ano de 2015 informa com relação aos cursos de graduação que são 138 cursos, sendo 127 presenciais e 11 a distância. Na pós-graduação são 127 cursos (20 de especialização, 58 de mestrado acadêmico, 11 de mestrado profissional e 38 de doutorado).

Com o Reuni, a UFPB teve um aumento significativo no número de cursos, o que mostra a face quantitativa da expansão, como pode ser observado no quadro, a seguir:

Quadro 5 –Centros e número de cursos de graduação por Campus da UFPB 2006 - 2012

Centro	N. ° de cursos	
	2006	2012
<i>Campus I – João Pessoa</i>		
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – CCHLA	12	16
Centro de Comunicação, Turismo e Artes – CCTA	13	19
Centro de Educação – CE	01	06
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA	04	07
Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN	11	11
Centro de Energias e Alternativas Renováveis – CEAR	01	02
Centro de Informática – CEINFO	02	03
Centro de Biotecnologia – CBIOTEC	00	01
Centro de Tecnologia – CT	06	10
Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional –CTDR	00	03
Centro de Ciências da Saúde – CCS	09	12
Centro de Ciências Médicas – CCM	01	01
Centro de Ciências Jurídicas – CCJ	01	02
<i>Campus II – Areia</i>		
Centro de Ciências Agrárias – CCA	04	07 ⁷
<i>Campus III – Bananeiras</i>		
Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias – CCHSA	03	05
<i>Campus IV – Litoral Norte (Rio Tinto e Mamanguape)</i>		
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE	07	14
UFPB Virtual – EAD	02	07
TOTAL	77	126

Fonte: Branco, Jezine (2013)

⁷ De acordo com os dados levantados, o *Campus* de Areia tem 5 (cinco) cursos de graduação, Agronomia, Zootecnia, Ciências Biológicas, Química e Medicina Veterinária, portanto um número diferente dos informados pelos autores Branco, Jezine (2013).

É possível identificar a partir desses dados o expressivo crescimento no número de cursos na UFPB no período de seis anos durante a vigência do REUNI, pois houve um crescimento da ordem de 63% no número de cursos, o que representou a eficácia da política de expansão e democratização do ensino superior na UFPB.

Ao observar esse quadro destaca-se o aumento de cursos em 14 dos 16 centros existentes. Pois apenas no CCEN e CCM, não houve a criação de novos cursos de graduação, o que poderá ser objeto de estudo as razões que justificaram a não inserção nessa política de expansão da UFPB. De forma positiva, destaca-se o CCAE com 7 novos cursos, o CCTA com 6, e o CE que tinha um curso e passou para 6.

O aumento de alunos também foi expressivo, pois no projeto REUNI da UFPB (2008 – 2012, p.5) tinha a seguinte meta “o correspondente total de alunos de graduação/matrículas projetadas se elevará de 20.594 em (2007) para 35.225 em 2012.

Prestes, Jezine, Scocuglia (2012) destacam que após três anos de implantação do REUNI, havia sido criado trinta e dois cursos de graduação presenciais, e o número de vagas ofertadas passou de 5.820 em 2009 para 7.055 em 2010. Essas medidas expansionistas da UFPB fez com que no início de 2011 alcançasse a cifra de 33.209 alunos, conforme apresentado os detalhes por campus na tabela a seguir.

Tabela 10 – Número de alunos ativos da UFPB por *Campus* – 2011

CAMPUS	ALUNOS ATIVOS
João Pessoa	21.993
Areia	1.133
Bananeiras	1.052
Litoral Norte	2.533
UFPB Virtual	6.498
TOTAL	33.209

Fonte: Prestes, Jezine, Scocuglia (2012, p. 210)

Ao observar esses números de alunos e compará-los com a meta do REUNI para 2012, que era de 35.225 chega a ser bem próxima, o que mostra os resultados bastante significativos alcançados na expansão em número de alunos. Para Prestes, Jezine, Scocuglia (2012, p. 210) “a expansão quantitativa da UFPB é um fato inegável assim como a gradativa ampliação do acesso aos menos favorecidos econômica e socialmente, permanece a dúvida quanto à eficiência das ações implantadas, sobretudo aquelas destinadas a propiciar condições para a permanência e a conclusão de curso dos novos alunos”.

O desafio na implementação das políticas públicas de educação superior que assumem caráter nacional, que agem sobre as instituições - parte imposta pelo Estado, representado pelo projeto de governo e suas imposições, nos lembram Gomes e Oliveira (2012), é fazer com que essas políticas tenham efetividade, pois sem a determinação dessas instituições que compõem o sistema essas ações encontram dificuldades de serem materializadas.

Com relação ao desafio na implementação para a UFPB, conforme argumenta Sousa Junior (2010), depois de aumentar a oferta de vagas, é direcionar parte dessas novas vagas para setores que historicamente estiveram excluídos da universidade. Nesse sentido é preciso agir de forma concomitante ao ingresso, por meio de políticas mais efetivas de apoio e promoção estudantil como o objetivo de garantir a permanência desses alunos de menor renda.

A UFPB seguiu a tendência nacional na expansão, reflexo da implementação dos programas Expandir e do REUNI. Por isso são expressivos o número de cursos, alunos, professores e técnicos, revelando assim resultados concretos na política pública de expansão das universidades federais, que propiciou oportunidades de acesso ao ensino superior a uma gama maior de estudantes, sobretudo jovens, que veem na formação de nível universitário a possibilidade de melhorias intelectuais, culturais, econômica e também social, o que propicia também avanços na sociedade em que estão inseridos.

Branco, Jezine (2013) destacam que o REUNI veio no sentido de atender a uma demanda reprimida historicamente, esse programa acadêmico teve o objetivo de ampliar o acesso e a permanência nas universidades federais aproveitando a estrutura física e recursos humanos existentes. Nesse sentido, as instituições que aderissem receberiam robustos orçamentos do governo federal, mas para isso tinha que atingirem algumas metas, dentre as quais podem ser destacados no Decreto nº 6.096/2007, art. 1º, §1º:

O programa tem como meta global a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início do plano.

O Projeto REUNI/UFPB (2008 – 2012, p. 4) estabeleceu objetivos e metas básicas de natureza essencialmente acadêmica norteadoras para um conjunto de ações a serem executadas ao longo desse período, a saber:

A primeira meta foi elevar gradualmente a taxa média institucional de conclusão de cursos presenciais pelos alunos de graduação (TCG) de 68,5%, em 2007, para 90%, em 2012;

Já a segunda meta proposta pela UFPB foi elevar gradualmente a relação média institucional de alunos dos cursos presenciais de graduação por professor de 13,2, em 2007, para 18,0, em 2012.

Além dessas metas como eixos principais, destacam-se: **reduzir as taxas de evasão**; preencher sistematicamente as **vagas ociosas**; implantar **renovações pedagógicas**; promover a **mobilidade estudantil intra e interinstitucional**; e aumentar a **integração da pós-graduação com a graduação**.

Para alcançar essas metas, as ações propostas a serem implementadas foram as seguintes:

- ✓ Serão criados e colocados em funcionamento **32 novos cursos presenciais de graduação**, proporcionando um grande aumento na oferta de vagas para ingresso de alunos.
- ✓ Dos seus **67 cursos atuais de graduação**, em **25 deles haverá aumento na oferta de vagas**.
- ✓ Com esse desempenho expansivo, a Universidade vai aumentar o total de vagas oferecidas nos seus processos seletivos para ingresso de alunos nos cursos de graduação de **4.269, em 2007, para 7.376, em 2012**.
- ✓ O correspondente total de alunos de graduação/matriculas projetadas se elevará de **20.594 para 35.225**.
- ✓ O número anual de alunos com cursos presenciais de graduação concluídos aumentará de **2.160, em 2007, para 4.963, em 2012**.

Para atingir os objetivos e metas propostas no projeto REUNI a UFPB adotou princípios norteadores conforme apresentado no PDI (2009 – 2012): democratizar o acesso ao ensino superior por meio do aumento no número de matrículas e cursos, e expansão das vagas

nos cursos existentes, assim como a criação de novos cursos presenciais; e afirmar o seu compromisso a inserção em nível local e regional na melhoria social da instituição.

A UFPB também atua no ensino médio e profissionalizante, a Escola Técnica de Saúde (CCS) em João Pessoa e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CCHSA) em Bananeiras. Na extensão no ano de 2015 foram 461 iniciativas apoiadas, o que envolveu 927 professores, 2.508 discentes e 10 técnico-administrativos.

Castelo Branco, Jezine, Nakamarura (2014, p.8) destacam sobre a política de expansão da UFPB:

O aumento de vagas, como políticas de expansão, democratização e permanência, favoreceu o desenvolvimento da instituição no sentido incluir novos cursos nas suas áreas de ensino. Essa medida resultou no crescimento de 130%, no número de cursos de graduação no período em estudo, como mostra o gráfico a seguir. Com efeito, a ampliação de vagas correspondente aumento do número de cursos de graduação na UFPB, mesmo sendo considerada grandiosa, não é suficiente para atender ao número de alunos que ainda se encontra fora do ensino superior, egressos do ensino médio cuja inclusão se faz a um ritmo demasiadamente inferior às necessidades da sua demanda real e necessita de ações que possam garantir a permanência e conclusão do curso. A implantação de novos cursos e a disponibilidade de cursos em turnos diferentes aumentam as chances de ingresso, ou seja, tende a diminuir a demanda contida para os cursos da UFPB.

O desafio de expansão das universidades federais é complexa, pois não é limitada a aspectos quantitativos, como foi destacado nas principais metas determinadas pelo projeto REUNI, mas de forma a causar um impacto significativo na sociedade a longo prazo é preciso destacar e analisar os reflexos da expansão em aspectos qualitativos. Nessa questão, Branco e Jezine (2013, p.72) afirmam que:

O entendimento da categoria inclusão, no âmbito educacional, como um tripé: 1) ampliação das oportunidades de acesso (democratização); 2) ações e programas de acompanhamento, tutoria, atendimento com recursos especiais, etc., tomando-se como premissa que todos somos diferentes ou diversos; 3) robusto programa de inserção, com dignidade, no mundo do trabalho das pessoas que receberam formação com qualidade acadêmica desejável.

Nessa mesma direção Sousa Junior (2011) destaca que as universidades federais vinham cumprindo as principais metas acordadas com o MEC referente à expansão de vagas – dimensão quantitativa -, entretanto, o desafio maior é para atender as metas qualitativas, principalmente reduzir as taxas de evasão, tendo em vista o ingresso de alunos de classes sociais menos favorecidas, além de garantir o acesso, as universidades tem que buscar estratégias por meio de serviços de assistência estudantil em quantidade e qualidade em

comparação com períodos anteriores para a permanência desses alunos. Nessa mesma direção, Prestes, Jezine, Scocuglia (2012) alertam que ao democratizar o acesso dessa população que vivia à margem do ensino superior, configura-se em uma medida de justiça social, como um dever do Estado democrático. E acrescentam que o aumento de um grande contingente de pessoas que frequentam o ensino superior, pode ser caracterizado como uma das grandes metamorfoses da sociedade brasileira que está experimentando o campo educacional desde 1891, quando a Constituição Federal permitiu a oferta de ensino superior pelos governos estaduais e a iniciativa privada.

Já o quadro docente do CCA tinha em 2013, 115 professores efetivos, 4 especialistas, 18 mestres e 93 doutores e 190 servidores técnico-administrativos. O quadro discente era formado por 1.591 alunos de graduação conforme o tabela a seguir.

Tabela 11 – Número de discentes de graduação ativos no CCA em 2016

Curso	Discentes ativos	Percentual
AGRONOMIA	465	29,23%
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	228	14,33%
MEDICINA VETERINÁRIA	488	30,67%
QUÍMICA	181	11,38%
ZOOTECNIA	229	14,39%
Total	1.591	100,00%

Fonte: STI/UFPB (2016)

É possível identificar a partir da tabela 11 a representatividade de cada curso de graduação no CCA. Verifica-se que os dois cursos que tem mais alunos é Medicina Veterinária com 30,67% do total de alunos, seguido de Agronomia com 29,23%. Logo após tem o curso de Zootecnia com 14,39%, e Ciências Biológicas com 14,33%, e por último o Curso de Química que tem menos alunos, 11,38%, dos discentes matriculados no *campus*.

Tabela 12– Número de discentes de pós-graduação ativos no CCA em 2016

Curso	Discentes ativos	Percentual
AGRONOMIA	165	29,05%
BIODIVERSIDADE	22	3,87%
CIÊNCIA ANIMAL	26	4,58%
CIÊNCIA DO SOLO	79	13,91%
MANEJO DE SOLO E ÁGUA	28	4,93%
MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS	2	0,35%
ZOOTECNIA	246	43,31%
Total	586	100,00%

Fonte: STI/UFPB (2016)

O *Campus* II, oferece 5(cinco) cursos de graduação, Agronomia, Zootecnia, Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura), Química (Bacharelado e Licenciatura), e Medicina Veterinária, esses dois últimos criados na vigência do REUNI, respectivamente em 2007 e 2011. No contexto de expansão do ensino superior público federal pelo REUNI a UFPB teve o seu projeto aprovado e regulamentado pela resolução 27/2007 do CONSUNI sua proposta aprovada em 12 de novembro de 2007.

Conforme salienta a Proposta do REUNI – UFPB (2008 -2012, p.4)

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sempre aproveitou muito bem as oportunidades de expansão e melhoria das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão que foram oferecidas pelo seu mantenedor, o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Foi assim, na década de 1970 e, também, recentemente, em 2006, no Plano de Expansão com Interiorização das IFES. Os resultados positivos daí advindos, do ponto de vista de sua caminhada rumo à consolidação acadêmica, ao longo de sua história, são claramente convincentes.

O Governo Federal, através do Decreto nº 6.096, de 24.04.2007, criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Para a UFPB, isto representa a possibilidade de fazer uma proposta com essa finalidade, para o período 2008-2012, com um valor total que poderá ser de até R\$ 130 milhões. Fiel à sua indiscutível história de progresso, a UFPB não pode perder essa oportunidade. Tanto é assim que este Projeto está sendo submetido ao MEC nesse valor máximo possível. A sua implementação será fundamental para o processo em curso de consolidação da Instituição, em termos de dimensão e qualidade acadêmico-científica, capacitando-a, assim, para desenvolver ainda melhor o seu papel de instituição essencial ao desenvolvimento socioeconômico sustentável da Paraíba.

Podemos perceber e evidenciar que ao longo da história da UFPB sempre existiu uma tendência, uma vocação, para a expansão. Claramente, a instituição buscou atingir todo o contingente de demandas do Estado da Paraíba. O Reuni através de seus recursos financeiros promoveu a continuidade dessa tendência, além de consolidar-se como política pública de governo.

Na realização de um estudo sobre a implantação do REUNI na UFPB, Prestes, Jezine, Scocuglia (2012) afirmam de forma preliminar ao término do REUNI que muitos dos resultados esperados não foram alcançados, mas já foram percebidas mudanças significativas no cotidiano dos *campi* universitários, que fica evidente nos novos perfis e características dos alunos.

A universidade é por característica um espaço heterogêneo, coletivo, democrático por natureza, portanto, o desafio da UFPB de atender ao que foi pactuado com o MEC não foi o elemento central da expansão, e não será a medida para avaliar a eficácia e efetividade da política de expansão das universidades federais, mas é no seu interior, na mudança do perfil do novo público que passou a fazer do *campus*, e posteriormente, no impacto social e cultural a longo prazo nos alunos que entraram nessa universidade, concluíram os cursos, e como egressos possam contribuir com as mudanças almejadas pela sociedade local, regional e nacional.

5.1 O *Campus* II e a política de expansão da UFPB (2003 – 2010) na implementação dos cursos de Medicina Veterinária e Química

Há cerca de duas décadas, a universidade pública brasileira vem passando por graduais mudanças, resultado de escolhas políticas, econômicas e sociais implementadas nos governos FHC-Lula-Dilma. Essas transformações acarretaram novos desafios para essas instituições, pois emerge uma responsabilidade de implementar as políticas governamentais, pois novos programas foram criados com o objetivo de democratizar o ensino superior com o objetivo de inserir as camadas sociais menos favorecidas na universidade, portanto, foi imperativo para as universidades, de forma particular, as federais, se adequarem a essa nova realidade.

Portanto, o desafio de abrir as portas das universidades para setores que historicamente foram excluídos do meio acadêmico delineou a política de expansão do governo federal, principalmente no governo Lula.

Para Sousa Junior (2011) o desafio de atender a essa nova institucionalidade democrática no seu interior, que universidades federais tiveram de enfrentar ao mesmo tempo em que não poderia perder de vista os principais pilares de sustentação - produção do conhecimento, e a meritocracia - portanto, devia-se buscar o equilíbrio, entre a democracia e mérito.

Para estar inserida nesse contexto de expansão e democratização do ensino superior, novos *campi* e cursos foram criados. E a UFPB, e de forma específica, o *Campus* II, criou os Cursos de Química e Medicina Veterinária. Conforme visualizamos no quadro com os seus respectivos anos de criação.

Quadro 6 - Curso de Graduação Criados na UFPB/*Campi* do interior no REUNI (2007-2012)

Curso	<i>Campus</i>	Ano de criação
Medicina Veterinária	II	2007
Química	II	2011

Fonte: UFPB (2016)

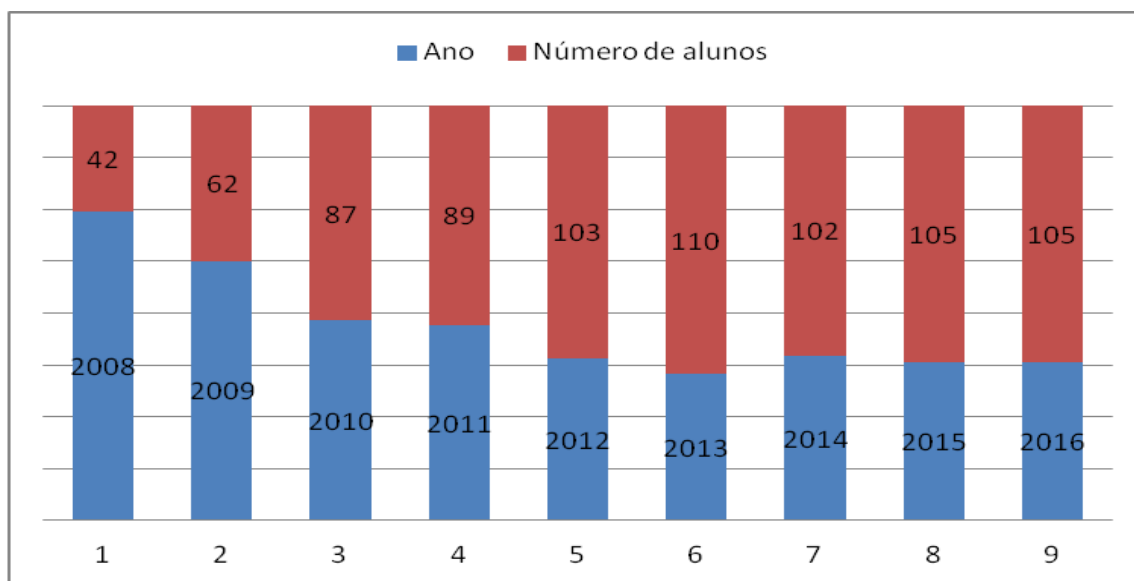
Para entender como ocorreu esse processo foi necessário entrevistar os atores participantes da criação desses cursos e entender a dinâmica delineada no Campus, Areia, para atender as determinações do governo federal, as orientações da UFPB, representada por seus conselhos e a administração central, aos anseios da comunidade acadêmica do CCA, e por último atender a população, sobretudo jovens de 18 a 24 anos, que precisam ter uma formação superior, inserir-se no mercado de trabalho e serem agentes de transformação na comunidade local, regional e nacional.

5.2 O processo de implantação dos cursos de Medicina Veterinária e Química

A criação do curso de Medicina Veterinária insere-se dentro do Plano REUNI de Expansão da UFPB, fazendo parte dos 32 cursos criados, e no *Campus II*, esse junto com o curso de Química fizeram parte desse momento da expansão.

O curso de Medicina Veterinária começou a receber discentes a partir do ano de 2008 com o ingresso de 42 alunos. Conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir, esse número foi crescendo até o ano de 2013, quando chegou a ter 110 alunos ativos, no ano de 2014, baixou para 102, e em 2015 e 2016 ficou estabilizado em 102 alunos.

Gráfico 1 - Evolução no número de alunos ingressantes no Curso de Medicina Veterinária (2008 - 2016)



Fonte: STI/UFPB (2016)

No ano de 2016, o curso de Medicina Veterinária tinha o maior número de alunos do *campus*, 488 alunos (30,67%), à frente de um dos cursos mais tradicionais e do *Campus* e da UFPB, o curso de Agronomia, o que já demonstra uma medida do protagonismo do curso na comunidade acadêmica.

Sobre o curso, dentro da política de expansão do Reuni e da UFPB, a atual coordenadora do curso de Medicina Veterinária fez o seguinte relato:

Então, eu olho pelo **curso de Veterinária, eu olho de maneira positiva, porque há muitas críticas com relação ao Reuni, no sentido de criar números de cursos e não criar um curso bem estruturado.** Mas, no caso específico da Veterinária, a qual eu sou coordenadora, eu vejo de maneira positiva porque o recurso que foi trazido pra cá, ele foi suficiente, e ele foi realizado de maneira aplicada, de certa maneira que houve uma concretização do curso. Não só um curso novo, a gente já **tem resultados positivos com esse curso, então a gente vê que realmente ele foi utilizado de uma certa maneira correta.** Agora, eu já escutei de outros cursos que foram criados, mas não da maneira que deve ser, sem a estrutura que deve ser. Então, é com relação ao da Veterinária, eu acho positivo, mas com relação aos outros cursos que a gente escuta falar, eu acho que tem que ter cuidado, e critérios, né. E quantidade não é qualidade, então às vezes a gente tem que trabalhar na qualidade do curso e não em números. (Entrevistado 5)

A fala do entrevistado 5 nos chama a atenção para a impressão de avaliação sobre o Reuni com relação a criação de cursos. Vale destacar nessa fala que a criação do Curso de Medicina Veterinária ocorreu de forma a atender a estrutura necessária para a realização do curso.

De forma mais abrangente, outro entrevistado também destacou os benefícios advindos com o Reuni para o *Campus* de Areia:

Então assim, para o Centro de Ciências Agrárias, eu julgo que **a expansão da UFPB através do projeto REUNI foi o marco, porque nosso campus era um, antes do Reuni, e hoje é um outro completamente diferente a partir do REUNI.** Além de receber cursos novos, nós recebemos o curso de Medicina Veterinária, mas também, veio com o projeto REUNI, **um novo auditório, uma nova biblioteca, novas salas de aulas, novas residências, equipamentos, a construção do Hospital Veterinário,** equipamentos pra o Hospital Veterinário e para os outros todos laboratórios do Departamento de Ciências Biológicas, do Departamento de Zootecnia, pro Departamento de Agronomia. É... então, **o aporte de recurso destinados ao Centro de Ciências Agrárias possibilitou dar uma melhoria significativa, não só para os cursos novos,** bem como também para os cursos antigos no que diz respeito a modernização de laboratórios, de equipamentos que seriam necessários, e que são necessários para o curso de Ciências Agrárias. (Entrevistado 1)

A estrutura física do Campus de Areia recebeu uma notável e significativa mudança com a criação de novos prédios, novas salas de aula, laboratórios, ambiente de professores, entre outros, além do Hospital Universitário. Essa inserção física deu possibilidades para gerar empregos e também o desenvolvimento econômico local.

Já o entrevistado 5 contextualizou a relevância da expansão com interiorização da UFPB, e os benefícios advindos com a criação do curso de Medicina Veterinária.

É, a interiorização, acho muito importante, porque os cursos que vem pro interior, ele tem uma estrutura completamente diferente do curso da capital. Eu acho que, com a interiorização, a gente aumenta a demanda de mão de obra, a gente aumenta a demanda de empregos, e a gente oferece pra região, um desenvolvimento técnico, científico, e uma parceria que é muito importante. **Principalmente na Veterinária, houve um crescimento muito positivo no interior, nesse sentido, por conta da região ser uma área com muitos sítios e criadores de animais, de produção. Então a gente pode dar essa assistência. Então, pra desenvolvimento do interior foi muito importante.** (Entrevistado 5)

O Campus I da UFPB oferece o Curso de Medicina Veterinária e levá-lo para o interior trouxe a possibilidade de acesso a alunos que não podiam se deslocar para a capital do Estado. Dessa forma, possibilitou que o curso atingisse uma demanda diferenciada e com a estrutura física mais adequada para a prática de ensino.

Com relação à escolha do curso de Medicina Veterinária para o *Campus* de Areia, as percepções dos entrevistados convergem no mesmo sentido, que foi uma decisão certa, pois levou em consideração a vocação do *campus*, e funcionou de forma complementar aos cursos já existentes no CCA, conforme o discurso do entrevistado 4.

Eu vejo que ele trouxe, além do número de alunos, uma área que não tinha ainda, que é superimportante. **Um campus agrário que já tinha animais, mas não tinha os médicos,** digamos assim, dos animais. E eu vejo assim, é um curso importante, e que eu acho que trouxe muito, não só para o campus, mas pra região em si. **Então, porque, antes de criar o curso de Veterinária aqui, só tinha um curso de Veterinária na Paraíba, que era em Patos.** Então, o curso ficava a 300 quilômetros, mais ou menos da capital. Então era muito interior, e as pessoas tinham que ir pra lá, só pra estudar. Quando veio pra cá, abriu outras oportunidades, para as pessoas que moram em João Pessoa, que moram na região aqui. Mas a gente recebe aluno de todo Brasil inteiro agora. Mas, assim, na época foi muito bom, por conta de trazer essas pessoas pra mais perto. Pessoas da região. Pra o campus, aumentou muito, assim, a visibilidade, eu acho. Porque, hoje em dia, a gente tem um hospital veterinário, as pessoas entram, vem, trazem o animal. Então, assim fora a infraestrutura também, muitos laboratórios novos, laboratório de anatomia, por exemplo, que veio com a criação do curso, aqui pro campus. **Ele atende todos os cursos, atende Biologia, Zootecnia, Agronomia, e não tinha antes.** Era um laboratório improvisado. Sempre teve esses cursos, Agronomia, Zootecnia e Biologia, eles têm anatomia na sua grade. Mas o laboratório só foi construído quando chegou a Veterinária, então tinha laboratório improvisado. Não era uma coisa ideal. **Então contribuiu pra qualidade dos outros cursos.** (Entrevistado 4)

Observa-se como destaque nos discursos que os cursos criados de forma unânime tiveram aceitação pela comunidade universitária e estão sendo apontados como necessários e importantes para o Campus. Revela-se como destaque na fala da quinta pessoa entrevistada que o Curso de Medicina Veterinária completou o Campus II que é agrário ao complementar os serviços oferecidos no CCA.

O campus é de Ciências Agrárias, e a Veterinária **veio complementar o que tava faltando nas ciências agrárias. Porque aqui nós tínhamos, Agronomia, Zootecnia, que são os cursos mais afins da Veterinária.** Então, um produz o alimento do animal e pro ser humano, e o outro produz a qualidade do rebanho, as técnicas de manejo. Só que, nenhum desses dois cursos mexe com doença. A Veterinária tem um diferencial, de mexer com doenças. Então a gente trata de doenças, a gente previne as doenças, a gente estuda as doenças. Eu, particularmente, sou professora de uma cadeira que se chama Patologia, que é o estudo das doenças. Então, por exemplo, se ficasse doente animal aqui dentro do campus, o animal ia morrer porque não existe veterinário, não existe assistência técnica, não existe nada, aqui no entorno, que poderia dar uma assistência a esses animais que são criados aqui pela Zootecnia. Então, hoje em dia, nós temos caprinocultura, cone cultura, suíno cultura, ave cultura, ou seja, várias espécies animais são criadas, e é natural que, uma hora ou outra, esses animais fiquem doentes. **Então eu acho que a criação da Veterinária pro CCA foi de extrema importância, não só nesse sentido, mas principalmente nesse sentido de agregar e juntar a outros cursos o que tava faltando. Complementar, um assunto que estava faltando e que é de extrema importância em um centro que é de Ciências Agrárias.** (Entrevistado 5)

Sobre a percepção dos entrevistados em relação aos acertos na criação do Curso de Medicina Veterinária, os discursos caminham na mesma direção ao mencionar que foi uma decisão correta, e em vários aspectos é possível identificar, como por exemplo, a baixa taxa de abandono do corpo discente.

Olha, o maior acerto que eu julgo, e eu vou ser bem pragmático, bem objetivo, o maior acerto que eu vejo, é que **a gente tem uma alta retenção, um baixo é... abandono. Evasão.** Então, por isso, por esses dois aspectos, dentro da UFPB, nós somos o centro que talvez tenhamos é... com exceção dos cursos de Medicina e de Direito, que historicamente são os cursos que menos tem abando.....Isso, objetivamente, isso representa bem o acerto, em termos desses cursos aqui no nosso campus. **Entendendo que nós somos um campus é... implantado em cidade pequena, do interior, que de alguma forma as pessoas que vem de fora,** sobretudo com o Enem, são pessoas que... nós temos pessoas aqui que vem do sul do país, de grandes cidades do sul do país, e... no primeiro momento eles estranham, porque eles... vindo de cidades maiores, encontram as dificuldades na infraestrutura da cidade e tal, mas depois, com pouquíssimo tempo, acostumam-se, porque hoje a globalização é em qualquer canto, mas, assim, tem essa... essa.. esse aspecto assim... relevante, ao meu ver. (Entrevistado 1)

O curso já formou a primeira turma com a taxa de evasão reduzida, conforme os discursos não houve um impacto severo. O que chama também a atenção é o perfil dos discentes. O curso surgiu com a intenção de abarcar um número maior de jovens do Estado, mas devido à relevância e status do curso, à procura e concorrência atinge uma boa quantidade de alunos de outras regiões do país.

Ao término dessas análises, ficamos nos questionando até que ponto os cursos criados atingiram as demandas direcionadas ao Campus, pois o Curso de Medicina Veterinária

funciona de forma adequada e apresenta apenas como maior desafio manter a estrutura criada para sustentar o funcionamento do curso em sua totalidade. Ao passo que o de Química tem o desafio de manter-se, uma vez que o público alvo apresenta um número mais restrito de demanda.

5.3 A criação dos cursos de Química e Medicina Veterinária como elementos de democratização do ensino superior público

O discurso de democratização do ensino superior no Brasil ganhou força com a chegada de Lula ao poder, pois sendo um governo de esquerda esperavam-se ações voltadas para setores com maiores dificuldades de acesso à universidade. Mesmo sendo um governo que se mostrou contraditório nas políticas de educação superior, pois quando criou programas como Fies e Prouni abriu um espaço fértil para a proliferação de instituições de ensino superior de qualidade duvidosa na busca de ampliar ou conquistar mercados nesse nível de ensino. Entretanto foi nas ações voltadas para as universidades federais, principalmente no ousado Reuni, que marcaram as mudanças dentro dessas instituições com criação de novos cursos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, que reuniu as condições estruturais para atender os projetos das universidades de receber mais alunos, com perfis diferentes, um público que espera a oportunidade de cursar uma universidade pública, o que até então se mostrava elitizada, com limitadas possibilidades de acesso a camadas mais pobres da população. E com o aumento de vagas nos cursos existentes, e a criação de novos também no período, assim como a política de cotas, propiciou a derrubada de alguns muros existentes em torno das universidades federais, notadamente nos cursos mais elitizados e com maior demanda.

O que se percebeu a partir de um governo de centro-esquerda nos anos 2000 foi uma reação frente às reformas neoliberais no campo da educação superior ocorridas com intensidade a partir da década de 1990 no Brasil, as ações começaram tímidas, e apresentaram-se dúbias, mas foram formuladas políticas públicas que vieram a recuperar no primeiro momento, e depois fortalecer a educação, como bem público, foram utilizados critérios de natureza social, econômica e também da origem escolar para propiciar o ingresso de novos públicos na educação superior (GOMES; OLIVEIRA, 2012).

Resultou entre outras ações governamentais para o ensino superior a criação dos cursos de Medicina Veterinária e Química (Licenciatura e Bacharelado) no Centro de Ciências de Agrárias, Campus II, da UFPB, a partir da adesão ao REUNI, realizado com deliberações do Conselho Universitário (CONSUNI) e do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), conforme indicaremos na descrição de algumas Atas a seguir.

O CCA encaminhou o Projeto Pedagógico do Curso de Química (Licenciatura) aos cuidados da Relatora Salete Barboza de Farias, que emitiu parecer favorável, conforme consta na Ata da reunião extraordinária do CONSEPE, realizada no dia 07 de julho de 2011, através do Processo nº 23074.017661/11-32, que foi aprovado por vinte e um votos favoráveis e uma abstração. Na oportunidade, foi aprovado também o Processo nº 23074.017660/11-70, em que o CCA encaminhou o Projeto Pedagógico do Curso de Química (Bacharelado) no qual o Parecer da mesma Relatora foi favorável, tendo sido aprovado por vinte e um votos favoráveis e uma abstração.

Em relação ao Curso de Química (Licenciatura), consta na Ata da reunião ordinária do CONSUNI, realizada no dia 28 de junho de 2011, através do Processo nº 23074.017661/11-32, a autorização para a sua criação em que o Parecer do Relator Guilherme de Albuquerque Cavalcanti foi aprovado por vinte e seis votos favoráveis e uma abstração.

Verifica-se, ainda, na Ata da reunião ordinária do CONSUNI, realizada no dia 28 de junho de 2011, o Processo nº 23074.017660/11-70, em que o CCA solicita a autorização para o Curso de Química (Bacharelado), em que o Parecer do Relator Guilherme de Albuquerque Cavalcanti foi aprovado por vinte e seis votos favoráveis e uma abstração permitindo, assim, que esse curso funcionasse.

A escolha desses cursos, segundo os entrevistados nessa pesquisa, atendeu a demanda que ansiava por essas formações acadêmicas. Antes, o Campus oferecia apenas os Cursos de Agronomia, Zootecnia e Ciências Biológicas, com a implantação desses novos cursos propiciou o atendimento a comunidades externas a Paraíba, e também completou o Campus que é agrário.

A partir do funcionamento desses cursos, criados pelo REUNI, consta em fontes consultadas no portal do MEC a avaliação apenas do Curso de Medicina Veterinária, conforme se verifica no quadro a seguir.

QUADRO 7 - Avaliação dos Cursos de Medicina Veterinária e Química

CURSOS	ENADE/ANO	CPC/ANO	CC/ANO
Bacharelado em Medicina Veterinária	4/ 2013	4/2013	4 / 2012
Licenciatura em Química Reconhecido em 2015	Sem conceito	Sem conceito	Sem conceito

Fonte: E-mec/MEC (2017)

Percebe-se a partir desses dados que apenas o Curso de Medicina Veterinária passou por avaliações obtendo o Conceito 4, aproximando-se da excelência do Conceito 5 almejado por diversas instituições públicas de ensino. Em outra perspectiva, pode se afirmar que o REUNI atendeu aos propósitos a que foi criado no Campus II atendendo a sua demanda, pois os dados refletem e confirmam a fala dos entrevistados ao afirmarem a qualidade do curso de Medicina Veterinária.

Portanto, o curso de Bacharelado em Medicina Veterinária e de Licenciatura em Química criados no Campus II (CCA) são exemplos de democratização por meio de criação de vagas ao propiciar o acesso ao ensino superior. Tanto a comunidade local, quanto a outras demandas de regiões distantes ao Nordeste por via de acesso a seleção efetivada pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O acerto melhor é na qualidade do nosso profissional que a gente tem formado, né, ele tá se inserindo no mercado de trabalho, o outro acerto que a gente tem muito grande é o atendimento a comunidade, né, então a gente vê que o nosso propósito, né, que é oferecer um serviço pra comunidade e formar profissionais competentes, de acordo com o nosso perfil do egresso, né, que a gente traça um perfil do egresso aqui, isso tá sendo cumprido. Então eu acho que esses dois são os nossos principais acertos. (Entrevistado 5)

A Lei 12.711/2012 estabeleceu critérios sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação devem reservar, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. No preenchimento das vagas definidas anteriormente, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Ristoff (2013) ao tratar da efetivação da lei de cotas destaca que nas IFES essa regulação encontrou boa receptividade por parte da comunidade acadêmica, e afirma que o grande mérito dessa lei não está no aumento já identificado de alunos oriundos das escolas públicas na universidade, mas no poder de induzir a representação em todos os cursos de graduação, principalmente os de alta demanda. Entretanto, a partir dos oriundos do ENADE é possível identificar que cursos como Medicina, Odontologia e Direito, ainda estão distantes de ter uma representação efetiva do ensino médio público. Mas, cursos como História, Biblioteconomia, Pedagogia e as licenciaturas em geral já superaram ao que foi exigido por lei. Os estudantes oriundos de escolas públicas estão em cursos com demanda mais baixa, já por outro lado, os estudantes alvo da política pública de inclusão - pobres, pretos, pardos, indígenas estão sub-representados em cursos de alta demanda.

É porque, na realidade, o seguinte: quando abriu-se vagas, eu vou fazer o raciocínio inverso que você tá fazendo aí. Quando abriu-se vagas, evidentemente, teoricamente, mais pessoas vieram pra cá. Mas no meio do caminho apareceu, eu vou dar um exemplo aqui bem claro: a... apareceu, no meio do caminho, a política de cotas que, ao meu ver, sensacional pro ponto de vista da **democratização real da coisa, e o ENEM**, porque... até alguns anos atrás, se fazia o vestibular da Universidade Federal da Paraíba, e um percentual muito considerável era de pessoas daqui, da própria região. O PSS. O PSS, exatamente. Processo Seriado Seletivo, alguma coisa assim... Processo Seletivo Seriado, era assim, o PSS. Que era o vestibular da minha época, a gente chamava vestibular... **Aí, agora com Enem, que não deixa de ser um vestibular também? Democratizou pro Brasil inteiro.** (Entrevistado 1)

Um dos aspectos relevantes na forma de ingresso em uma universidade é a forma em que se deu esse acesso. Antes, a UFPB selecionava por meio do Processo Seletivo Seriado (PSS), então, beneficiava, em maioria, a comunidade local. Hoje, com o ENEM abre possibilidades para que outras pessoas de regiões mais distantes possam ingressar nesta instituição.

Entretanto, a democratização ainda se relava limitada, pois tem aspectos que são estruturais na sociedade brasileira, pois são assimetrias que tem raízes históricas de difícil equilíbrio, se ferem aos pobres, negros, indígenas como protagonistas no desenvolvimento nacional, em lugares-chave para serem agentes de transformação social, e nesse contexto as políticas afirmativas cumprem um papel indelegável nas possibilidades de mudanças nas estruturas existentes no Brasil. Nesse sentido o entrevistado 5 se posicionou da seguinte forma:

Agora, me permita fazer uma pequena crítica, não só pra UFPB, mas pras universidades federais no Brasil como um todo. **Ainda há um percentual muito baixo de negros dentro das universidades. E, sobretudo, dos cursos mais procurados, vamos dizer assim, e de pobres.** É na minha visão. Porque a universidade é pública, é gratuita. Então, se ela é pública e gratuita, financiada pela sociedade, eu acho que, bem pessoal, não tá falando aqui o... Tá falando aqui o Alexandre, o cidadão brasileiro. **Ela devia ser ofertada para os pobres, em princípio a cota, era para os pobres,** e quem... e depois, os demais. E, me parece, aí eu faço só uma pequena comparação, se você for, fizer uma análise dos técnicos, dos servidores técnicos e servidores professores, você vai encontrar um percentual muito baixo de negros dentro das universidades. Isso reflete, também porque os negros tem acesso a formação de terceiro grau, porque só vem ser professor se for formado, e só se forma se entrar nas universidades. Então, assim, eu acho que o REUNI aumentou vagas mas, graças a Deus, junto com ele vieram política de cotas e o Enem, que democratizou esse acesso, vamos dizer assim, esse acesso aos cursos. **Porque penso que universidade pública deveria ser, em princípio, para o pobre, pra revolucionar o país como o todo, ou então cria-se universidades nos lugares mais longínquos possíveis, porque as vezes a gente pensa assim, com é que um pobre sai lá do interior da Paraíba,** pode, um dia, um dia chegar na universidade? Você olhando as histórias das pessoas, são poucas pessoas. São poucas pessoas. E há um dado interessante, que foi dito inclusive pela pró-reitora de graduação aqui, que os cotistas tem melhores notas que os não cotistas. Então, é uma política ao meu ver que democratizou. Podia ser muito mais, podia. (Entrevistado 1)

A efetivação das políticas de inclusão de segmentos sociais, privilegiando-os por serem vítimas de exclusão histórica, há quem argumente que está se colocando em risco a qualidade do ensino. Esse discurso é uma mensagem que está de forma frequente sendo dita nos *campi* das grandes universidades brasileiras, pois se afirma, “a inclusão virá em detrimento da qualidade”, possivelmente, este é o maior inimigo da democratização do acesso (RISTOFF, 2013).

De Carvalho e Jezine (2016) apontam que nos estudos realizados na UFPB após a implantação de uma política de cotas, identificou-se que houve um crescimento significativo de ingresso de estudantes oriundos de escola pública, no período de 2008 a 2012, pois os números apontam que passou de 36% no ano de 2008, para 53,1% no ano de 2012, assim como os estudantes – pardos, negros e indígenas – passaram de 46,6% em 2008, para 57,6% em 2013.

Esses percentuais já representam um resultado significativo na política de acesso, o que no primeiro momento um passo importante, depois é preciso avaliar a permanência desses alunos, o desempenho e a inserção no mercado de trabalho, assim como identificar se nos cursos de maior tradição e demanda na sociedade estão esses avanços na inclusão de alunos de classes menos abastardas.

Esse processo de reparação social por meio da inclusão de grupos excluídos da educação de qualidade, desde a formação no nível fundamental, médio até chegar ao superior,

vieram sob um discurso de inclusão social que teve por base, a democratização agressiva do acesso ao ensino superior, conforme destacou Ristoff (2013), este pode ser considerado um passo importante, mas não suficiente para reverter desequilíbrios de formação educacional e intelectual da população brasileira, mais ações serão necessárias para que essa massa que está dentro dos muros das universidades possam concluir seus cursos, e assim fazer parte da mudança esperada que traga como elemento fundamental a educação emancipadora, inclusiva, democrática, pois um país que almeja ser grande para o mundo, primeiro precisa ser para os seus, não pode prescindir de uma base educacional sólida acessível a todos os seus cidadãos, pois assim poderá ser um país verdadeiramente democrático, pois estará alicerçado em valores fundamentais e insubstituíveis de uma sociedade justa - a educação.

Para Arruda (2011), a importância de democratizar a educação superior no Brasil fez de uma agenda de discussões um leque de possibilidades, pois para a época atual é importante ter o nível superior. Esse nível de formação para as pessoas, nos aspectos profissionais e humanos, bem como no conhecimento científico e tecnológico será necessário para que o Brasil avance na competitividade. Nesse sentido, a inclusão social do maior número de pessoa com esse nível de formação constitui-se primeiro com um instrumento de cidadania, e depois na consolidação da democracia.

Enfim, o que nos chama a atenção é a responsabilização do governo em prol da expansão do ensino superior. O momento atual da política brasileira nos preocupa no sentido de ser um tempo marcado pela incerteza, ainda que seja passageira. É preciso superar a crise na atual economia em nome do desenvolvimento. E a educação é a peça chave para promover a mudança de que o país necessita.

5.4 O Investimento Orçamentário e Financeiro do REUNI no Campus II

O Centro de Ciências Agrárias (CCA) aderiu ao REUNI no ano de 2007, marcado pela criação e implementação do REUNI, porém, com reflexos orçamentários e financeiros a partir do ano de 2008, como se verifica no Decreto nº 6.096/2007 que o institui. Este programa foi oferecido ao Campus pelo governo federal com um prazo muito curto, segundo os entrevistados nesta pesquisa, para a sua adesão.

O REUNI pretendeu congregiar esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública. Destacou-se por não preconizar um modelo único para os cursos de graduação das universidades federais, já que ele assumiu como pressuposto tanto a necessidade de se respeitar a autonomia universitária, quanto à diversidade das instituições MACHADO (2013).

Na execução do projeto REUNI para a UFPB foi previsto para o quadriênio 2008-2011, a construção de 41.150 m² de novas edificações e a reforma de 17.185 m² das edificações já existentes. Somente em 2008 foram licitadas 9.610,74 m² de novas edificações, distribuídas entre 72 novas salas de aula, 31 novos laboratórios, além das áreas de apoio ao ensino de graduação, como ambientes de professores, centros acadêmicos, coordenações e departamentos, etc. (REUNI, UFPB, 2007).

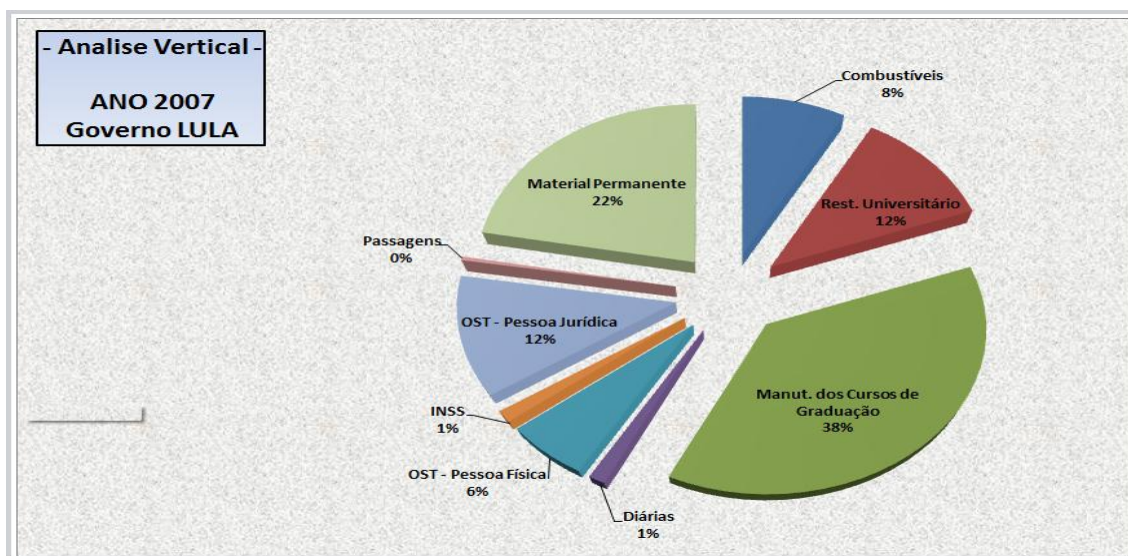
A seguir, estão dispostas tabelas com descrições de valores exatos e seus respectivos gráficos representando porcentagens para que seja detalhada a natureza de despesa destinada ao Campus II através do REUNI.

Tabela 13 – Recursos financeiros do ano de 2007

NATUREZA DE DESPESA	TOTAL
COMBUSTÍVEIS	R\$ 101.473,00
REST. UNIVERSITÁRIO	R\$ 145.762,00
MANUT. DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	R\$ 484.801,00
DIÁRIAS	R\$ 15.570,00
OST - PESSOA FÍSICA	R\$ 76.398,00
INSS	R\$ 15.280,00
OST - PESSOA JURÍDICA	R\$ 153.569,00
PASSAGENS	R\$ 4.735,00
MATERIAL PERMANENTE	R\$ 281.964,00
TOTAL	R\$ 1.279.552,00

Fonte: SIAFI, 2007

Gráfico 02– Análise vertical dos recursos financeiros do ano de 2007



Fonte: SIAFI, 2007

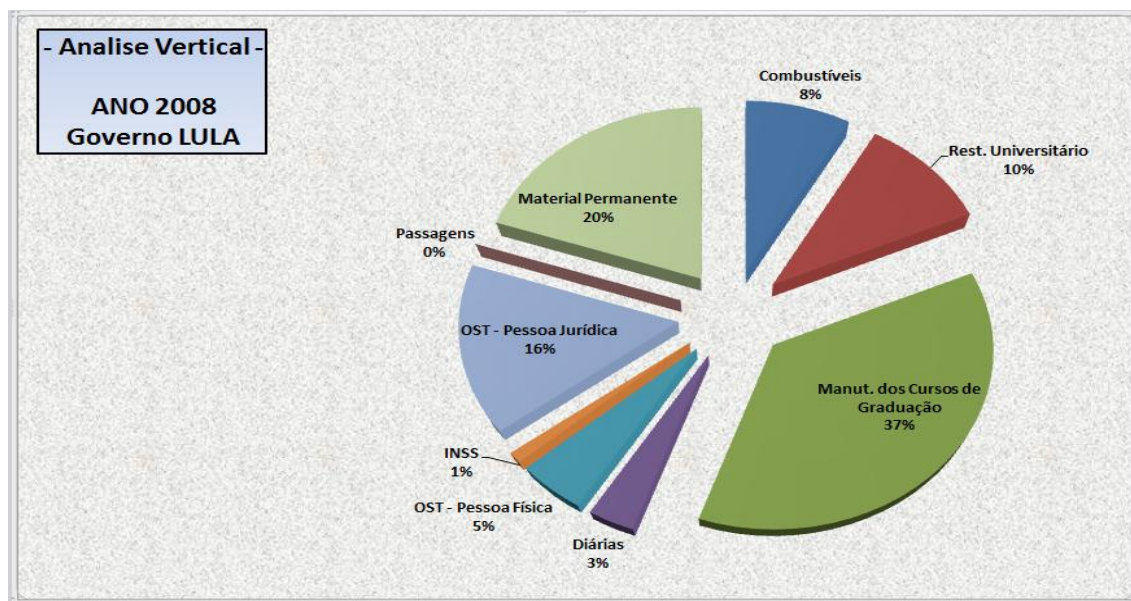
Observa-se que a natureza de despesa no primeiro ano de estruturação no Campus II traduz um total de R\$ 1.279.552,00. Destes, o seu maior investimento é destinado a manutenção dos Cursos de Graduação representando 38% do montante, traduzido em R\$ 484.801,00. Nesse período, destaca-se também 22% dos recursos destinados a material permanente.

Tabela 14 – Recursos financeiros do ano de 2008

NATUREZA DE DESPESA	TOTAL
Combustíveis	R\$ 87.802,00
Rest. Universitário	R\$ 113.000,00
Manut. dos Cursos de Graduação	R\$ 404.545,00
Diárias	R\$ 36.804,00
OST - Pessoa Física	R\$ 53.690,00
INSS	R\$ 10.743,00
OST - Pessoa Jurídica	R\$ 169.922,00
Passagens	R\$ 0,00
Material Permanente	R\$ 216.335,00
TOTAL	R\$ 1.092.841,00

Fonte: SIAFI, 2008

Gráfico 02– Análise vertical dos recursos financeiros do ano de 2008



Fonte SIAFI (2008)

O ano de 2008 foi marcado pela continuidade nos investimentos a fim de solucionar, de maneira continuada, os problemas ocasionados pela falta de investimentos nos anos anteriores, principalmente se nos basearmos no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Apesar de observarmos que houve uma diminuição nos recursos comparados ao ano de 2007, que representou R\$ 279.552,00.

Tabela 15 – Recursos financeiros do ano de 2009

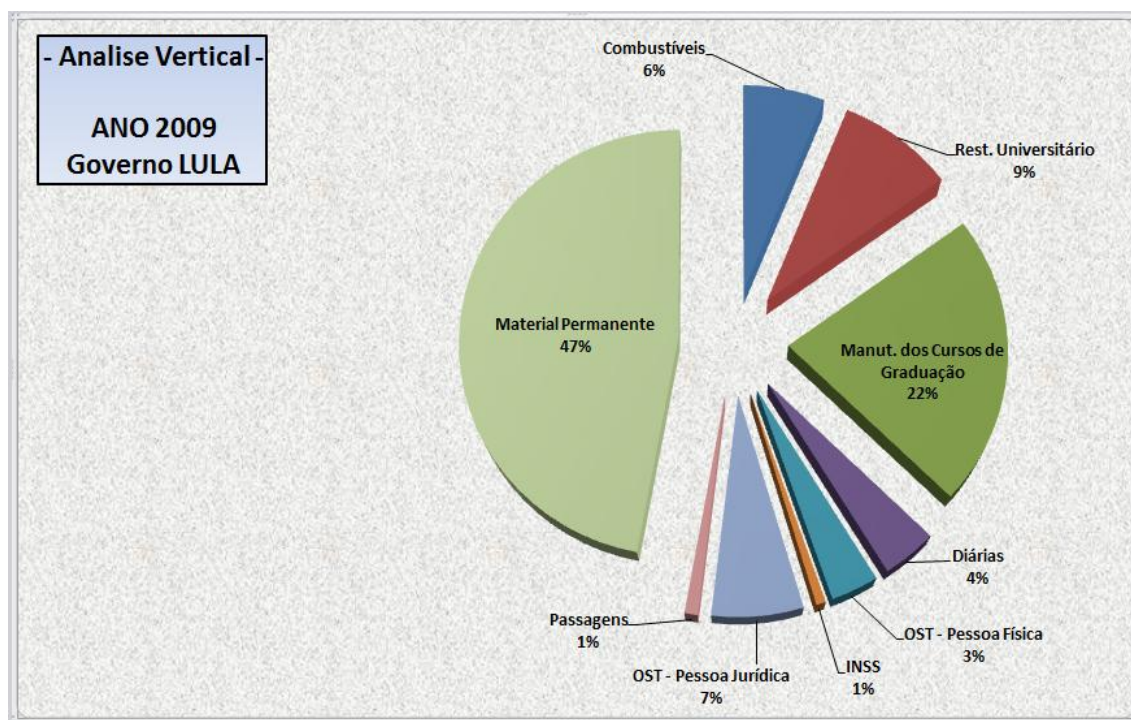
NATUREZA DE DESPESA	TOTAL
Combustíveis	R\$ 96.576,00
Rest. Universitário	R\$ 139.228,00
Manut. dos Cursos de Graduação	R\$ 345.369,00
Diárias	R\$ 62.294,00
OST - Pessoa Física	R\$ 53.690,00
INSS	R\$ 10.743,00
OST - Pessoa Jurídica	R\$ 102.719,00
Passagens	R\$ 14.746,00
Material Permanente	R\$ 736.254,00
TOTAL	R\$ 1.561.619,00

Fonte: SIAFI, 2009

A tabela acima ilustra um aumento significativo principalmente em relação a despesa com material permanente. Podemos inferir que o REUNI promoveu significativos

investimentos no CCA, que efetivamente repercutiu no aumento patrimonial da instituição, e na sua funcionalidade.

Gráfico 03 – Análise vertical dos recursos financeiros do ano de 2009



SIAFI, 2009.

Verifica-se, no ano de 2009, o aumento vertiginoso nos recursos destinados a despesas com “Material Permanente”, ocorrendo um incremento de mais de duzentos e quarenta por cento (240%) em relação ao ano de 2008. A maior parte de material permanente justifica-se, também, pela estrutura que está sendo criada para o funcionamento dos cursos.

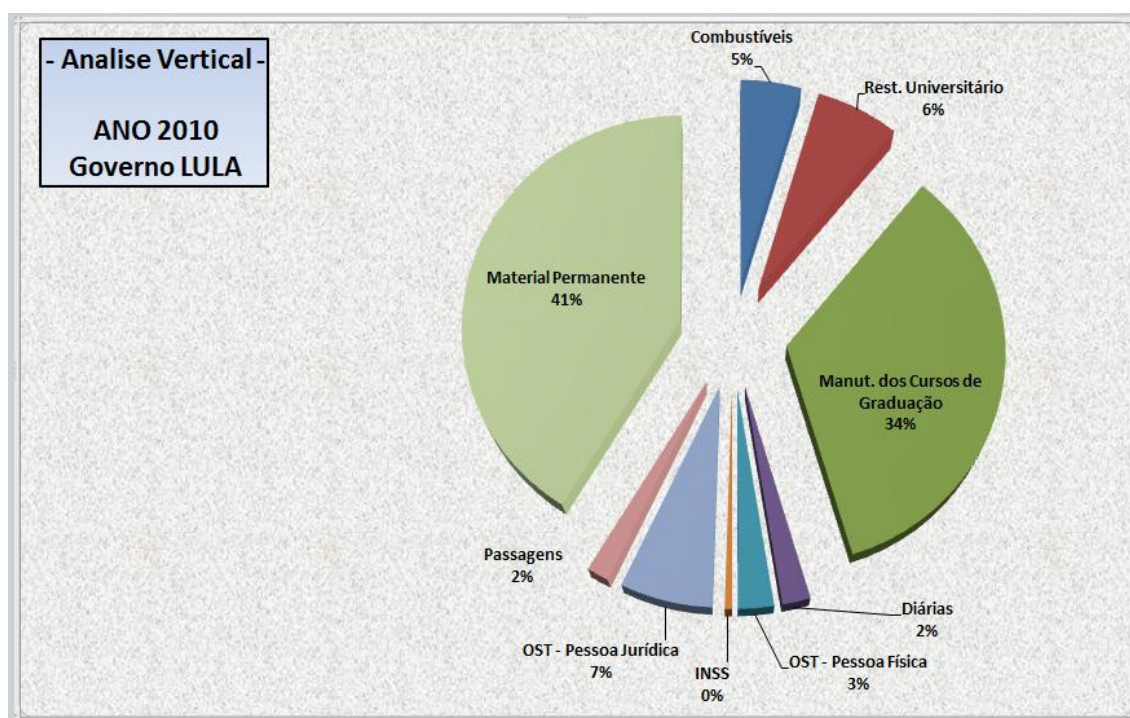
Após a criação do REUNI, os valores destinados a “Material Permanente” alcançam cifras mais significativas a cada ano, ao mesmo passo que os valores totais aplicados no CCA também crescem, conforme se verifica no ano de 2010, de acordo com a Tabela descrita abaixo.

Tabela 16 – Recursos financeiros do ano de 2010

NATUREZA DE DESPESA	TOTAL
Combustíveis	R\$ 101.420,00
Rest. Universitário	R\$ 139.898,00
Manut. dos Cursos de Graduação	R\$ 750.838,00
Diárias	R\$ 44.500,00
OST - Pessoa Física	R\$ 56.900,00
INSS	R\$ 11.380,00
OST - Pessoa Jurídica	R\$ 145.443,00
Passagens	R\$ 35.000,00
Material Permanente	R\$ 902.291,00
TOTAL	R\$ 2.187.670,00

Fonte: SIAFI, 2010

Gráfico 04 – Análise vertical dos recursos financeiros do ano de 2010



SIAFI, 2010

No ano de 2011, auge dos investimentos em “Material Permanente”, entre os itens orçamentários, devido ao grande destaque que foi dado ao item supracitado, sendo estes, para aquisição de equipamentos para laboratório, computadores, dentre outros.

Do valor destinado naquele ano, aproximadamente setenta por cento (70%) foi o valor alocado apenas no item em destaque. Aumentando em 235% (duzentos e trinta e cinco por

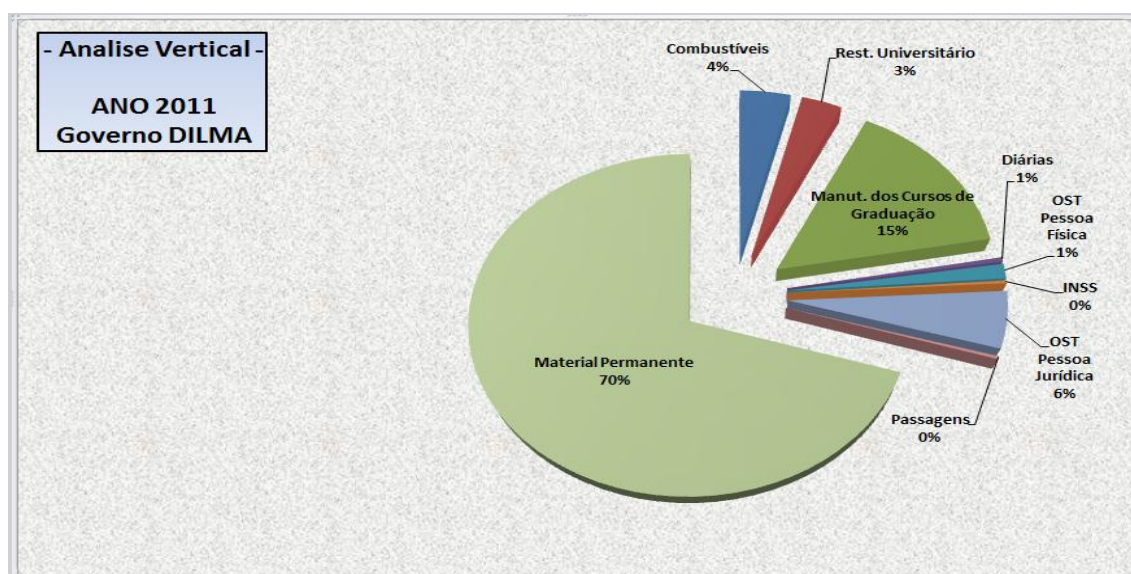
cento) com relação ao ano anterior. O ano de 2011 foi marcado politicamente pelo início do governo de Dilma Rousseff, que deu continuidade às políticas educacionais implantadas na gestão anterior. Percebe-se que o investimento atingirá quase o dobro de montantes em relação ao último ano de governo do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Tabela 17 – Recursos financeiros do ano de 2011

NATUREZA DE DESPESA	TOTAL
Combustíveis	R\$ 166.423,99
Rest. Universitário	R\$ 134.500,00
Manut. dos Cursos de Graduação	R\$ 650.563,09
Diárias	R\$ 17.555,81
OST - Pessoa Física	R\$ 59.000,00
INSS	R\$ 11.800,00
OST - Pessoa Jurídica	R\$ 235.024,42
Passagens	R\$ 12.000,00
Material Permanente	R\$ 3.026.493,90
TOTAL	R\$ 4.313.361,21

Fonte: SIAFI, 2011

Gráfico 05 – Análise vertical dos recursos financeiros do ano de 2011



Fonte: SIAFI, 2011

No último ano analisado, 2012, nota-se que os investimentos não cresceram, caíram embora esteja ainda vigente o Projeto REUNI, implementado no ano de 2008. A partir de

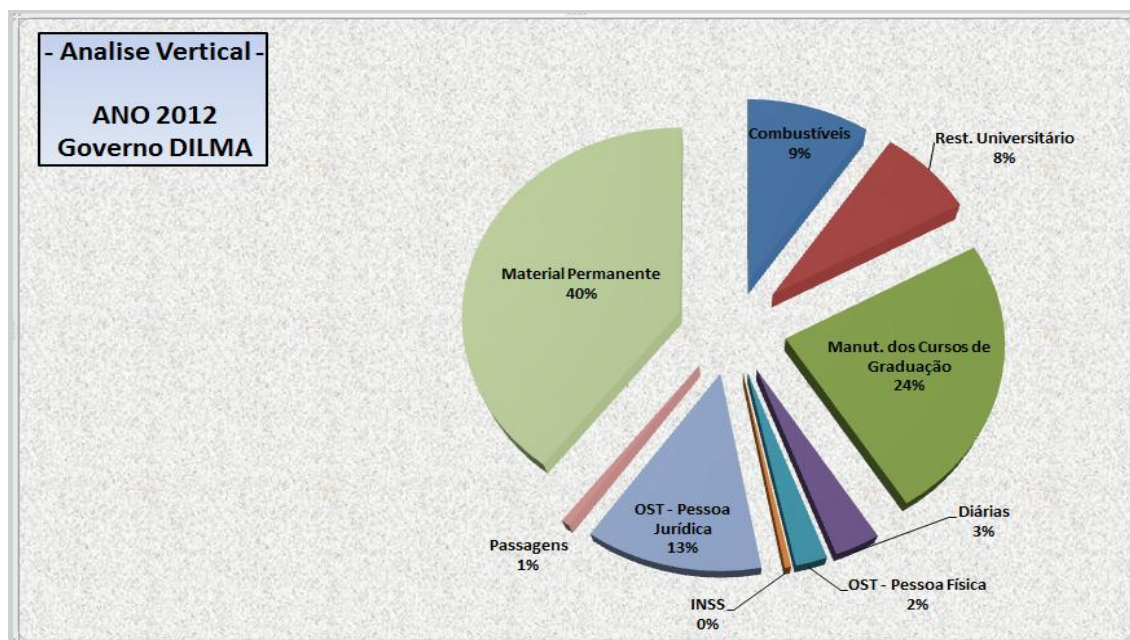
então, os investimentos passaram a apresentar valores significativos, como passaram também a ser alocados em funções educacionais, traduzindo-se para o funcionamento e a manutenção da instituição, ou seja, visando sustentar a estruturação criada pelo REUNI.

Tabela 18 – Recursos financeiros do ano de 2012

NATUREZA DE DESPESA	TOTAL
Combustíveis	R\$ 218.796,00
Rest. Universitário	R\$ 176.000,00
Manut. dos Cursos de Graduação	R\$ 561.270,00
Diárias	R\$ 76.756,00
OST - Pessoa Física	R\$ 53.381,00
INSS	R\$ 10.677,00
OST - Pessoa Jurídica	R\$ 296.296,00
Passagens	R\$ 14.738,00
Material Permanente	R\$ 922.107,62
TOTAL	R\$ 2.330.021,62

Fonte: SIAFI, 2012

Gráfico 06 – Análise vertical dos recursos financeiros do ano de 2012



Fonte: SIAFI, 2012

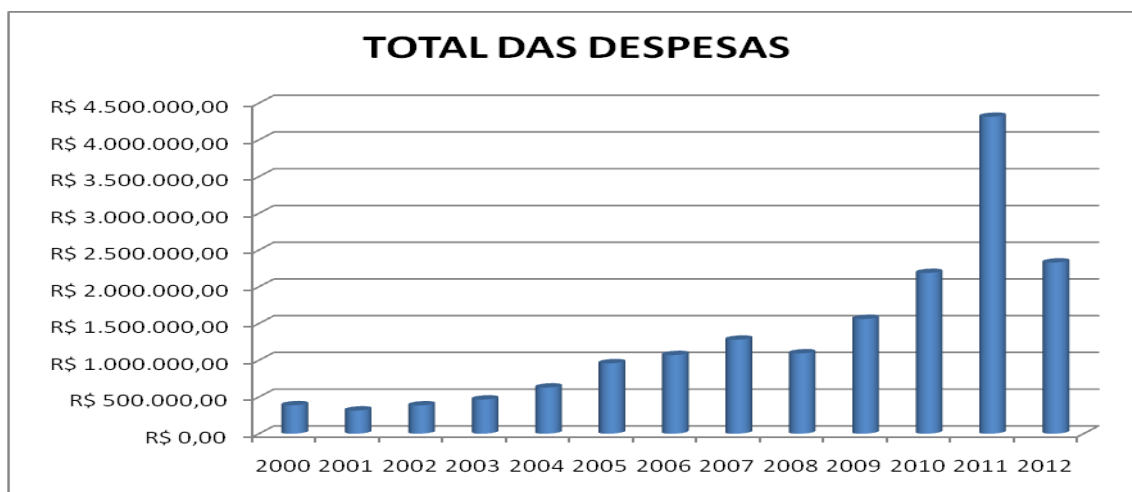
Observando os anos analisados com a implementação do REUNI, os investimentos sofreram acréscimos modestos, devido ao advento deste Projeto, marco para as instituições de

ensino superior, passando a vigorar uma nova perspectiva educacional no Campus II da UFPB.

Os anos seguintes foram marcados por um incremento cada vez maior em investimentos na graduação, como propunha o Projeto REUNI, ao ponto de que os investimentos em 2011 corresponderem a um aumento de 1.014% (um mil e quatorze por cento) com relação ao ano de 2001, ano em que se registrou o menor recurso recebido pelo CCA. A análise vertical abaixo apresentada pode ilustrar o acréscimo dos investimentos entre os anos de 2000 a 2011, a título de referência, limitados que foram em termos de resgate, aos dados disponíveis no SIAFE, como explicado anteriormente, MACHADO (2013).

Como pode ser visto, ao longo dos anos analisados, houve um crescimento no montante de investimentos, interrompido em 2012, com o decréscimo de aproximadamente 45%, em relação ao ano de 2011. A partir de então, o REUNI teve seu ciclo encerrado e a estrutura que foi criada têm sido mantidos com outros recursos do Tesouro Nacional destinados ao CCA, Campus II, da UFPB.

Gráfico 07 – Análise vertical dos recursos financeiros do ano de 2000 a 2012



Fonte: SIAFI, 2012

Conforme ilustra o gráfico, constata-se a defasagem e escassez de recursos no final do governo de FHC. Nota-se que a partir do governo de Lula inicia-se uma nova ordem para o ensino superior, essencialmente a partir de 2006, com o Programa Expandir, que não é objeto de pesquisa desta tese. Portanto, com a adesão ao REUNI é consolidado um ritmo acelerado e com resultados positivos, pois a interiorização e expansão atenderam a demanda no Campus II da UFPB. Além de promover uma estruturação ao Centro de Ciências Agrárias.

Constata-se que com a implantação do REUNI houve um crescimento notório no Campus II, bem como um crescente investimento destinado a dimensão pedagógica e a dimensão de infraestrutura, que não foram objetos de análise desta pesquisa. Observa-se também que houve um representativo investimento financeiro de mais de cinco milhões nos recursos do CCA. Contudo, aponta-se a necessidade de manutenção da estrutura criada pelo REUNI.

É possível identificar uma “revolução silenciosa” como apontam Gomes e Oliveira (2012) nas universidades federais brasileiras. Essa mudança tem ocorrido, porém de forma paulatina, gradativa, parece devagar, no ensino superior brasileiro. Se não veio a revolução esperada, mas ela veio, e foi construída em bases consolidadas, e os reflexos da democratização do *campus* serão percebidos de forma efetiva nos próximos anos e décadas, quando o público-alvo da política de expansão estiver no mercado de trabalho, assumindo o protagonismo em profissões e lugares antes inacessíveis, dessa forma a política será avaliada como um sucesso, pois de forma evidente causou mudança estrutural na sociedade brasileira local, regional e nacional.

Quanto à profundidade e o alcance das transformações por meio das políticas públicas da educação superior podem ser determinadas por aspectos como relações sociais que estruturam a sociedade no estágio atual do capitalismo. Mesmo com discordâncias da efetividade de tais políticas em várias dimensões, é inegável o efeito já produzido no campo da educação superior na sociedade brasileira (GOMES; OLIVEIRA, 2012).

De forma positiva, recomenda-se que outros estudos sejam feitos visando verificar a eficiência da aplicação dos recursos do CCA, e as dimensões relacionadas à infraestrutura e didático-pedagógica proposta por Neder (2013). Até mesmo analisar a UFPB após a Implantação do REUNI e seus desdobramentos, de modo que se possam verificar os resultados do REUNI na UFPB, podendo fazer estudos comparativos com outras universidades do Brasil. Dessa forma, poderá apontar a necessidade da manutenção dos investimentos, como também a avaliação dessa política pública para o ensino superior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese se propôs a estudar uma política de expansão da educação superior, a partir de uma política pública de governo, intitulada REUNI, buscando entender questões e problemas específicos. Nessa pesquisa, de forma individual, pretendeu-se analisar como o Campus de Areia delineou a sua política de expansão no processo macro das políticas federais no período compreendido entre 2007 a 2012, e assim apontar, o *modus operandi* na concretização da criação dos cursos de Química e Medicina Veterinária, e identificar as metas, os valores e resultados alcançados.

Neste trabalho foi analisado a implementação de uma política pública de governo, com relação aos aspectos políticos, no processo de criação dos cursos de Medicina Veterinária e Química, implantados no *Campus* de Areia, em consonância com as diretrizes definidas pelo REUNI instituídos na vigência do referido programa.

Ao término da análise evidenciou-se que a interiorização da UFPB com os cursos criados a partir do REUNI atendeu as demandas do campus de Areia - PB. Pois, observamos que na análise da dimensão política para a implementação dos cursos criados atingiu os propósitos de sua criação.

O posicionamento também defendido neste trabalho é a educação como um bem público, social, de responsabilidade primeira do Estado, propriedade inalienável que inclui, proporciona emancipação política, cultural, intelectual, social e também econômica, pois essa autonomia é capaz de promover mudanças na base das relações sociais.

Na sociedade do conhecimento sob o prisma do capitalismo na atualidade, destaca o valor de uma economia, de uma nação, de estado, pela sua capacidade de gerar e difundir conhecimentos, que é gerado a partir do acesso à informação que as pessoas precisam para resolver os problemas e desenvolver a sociedade. Nesse aspecto, as pessoas assumem a centralidade, para isso é fundamental o acesso da população à educação, sobretudo ao ensino superior de forma a democratizar o conhecimento.

Este estudo foi guiado tendo como pressuposto de que a política de expansão, notadamente das universidades federais, teria sido realizada de forma a atender aos propósitos do governo federal, que procurou agir de forma apressada. Dessa forma, encontrou dificuldades apresentadas para mobilizar as estruturas burocráticas para que cumprissem de

forma célere os propósitos dos programas de expansão do ensino superior. Mesmo com essas barreiras, essa ampliação de vagas representou um espaço de democratização do ensino, tendo em vista, uma maior possibilidade de atender a população que está distante dos grandes centros e precisa ter acesso à educação superior.

Quanto aos objetivos do REUNI e a finalidade de sua implantação, percebe-se que foi criado para atender as exigências internacionais do mercado global e que tem um objetivo meramente material de aumentar o número de alunos nas universidades federais, sem se preocupar com a qualidade do ensino superior.

A UFPB como a maior instituição de ensino superior da Paraíba, e uma das maiores da região Nordeste, pois os seus números representativos considerando a atuação há mais de 60 anos no Estado da Paraíba consolidando-se e legitimando-se em proporções consideráveis quando da implementação desse projeto que foi o REUNI, ainda que não se aponte alguns transtornos em meio a sua execução.

A referida instituição, mesmo sendo uma unidade com fragilidades na sua gestão, é possível apontar um futuro em que precise explorar mais as suas potencialidades no ensino, na pesquisa e na extensão, pois dessa forma deverá afirmar-se cada vez mais como uma instituição pública que responde aos desafios da sociedade que a mantém.

As políticas públicas de educação superior implementadas no Brasil nos últimos anos estão provocando mudanças estruturais significativas na sociedade brasileira, entretanto, as assimetrias entre as regiões, os grupos sociais, a formação profissional, a educação, tem bases históricas, e o desafio de diminuir essas diferenças tem como elemento fundamental o acesso a uma educação de qualidade à maior parte da população em todos os níveis de formação, porém mudanças nessa magnitude o governo levará décadas para resolver, pois é um movimento reacionário. Vale lembrar que é um país marcado pela desigualdade social de forma histórica, dessa forma é preciso fazer muito mais para que tenhamos uma sociedade com justiça social, com mais igualdade na política, na economia, na cultura, na saúde, na segurança, na seguridade social, no emprego, e, sobretudo, na educação.

Os menos favorecidos veem na universidade a grande oportunidade de uma formação de qualidade para o mundo do trabalho, pois quem conclui esse nível de ensino, em geral consegue oportunidades de trabalhos mais qualificados, e como consequência de maior remuneração, o que propiciará em melhorias nas suas condições de vida e da sua família, e

nessa dimensão, o ensino superior cumpre também um papel nuclear na mobilidade social de parte dos que concluem esse nível de ensino.

O Brasil tem uma necessidade premente de ampliar o acesso à educação superior e de democratizar o perfil dos seus alunos, em especial nos cursos mais concorridos. É preciso também refletir que a saída para solucionar o problema deve dar-se pela expansão do setor público, uma vez que a procura por esse nível de ensino aponta para criação de novas vagas.

O número de vagas apresentadas para enfrentar o problema de garantir o acesso a todos ao ensino superior é bastante incipiente. Talvez até, os governantes, por não estarem baseados em um diagnóstico adequado, apresentam determinadas condições de acesso que podem ser equivocados, ou com pouca consistência e condições de viabilidade. É inegável que a abertura de vagas não garantirá uma educação de qualidade social.

A ideia de criação de vagas é um avanço desde que equacionada a questão da demanda que necessita desse ingresso, que hoje, junto com uma expansão de vagas de forma irresponsável, impõe um número elevado de discentes nessas instituições públicas que acaba tornando-se incapaz de responder às necessidades de grandes demandas exclusas a esse processo, e em determinados casos, há muito tempo.

Ao término da análise evidenciou-se que a interiorização da UFPB com os cursos criados a partir do Reuni consubstanciou-se como uma medida de democratização do ensino superior através do acesso e que beneficiou o CCA, além de refletir no desenvolvimento local. Observa-se, também, que na análise da dimensão política para a implementação dos cursos criados atingiu aos propósitos de sua criação.

O governo federal ao oferecer a UFPB a adesão ao REUNI agiu de forma apressada, até por configurar-se como uma política de governo, e neste íterim, encontrou dificuldades apresentadas para mobilizar as estruturas burocráticas para que cumprissem de forma célere os propósitos dos programas de expansão do ensino superior. Mesmo com essas barreiras, essa ampliação de vagas representou um espaço de democratização do ensino, tendo em vista, uma maior possibilidade de atender a população que está distante dos grandes centros e precisa ter acesso à educação superior.

Por fim, não basta resolver os problemas do reduzido e elitizado acesso à educação superior no Brasil, há diversas outras pendências para o desenvolvimento do país, entre elas, resta uma tarefa mais árdua: garantir que haja trabalho para os que se formam nesse nível de ensino, o que já não acontece para os graduados de hoje, devido a diversos fatores econômicos e estruturais. Resolver esta questão passa, inevitavelmente, por uma mudança

estrutural no modelo econômico vigente, discussão esta que não cabe em nossa pesquisa. Resta para os próximos estudos à discussão sobre os avanços do Campus pós-período de recessão na economia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior: Estado x Mercado**. São Paulo: Cortez ; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2003.

ANDIFES. **Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais**. Brasília: 2012. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1360930928PEEXIU.pdf. Acesso em: 03 de agosto de 2015.

ANDRADE, Arnaldo Rosa de. **A universidade como organização complexa**. Revista de Negócios, Blumenau, v.7, n.3, p. 15-18, julho/setembro 2002.

ARAÚJO, M. A. D.; PINHEIRO, H. D. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio**, Belo Horizonte, v.18, nº69, p.647- 668, out/dez, 2010.

ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. Políticas de Educação Superior no Brasil: Expansão e democratização: um debate contemporâneo. **Espaço do Currículo**, v.1. n.2, pp.501-510, setembro de 2010 a março de 2011.

AZEVEDO, Mário L. N. A economia baseada no “cercamento” do conhecimento: globalização, seigniorage e mercadorias fictícias. **Anais**. Trabalho apresentado na 35ª Reunião Anual da Anped. Porto de Galinhas: 2012b.

_____. A convergência de políticas para a educação superior no Mercosul: integração ou europeização? JEZINE, Edineide. BITTAR, Mariluce (Orgs.). **Políticas de educação superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa, Editora UFPB, 2013.

_____. Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), Vol.1, n.1, p. 56-79, jan./jun. 2015.

BALL, Steplen J. **Educacion Reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

_____,; BOWE, R. **Reforming education & changing scholl: case studies in policy sociology**. Londom/New York: Routledge, 1992.

BARBOSA, Milka Alves Correia. MENDONÇA, José Ricardo Costa de. O Professor-Gestor em Universidades Federais: alguns apontamentos e reflexões. **Teoria e Prática em Administração**, v.4, n. 2, 2014, p.131-154.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições, 70, 2011.

BARROS, Conceição de Maria Pinheiro. Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo da UFC: análise e contribuições para a identidade secretarial. In: **VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES** Currículo: (re)construindo os sentidos de educação e ensino. **Anais**, João Pessoa, 2013.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p.138-172.

BOUVIER, Alan. Processos de ensino e aprendizagem na universidade: em torno de alguns paradoxos contemporâneos. FIALHO, Nadia Hage (Org.) **Políticas de educação superior: impactos nos processos de ensinar e aprender na universidade**. Salvador: EDUFBA, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n 5, Brasília, janeiro-julho de 2011. (pp. 193-216).

BRANCO, Uyguaciara Veloso Castelo; JEZINE, Edineide. A EXPANSÃO DA (NA) UFPB: AVALIANDO O REUNI (2008 A 2012). **Revista Temas em Educação**, v. 22, n. 2, p. 60-82, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reforma da Educação Superior – Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da Reforma da Educação Superior**. Documento II. Brasília MEC, agosto/2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

BRASIL. Lei n.10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 02 de agosto de 2015.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de ensino Superior. **A democratização e Expansão da educação superior no país 2003–2014.** (Balanço Social 2003 2014) Brasília, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 15 de março de 2016.

BRASIL. MEC/CAPES. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020.** Brasília, dez. 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2015.

CARVALHO, C. H. A. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: REUNIÃO ANUAL, 30, 2006, Rio de Janeiro; GT 11 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2006, Rio de Janeiro. **Trabalhos apresentados...** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006a.

CASTELO BRANCO, U. V.; JEZINE, E.; NAKAMURA, P. H. . Políticas de Expansão, Acesso e Permanência na UFPB (1996-2012). In: II Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior, 2014, João Pessoa. **Anais do II Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior.** JOÃO PESSOA: UFPB, 2014. v. 1. p. 1-18

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; A expansão e o acesso ao ensino superior: os novos desafios da educação brasileira. In: **Políticas de Gestão e Práticas Educativas: a qualidade do ensino.** Junior, Luiz de Sousa; FRANÇA, Magna; FARIAS, Maria da Salete Barboza de; (Orgs) Brasília: Líber Livro, 2011.

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS. **Graduação em Veterinária.** Disponível em: <http://www.cca.ufpb.br/veterinaria/medicina.htm>. Acesso em 01.03.2016.

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS. **Graduação em Química.** Disponível em: <http://quimicaccaufpb.wix.com/quimicaccaufpb#!licenciatura/c1wab>. Acesso em 01.03.2016.

CHAVES, Vera Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes (Org.) **A universidade brasileira e o PNE: instrumentalização e mercantilização educacionais**. São Paulo, Xamã, 2013.

CHAVES, V.L.J.; ARAÚJO, R.S. de. Política de expansão das universidades federais via contrato de gestão – uma análise da implantação do Reuni na Universidade Federal do Pará. **Universidade e Sociedade**, ano XXI, n. 48, jul., 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Graduação/Pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 777-793. Especial – Out. 2004.

DA SILVA, Fabiana Regina. Políticas educacionais no Ensino Superior Público em Frederico Westphalen-RS. **Revista de Educação**, v. 6, n. 12, p. 269-286, 2011.

DE CARVALHO, Rayana Andrade; ARAUJO, Edineide Jezine Mesquita. PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: “um peso, duas medidas”. **Revista Espaço do Currículo**, v. 9, n. 1, 2016.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da Educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação (Campinas) [online]**. 2013, vol.18, n.1, pp. 107-126.

ÉSTHER, A. **Construção da identidade gerencial dos gestores da alta administração das universidades federais em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Administração). Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

FRANCO, Lila Louise Moreira Martins. MORAES, Karine Nunes de Moraes. O programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (Reuni) na UFG: o processo de formulação, aprovação e implantação. JEZINE, Edineide. BITTAR, Mariluce (Orgs.). **Políticas de educação superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa, Editora UFPB, 2013.

GENTILI, Pablo. **Política Educacional, cidadania e conquistas democráticas**. GENTILI, Pablo. (Org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GOMES, Alfredo Macedo. MORAES, Karine Nunes de. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan.-mar. 2012.

GOMES, Alfredo Macedo. OLIVEIRA, João Ferreira de. **Reconfiguração do campo da Educação Superior**. (Organizadores). Educação Superior como sujeito-objeto de estudo. Campinas, Mercado das Letras, 2012.

JEZINE, Edineide. BRÁS, José Viegas. GONÇALVES, Maria das Neves. Acesso de novos públicos ao ensino superior. JEZINE, Edineide. BITTAR, Mariluce (Orgs.). **Políticas de educação superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa, Editora UFPB, 2013.

LEDA, Denise Bessa. SILVA JÚNIOR, João Carlos dos Reis. O trabalho docente diante da expansão da educação superior – sofrimento e políticas de resitência. JEZINE, Edineide. BITTAR, Mariluce (Orgs.). **Políticas de educação superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa, Editora UFPB, 2013.

LEDA, Denise Bessa. MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n.1, p. 49-54, jan./abr., 2009.

LIMA, Antonio Bosco de. O PDE e a qualidade: expansão da educação superior na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG) (2008 – 2012). In: LIMA, Antonio Bosco de (Org.) **Qualidade da Educação Superior: o Programa Reuni**. Jundiaí, Paco Editorail, 2014.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século . **R. Katál** , Florianópolis, v. 14, n.1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

MANCEBO, Deise. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: caminhos da pesquisa. JEZINE, Edineide. BITTAR, Mariluce (Orgs.). **Políticas de educação superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa, Editora UFPB, 2013.

MANCEBO, D. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer. **Psicologia: Reflexão & Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 77-83, 2007.

MACHADO, Andréia Maria de Oliveira. **Avaliação dos impactos financeiros do projeto de reestruturação das universidades federais no Campus II da UFPB: um estudo sobre a Graduação**. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Agrárias. Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão e Avaliação da Educação Superior. TCC. 46 p. 2013.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.27, n.94, p. 47-69, jan./abr.2006.

MARBACK NETO, Guilherme. **Avaliação: instrumento de gestão universitária**. Vila Velha, ES: Editora Hoper, 2007.

MARQUES, Antonio Carlos Henriques. CEPÊDA, Vera Alves. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v.42, p.161-192, jul.dez./2012.

MERRIAM, S.B. **Qualitative Research: a guide to design and interpretation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MEYER JR, Vitor. Planejamento universitário: ato racional, político ou simbólico- um estudo de universidades brasileiras. **Revista Alcance**, 2005. v.12, n.3, p. 373-389. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/ra/index>>. Acesso em 25 de março de 2016.

MOROSINI, Marilia Costa; FRANCO, Maria Estela Dal Pai; SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 119-140, jan./jun. 2011.

NASCIMENTO, Francivaldo dos Santos; HELAL, Diogo Henrique. Expansão e interiorização das universidades federais: uma análise do processo de implementação do Campus do Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 45-67, fev. 2015. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n1p45>>. Acesso em: 02 Jul. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2015v8n1p45>.

NASCIMENTO, Lindalva Gouveia. Expansão do Ensino de Pós-graduação *Stricto Sensu* no Brasil: um estudo na Universidade Federal da Paraíba. **II Colóquio Internacional de pesquisas em Educação Superior: Formação de professores e ensino por competências**. ISSN 23186887. João Pessoa, 2014.

NEDER, Maria Lucia Cavall. **A expansão das universidades federais: avanços, desafios e expectativas**. 2013. Disponível: <http://www.revistaprincipios.com.br/principios/34-noticias/318-a-expansao-das-universidades-federais-avancos-desafios-e-expectativas.html>. Acesso em: 17.05.2015.

PAULA, Ana Paula Paes. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 1ed; 6ª reimpressão.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da Silva. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n.2, p.10-31, jul. - dez. 2010.

PEREZ, José Roberto Rus. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.-dez., 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - Out. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>

PRESTES, Emília Maria da Trindade; JEZINE, Edineide; SCOCUGLIA, Afonso Celso. Democratização do ensino superior brasileiro: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Lusófona de Educação**, n. 21, p. 199-218, 2012.

RISTTOF, Dilvo. A Universidade Brasileira Contemporânea: Tendências e Perspectivas. MOROSINI, Marília (org). **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

RISTOFF, Dilvo. Os desafios da educação superior na Ibero-América: inovação, inclusão e qualidade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, 2013. v. 18, n. 3, p. 519- 545, nov. Disponível em: Acesso: 25.01.2017.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Concretos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SANTOS, Ana Lúcia Félix. **A pós-graduação em educação e o tratamento do tema política educacional: uma análise da produção do reconhecimento no nordeste brasileiro**. Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A avaliação no PNPG 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil. In: Ferreira, Naura Syria Carapeto (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Líber Livro, 2006.

SILVA, Jorge Paiva da. OURIQUE, Maiane Liana Hatschbach. A expansão da educação superior no Brasil: um estudo do caso Cesnors. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.93, n. 233, p. 215-230. Jan./abr.2012.

SILVA, Hiran Francisco Oliveira Lopes de. **Ajuste estrutural e educação superior no Brasil: princípios negados**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. **O processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil: Características e Determinantes da avaliação de Programas e Projetos**. UNICAMPI/NEPP 2000. Disponível em: <http://www.nepp.unicamp.br/index.php?p=42>. Acesso em 10 de jul. de 2016.

SOUSA JUNIOR, L. **A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização do ensino superior.** 2010. Disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0310.pdf>, consultado em 26/10/2016.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. O ensino superior em disputa: apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo Lula. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 9, p. 1-12, abr. 2009.

TROW, Martin. **Reflections on the Transition from Elite to Mass to Universal Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWII.** Berkeley: University of California, 2005. Disponível em: http://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-1-4020-4012-2_13. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

OTRANTO, Celia Regina. Desvendando a política da educação superior do governo Lula. **Universidade e Sociedade**, v. 16, n. 38, p. 19-29, 2006.

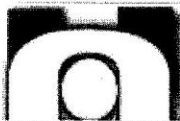
VARGAS, Hustana Maria. Cor e curso na interiorização de uma universidade federal. Disponível http://flacso.org.br/files/2015/11/gea_opini%C3%A3o22.pdf. Acesso em: 27. Jan. 2016.

VILELA, Elena Fátima; GARCIA, Fernando Coutinho; VIEIRA, Adriane. Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública. REAd. **Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 517-540, ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112013000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 fev. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-23112013000200010>.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAGO, Jacqueline Oliveira Lima. A implementação do Programa Expansão (2003) e do Reuni (2007) na UFTM e seus desdobramentos. In: LIMA, Antonio Bosco de (Org.) **Qualidade da Educação Superior: o Programa Reuni.** Jundiaí, Paco Editorail, 2014.

ANEXOS



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
LAURO WANDERLEY/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Área da Pesquisa: Expansão do Ensino Superior Público

Investigador: Lindalva Gouveia Nascimento

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 42255715.1.0000.5183

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.012.528

Data da Relatoria: 31/03/2015

Apresentação do Projeto:

O protocolo de pesquisa encontra-se bem estruturado ética/metodologicamente, conforme preconiza a Resolução CNS nº 466/2012 e a Carta Circular nº 039./2011/CONEP/CNS/GB/MS, de 30 de setembro de 2011.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar a política de expansão e interiorização da Universidade Federal da Paraíba no contexto da democratização do ensino superior público.

Objetivo Secundário: • Situar o processo de interiorização da UFPB na política de expansão do ensino superior público federal na última década;

• Descrever os aspectos político-institucionais, técnico-administrativos e a relação com a sociedade no processo de interiorização da UFPB;

• Investigar as enunciações presentes nos currículos dos cursos criados a partir da interiorização da UFPB.

Classificação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Não existem riscos previsíveis para os participantes.

Benefícios: A relevância social do estudo reside na possibilidade de oferecer análises sobre as

Endereço: HULW-4º andar - Campus I - UFPB

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.059-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7964

Fax: (83)3216-7522

E-mail: cepulw@hotmail.com

Dr. Elene Moreira Freire
Coordenadora
Comitê de Ética em Pesquisa
HULW - EBSERH/UFPB



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
LAURO WANDERLEY/UFPB



Renovação do Parecer: 1.012.528

condições de oferta de vagas no ensino superior público, de confrontar a própria voz com a regulação instituída pela política pública e com isso, vislumbrar a prática discursiva e realidade percebida pelos destinatários dessa ação governamental.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo caracteriza-se como exploratório, na modalidade histórico-dialética, com abordagem qualitativa. Para a coleta dos dados serão utilizadas técnicas de levantamento bibliográfico e análise de documentação oficial, assim como entrevistas com os atores que protagonizaram o processo de interiorização da UFPB, no período de 2003 – 2013. Os dados serão analisados por meio da técnica de análise crítica do discurso.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Após análise detalhada do protocolo de pesquisa, constatamos que todos os termos foram apresentados corretamente. No entanto, torna-se necessário colocar o contato do CEP/HULW, no TCLE.

Recomendações:

Observar as recomendações éticas no desenvolvimento da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Favorável ao desenvolvimento da pesquisa, após a colocação do contato do CEP/HULW, no TCLE.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

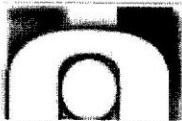
Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O protocolo de pesquisa APROVADO pelo Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos do HULW/UFPB, em Reunião Ordinária realizada no dia 31 de março de 2015. Ressaltamos que, após o término da pesquisa acrescentar no projeto via online e através de notificação, o Relatório Final. Informamos que qualquer alteração no projeto, dificuldades, assim como os eventos adversos deverão ser comunicados a este Comitê de Ética em Pesquisa através do Pesquisador responsável uma vez que, após aprovação da pesquisa o CEP-HULW torna-se corresponsável.

Endereço: HULW-4º andar - Campus I - UFPB
Bairro: Cidade Universitária CEP: 58.059-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7964 Fax: (83)3216-7522 E-mail: cephulw@hotmail.com


Dr. Eliane Moreira Freire
Coordenadora
Comitê de Ética em Pesquisa
HULW - EBSERH / UFPB
Página 02 de 03



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
LAURO WANDERLEY/UFPB



Continuação do Parecer: 1.012.528

JOAO PESSOA, 07 de Abril de 2015

Assinado por:
MARIA LUIZA FREIRE
Dra. em Medicina
Comitê de Ética em Pesquisa
HULW - EBSERH

Endereço: HULW-4º andar - Campus I - UFPB
Bairro: Cidade Universitária CEP: 58.059-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7964 Fax: (83)3216-7522 E-mail: cepulw@hotmail.com

Página 03 de 03

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO
SUPERIOR

Ata da reunião extraordinária do CONSEPE, realizada no dia 07 de
julho de 2011.

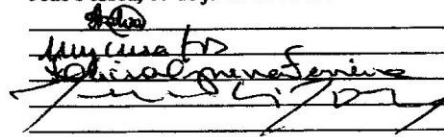
1 Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da
2 SODS, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e
3 Extensão, sob a presidência da Vice-reitora Maria Yara de Campos Matos
4 (substituindo o Reitor Rômulo Soares Polari). Atendendo à convocação,
5 compareceram os conselheiros Isac Almeida de Medeiros, Valdir Barbosa Bezerra
6 (durante a manhã), Severino Elias (substituindo Valdir Barbosa Bezerra durante a
7 tarde), Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Bagnólia Araújo Costa, Luciano Bezerra
8 Gomes, Fabiano Savadori (durante a manhã), José Antônio Rodrigues da Silva,
9 Paulo Henrique Montenegro (substituindo Celso Augusto Guimarães), Daniel
10 Ferreira da Silva, Paulo Roberto Vieira de Melo (durante a manhã), Isaias Moreira
11 Ferreira, Maria da Salete Barboza de Farias, Maria Creusa de Araújo Borges, José
12 Baptista de Mello Neto, Roberto Wagner Cavalcanti Raposo, Mário Luiz Farias
13 Cavalcanti, Jarbas Sobreira Moreira, José Elias dos Santos Filho, João Andrade da
14 Silva, Jória Viana Guerreiro e Fabíola Dias da Silva Curbelo. Ausências
15 justificadas: Rômulo Soares Polari, Valdir Barbosa Bezerra (durante a tarde), Celso
16 Augusto Guimarães Santos e Rosenês Lima dos Santos. Ausências: Fabiano
17 Salvadori (durante a manhã), Paulo Roberto Vieira de Melo (durante a tarde),
18 André Ricardo Dias dos Santos, Cleyson Soares Dias e Emanuel Pereira Leal.
19 Constatado quorum regimental, a Senhora Presidente iniciou a reunião solicitando
20 dos conselheiros objetividade em suas intervenções, uma vez que esta reunião
21 extraordinária tinha sido solicitada pelos mesmos para resolver algumas questões
22 pendentes para o próximo semestre. À tarde, antes de dar continuidade à ordem do
23 dia, o CONSEPE, por proposta da Vice-Reitora, aprovou por unanimidade de votos,
24 uma moção de pesar ao Senhor José Florentino Duarte, professor aposentado do
25 Centro de Ciências Jurídicas. Sem mais considerações para registro, seguem os
26 processos que foram julgados. Processo Nº 23074.030230/10-44, em que o CE
27 solicita a criação do Curso de Bacharelado em Ciências das Religiões, aos cuidados
28 do Conselheiro Roberto Wagner Cavalcanti Raposo, que emitiu parecer favorável.
29 Em votação, foi aprovado por onze votos favoráveis, seis votos contrários e três
30 abstenções. Processo Nº 23074.017661/11-32, em que o Centro de Ciências
31 Agrárias encaminha Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Química
32 (Licenciatura), aos cuidados da Conselheira Maria da Salete Barboza de Farias, que
33 emitiu parecer favorável. Em votação, foi aprovado por vinte e um votos favoráveis
34 e uma abstenção. Processo Nº 23074.017660/11-70, em que o Centro de Ciências
35 Agrárias encaminha Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Química
36 (Bacharelado), aos cuidados da Conselheira Maria da Salete Barboza de Farias, que
37 emitiu parecer favorável. Em votação, foi aprovado por vinte e um votos favoráveis
38 e uma abstenção. Processo Nº 23074.010077/11-82, em que o DCT/CCHLA
39 solicita Criação do Curso de Especialização em Turismo de Base Local, aos
40 cuidados do Conselheiro José Antônio Novais, que emitiu parecer favorável. Em
41 votação, foi aprovado por dezesseis votos favoráveis e quatro abstenções. Processo
42 Nº 23074.012997/11-36, em que Gabriella Lima e Silva encaminha recurso
43 solicitando aceitação para continuar participando do Processo de Seleção do PIANI,

1 aos cuidados do Conselheiro Daniel Ferreira da Silva, que emitiu parecer contrário.
2 Em votação, foi rejeitado por quatro votos favoráveis, treze votos contrários e
3 quatro abstenções. Processo Nº 23074.013729/11-22, em que Vinicius Herbert Sales
4 da Silva encaminha recurso referente a indeferimento de inscrição no PIANI, aos
5 cuidados da Conselheira Maria Creusa de Araújo Borges, que emitiu parecer
6 favorável. Em votação, foi aprovado por vinte e um votos favoráveis e três
7 abstenções. Processo Nº 23074.014339/11-33, em que Jéssica Aparecida Rolim
8 Pontes solicita vaga no Curso de Enfermagem conforme inscrição no ENEM/SISU,
9 aos cuidados da Conselheira Jória Viana Guerreiro, que emitiu parecer favorável.
10 Em votação, foi aprovado por dezenove votos favoráveis e duas abstenções.
11 Processo Nº 23074.017881/11-39, em que a Coordenação da Pós-Graduação em
12 Geografia encaminha recurso referente à decisão do Conselho do CCEN sobre
13 reclassificação de bolsas, aos cuidados do Conselheiro José Baptista de Mello Neto,
14 que emitiu parecer favorável. Durante a apreciação desse processo, as partes
15 interessadas tiveram a oportunidade de apresentar fatos sobre a classificação das
16 bolsas. O Professor Isaias Moreira Ferreira cedeu a palavra à aluna Noemi Paes
17 Freire, que prestou alguns esclarecimentos, afirmando que a Coordenação da Pós-
18 Graduação em Geografia foi convocada para o Conselho de Centro e que a Mesa
19 apresentou a justificativa feita pela coordenadora, na qual a mesma informava que
20 não poderia estar lá. A aluna informou também que o grupo de alunos concorrentes
21 deu entrada no processo no dia 18 de março de 2011 contra a classificação de bolsas
22 aprovada pelo Colegiado no dia 15 de março de 2011. Ela ressaltou que o
23 Colegiado é composto por cinco membros e que as únicas pessoas que aprovaram a
24 nova classificação de bolsas foram as professoras Maria de Fátima Ferreira
25 Rodrigues e Doralice Satyro Maia, membros da Comissão de Bolsas. Ao término de
26 sua fala, a aluna afirmou que no dia 13 de março de 2011 foi enviada pelo e-mail
27 institucional do Programa uma Resolução 03/2005-PPGG em anexo que ocultava
28 itens que se encontram na versão original. Como parte do processo em questão, a
29 professora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues declarou que não compareceu à
30 reunião do Colegiado porque estava em Cajazeiras e já tinha agendado esta viagem
31 há quatro meses. Além disso, informou que ela atenderia a uma medida judicial
32 para invalidar um resultado, mas não atenderia a uma medida administrativa. Em
33 votação, o parecer do Relator José Baptista de Mello Neto foi aprovado por oito
34 votos favoráveis, seis votos contrários e três abstenções, com a ressalva de que o
35 Colegiado de Curso se reúna para deliberar sobre o relatório da Comissão de
36 Bolsas, sem a possibilidade de votos das professoras envolvidas para que não haja
37 choque de interesses. Processo Nº 23074.018178/11-48, em que Acasia José de
38 Barros Santos encaminha resultado da Reopção de Curso e Pólo – UFPB Virtual,
39 aos cuidados do Conselheiro João Andrade da Silva, que emitiu parecer favorável.
40 Em votação, foi aprovado por dezenove votos favoráveis e uma abstenção. Processo
41 Nº 23074.014372/11-17, em que Thais Cristina Araujo de Lucena encaminha
42 recurso referente à quebra de pré-requisito, aos cuidados do Conselheiro Isaias
43 Moreira Ferreira, que emitiu parecer favorável. Em votação, foi aprovado por
44 dezoito votos favoráveis e duas abstenções. Processo Nº 23074.011438/11-17, em
45 que Marcus Vinicius Silva e Silva encaminha recurso referente a cadastramento

2

Ata da reunião extraordinária do CONSEPE, realizada no dia 07 de julho de 2011

1 fora do prazo no Curso de Física, aos cuidados do Conselheiro Isaias Moreira
2 Ferreira, que emitiu parecer favorável. Em votação, foi aprovado por dezesseis
3 votos favoráveis e quatro abstenções. Processo Nº 23074.013473/11-81, em que
4 Victor de Andrade Sousa encaminha recurso referente a cadastramento fora do
5 prazo no Curso de Engenharia Mecânica, aos cuidados da Conselheira Jória Viana
6 Guerreiro, que emitiu parecer favorável. Em votação, foi aprovado por dezoito
7 votos favoráveis e duas abstenções. Nada mais tendo a tratar, a Senhora Presidente
8 deu por encerrada a reunião do CONSEPE. Do ocorrido, eu, Agamenon Travassos
9 Sarinho, Coordenador da SODS, lavrei a presente ata que vai por mim assinada,
10 pelo Senhor Presidente e demais presentes à sua aprovação. Secretaria dos Órgãos
11 Deliberativos da Administração Superior da Universidade Federal da Paraíba, em
12 João Pessoa, 07 de julho de 2011.

13 
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

3
Ata da reunião extraordinária do CONSEPE, realizada no dia 07 de julho de 2011

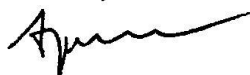
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Ata da reunião ordinária do CONSUNI, realizada no dia 28 de junho de 2011.

1 Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às nove horas, na sala de
2 reuniões da SODS, reuniu-se ordinariamente o Conselho Universitário, sob a presidência
3 do Reitor Rômulo Soares Polari. Atendendo à convocação, compareceram os conselheiros,
4 Maria Yara Campus Matos, Marcelo de Figueiredo Lopes, Guilherme de Albuquerque
5 Cavalcanti, Paulo Amilton Maia Leite Filho, Clivaldo Silva de Araújo, Marco Antônio de
6 Vivo Barros, Alexandre Medeiros de Figueiredo, Antônio Eustáquio Resende de
7 Travassos, Alexandre Scaico, Ariosvaldo da Silva Diniz, Maria Luiza P. Alencar Mayer
8 Feitosa, Reinaldo Nóbrega de Almeida, Teresa Neumann A. Costa, Antônio José Creão
9 Duarte, Zaqueu Ernesto da Silva, Djail Santos, Adailson Pereira de Souza, César Emanuel
10 Barbosa de Lima, Roberto Quirino do Nascimento, Lara Santos Amorim, Marizete Fernandes
11 de Lima, Vicente Bernardo de Souza, José Marcelino Oliveira Cavaleiro Miguel Mauricio
12 Isoni, Aleksandro Mendes Rocha e José Rômulo Batista Xavier. Ausência dos conselheiros,
13 Paulo Fernando B. Cavalcanti Filho, Eduardo Ramalho Rabenhorst, Janóbio Barbosa dos
14 Santos, Cláudio Benedito Silva Furtado, Teresa Neumann A. Costa e Glauber Túlio
15 Gomes Galvão da Trindade. Constatado o quorum regimental, o Senhor Presidente abriu
16 os trabalhos e como não existia ata para apreciação passou as comunicações informando
17 sobre questões orçamentárias, da Pós-Graduação e do REUNI. Em seguida, o conselheiro
18 Zaqueu Ernesto da Silva falou sobre recursos da Pós-Graduação e sobre a necessidade da
19 implantação de Projeto de indicação de endereços no Campus I. O conselheiro José
20 Rômulo Batista Xavier deu informes sobre a greve dos servidores técnico-administrativos
21 e concursos para os servidores, teceu comentários sobre os terceirizados, bem como do
22 Mestrado e Doutorado para os servidores técnico-administrativos. O conselheiro Paulo
23 Amilton Maia Leite Filho teceu comentários sobre a greve dos servidores técnicos-
24 administrativos, sobre o ponto eletrônico e a eleição de Reitor. O conselheiro Marco
25 Antônio de Vivo Barros fez referência à denúncia sobre exercício ilegal das atividades de
26 Médico por estudantes do curso de Medicina. O conselheiro José Rômulo Batista Xavier
27 fez referência sobre a importância de ser mantida a paridade na eleição de Reitor da UFPB
28 e o conselheiro Alexandre Medeiros de Figueiredo fez referência a questão da Greve dos
29 servidores técnico-administrativos, bem como sobre a denúncia do exercício ilegal das
30 atividades profissionais por estudantes do curso de Medicina. Ato contínuo, seguindo a
31 pauta, o Senhor Presidente passou para apreciação dos processos. Processo nº
32 23074.014007/11-11, em que o CCEN encaminha projeto de Pós-Graduação em nível de
33 Doutorado em Modelo de decisão e Saúde, aos cuidados do conselheiro Miguel Mauricio
34 Isoni, que emitiu parecer favorável. Em votação, o parecer do relator foi aprovado por
35 vinte e dois votos favoráveis e duas abstenções. Processo nº 23074.016804/11-52, em que
36 o CCSA encaminha Projeto de implantação do Curso de Doutorado em Administração,
37 aos cuidados do conselheiro José Marcelino Oliveira Cavaleiro, que emitiu parecer
38 favorável. Em votação o parecer do relator foi aprovado por vinte e cinco votos favoráveis
39 e uma abstenção. Processo nº 23074.017578/11-91, em que José Marcelino Oliveira
40 Cavaleiro encaminha minuta de resolução que altera as Resoluções nº 65/2010 e nº
41 78/2010, ambas do CONSEPE, que aprovam o projeto pedagógico do Curso Superior em
42 Tecnologia de Alimentos do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional, Campus
43 I, desta Universidade, aos cuidados do conselheiro Guilherme de Albuquerque Cavalcanti



1 que emitiu parecer favorável. Em votação, o parecer do relator foi aprovado por vinte e
2 dois votos favoráveis e duas abstenções. Processo nº 23074.017244/11-35, em que CCEN
3 – Departamento de Informática encaminha minuta resolução que aprova o projeto
4 pedagógico do curso de Matemática Computacional do CCEN, Campus I da UFPB, aos
5 cuidados do conselheiro Clivaldo Silva de Araújo que emitiu parecer favorável. Em
6 votação, o parecer do relator foi aprovado por vinte e seis votos favoráveis e uma
7 abstenção. Processo nº 23074.017141/11-01, em que o CCSA solicita criação do curso de
8 Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, aos cuidados do
9 conselheiro Zaqueu Ernesto da Silva que emitiu parecer favorável. Em votação, o parecer
10 do relator foi aprovado por vinte e cinco votos favoráveis e uma abstenção. Processo nº
11 23074.017550/11-71, em que o CCHSA solicita a criação do curso de Pós-Graduação em
12 Ciências Agrárias – Agroecologia, aos cuidados do conselheiro Antônio José Creão
13 Duarte que emitiu parecer favorável. Em votação, o parecer do relator foi aprovado por
14 vinte e quatro votos favoráveis e uma abstenção. Processo nº 23074.013700/11-41, em que
15 o Departamento de Informática encaminha projeto de criação do Centro de Informática
16 (CI), no Campus I da UFPB, aos cuidados do conselheiro Zaqueu Ernesto da Silva que
17 emitiu parecer favorável. Em votação, o parecer do relator foi aprovado por vinte e quatro
18 votos favoráveis e uma abstenção. Processo nº 23074.017661/11-32, em que o CCA
19 solicita autorização para criação do Curso de Graduação em Química (Licenciatura), aos
20 cuidados do conselheiro Guilherme de Albuquerque Cavalcanti que emitiu parecer
21 favorável. Em votação, o parecer do relator foi aprovado por vinte e seis votos favoráveis
22 e uma abstenção. Processo nº 23074.017660/11-70, em que o CCA solicita autorização
23 para criação do curso de Graduação em Química (Bacharelato), aos cuidados do
24 conselheiro Guilherme de Albuquerque Cavalcanti que emitiu parecer favorável. Em
25 votação, o parecer do relator foi aprovado por vinte e seis votos favoráveis e uma
26 abstenção. Processo nº 23074.018025/11-06, em que o CCHLA solicita criação do curso
27 de Bacharelato em cinema e Audio Visual, aos cuidados do conselheiro Djail Santos que
28 emitiu parecer favorável. Em votação, o parecer do relator foi aprovado por vinte e quatro
29 votos favoráveis. Em seguida, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião do
30 CONSUNI. Do ocorrido, eu, Agamenon Travassos Sarinho, secretário, lavrei a presente
31 ata que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente e demais presentes a sua aprovação.
32 Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior da Universidade Federal
33 da Paraíba, em João Pessoa, 28 de junho de 2011.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO Nº 30/2007

Autoriza a criação do Curso de Medicina
Veterinária, modalidade Bacharelado, do Centro
de Ciências Agrárias, Campus II, da UFPB.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que deliberou em reunião realizada em de 05 de março de 2007 (Processo nº 23074.006229/06-12),

CONSIDERANDO:

a necessidade de capacitação de profissionais do Centro de Ciências Agrárias para atuar nos campos de trabalho emergentes na área;

os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela UFPB para formação de profissionais;

a importância de um Projeto Político Pedagógico dinâmico e atual que estará em constante processo de avaliação;

as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que orientam a elaboração curricular,

as diretrizes curriculares do MEC para os Cursos de Medicina Veterinária, Resolução CNE/CES nº 01/2003;

a Resolução CONSEPE/UFPB 3 4/2004, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB;

RESOLVE:

Art. 1º Autoriza a criação do Curso de Medicina Veterinária, Bacharelado, do Centro de Ciências Agrárias (CCA), do Campus II, desta Instituição.

Art. 2º O Projeto Político Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária será objeto de Resolução específica do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação

Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 13 de dezembro de 2007.

Rômulo Soares Polari

Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 64/2007

Cria o Curso de Medicina Veterinária, modalidade Bacharelado, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, desta Universidade.

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que deliberou em reunião ordinária realizada em 06 de março de 2007 (Processo nº 23074.006229/06-12),

CONSIDERANDO:

a necessidade de capacitação de profissionais do Centro de Ciências Agrárias para atuar nos campos de trabalho emergentes na área;

os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela UFPB para formação de profissionais;

a importância de um Projeto Político Pedagógico dinâmico e atual em constante processo de avaliação;

as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que orientam a elaboração curricular;

as diretrizes curriculares do MEC para os Cursos de Ciências Biológicas, Resolução nº CNE/CES 01/2003;

a Resolução CONSEPE/UFPB 34/2004, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB;

RESOLVE:

Art. 1º Criar o Curso de Graduação em Medicina Veterinária, modalidade Bacharelado, no Centro de Ciências Agrárias, do Campus III, da UFPB.

Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico do Curso será objeto de Resolução específica deste Conselho.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 20 de dezembro de 2007.

Rômulo Soares Polari

Presidente



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 65/2007

Aprova o Projeto Político-Pedagógico de Graduação em Medicina Veterinária, Bacharelado, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, desta Universidade.

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que deliberou em reunião realizada em 06 de março de 2007 (Processo nº 23074.006229/06-12)

CONSIDERANDO:

a necessidade de capacitação de profissionais para atuar nos campos de trabalho emergente na área de Medicina Veterinária;

os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela UFPB para formação de profissionais;

a importância de um Projeto Político-Pedagógico dinâmico e atual que estará em constante processo de avaliação;

as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 – que orientam a elaboração curricular;

as Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC para os Cursos de Graduação em Medicina Veterinária – Resolução CNE/CES nº 01, de 18 de fevereiro de 2003;

a Resolução CONSEPE/UFPB 34/2004 – que estabelece a sistemática de elaboração e de reformulação de Projeto Político-Pedagógico de Cursos de Graduação da UFPB.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Medicina Veterinária, modalidade Bacharelado, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, desta Universidade.

§ 1º Compreende-se o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária, como sendo o conjunto de ações sócio-políticas e técnico-pedagógicas relativas à formação profissional que se destinam a orientar a concretização curricular do referido Curso.

§ 2º As definições relativas aos objetivos do Curso, perfil profissional, competências e atitudes e habilidades dos formandos encontram-se relacionadas no Anexo I, desta Resolução.

Art. 2º O Curso de Medicina Veterinária tem como finalidade conferir o grau de bacharel aos alunos que cumprirem as determinações constantes da presente Resolução.

Art. 3º O Curso de Medicina Veterinária funcionará no turno diurno, com a duração mínima de 10 (dez) e máxima de 15 (quinze) períodos letivos e o currículo será integralizado em 4.350 horas (quatro mil, trezentas e cinquenta) horas.

Parágrafo único. Será permitida a matrícula em no máximo 645 (seiscentas e quarenta e cinco) e no mínimo 30 (trinta) horas por período letivo.

Art. 4º A composição curricular, integrante do Projeto Político-Pedagógico, resulta de conteúdos fixados de acordo com as especificações abaixo, sendo desdobrados conforme especificado no Anexo II, desta Resolução.

CONTEÚDOS	CARGA HÓRARIA	%
I - CONTEÚDOS BÁSICOS PROFISSIONAIS	2.325	53,45
- Conteúdos Básicos Profissionais	1.770	
- Estágio Supervisionado	555	
II - CONTEÚDOS COMPLEMENTARES	2025	46,55
- Conteúdos Complementares Obrigatórios	1.650	
- Conteúdos Complementares Opativos	240	
- Conteúdos Complementares Flexíveis	135	
TOTAL GERAL	4.350	100,00

Art. 5º As modalidades de componentes curriculares serão as seguintes:

I – disciplinas;

II – atividades:

- atividades de iniciação à pesquisa e/ou extensão;
- seminários - discussões temáticas;
- atividades de monitoria;
- elaboração de trabalho de conclusão de curso;
- participação em projetos de iniciação científica e extensão;
- participação em eventos;
- oficinas e congêneres;

III – estágios.

§ 1º O Estágio Supervisionado está incluído nos conteúdos básicos e profissionais, e terá duração de 555 (quinhentas e cinquenta e cinco) horas.

§ 2º Nos conteúdos complementares obrigatórios serão incluídos os conteúdos curriculares que tratam da metodologia científica e pesquisa aplicada, os quais constituirão a base para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso – TCC.

§ 3º As modalidades de componentes previstas nos incisos II e III deste artigo serão regulamentadas pelo Colegiado do Curso para fins de integralização curricular.

Art. 6º O Curso adotará o regime acadêmico seriado semestral.

Parágrafo único. A estruturação curricular, resultante da lógica de organização do conhecimento, em períodos letivos, será feita conforme especificado no Anexo III, desta Resolução.

Art. 7º Para cumprimento do estabelecido no artigo anterior, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - o aluno que solicitar o trancamento ou for reprovado em 3 (três) ou mais disciplinas obrigatórios não poderá cursar o período letivo subsequente, ficando o prosseguimento dos seus estudos a depender da sua aprovação nessas disciplinas;

II - o aluno que solicitar o trancamento ou for reprovado em até duas disciplinas deverá cursá-las no período letivo subsequente, respeitando-se os pré-requisitos e a compatibilidade de horário com as disciplinas do período no qual está matriculado;

III - o aluno que estiver cursando disciplinas na forma prevista no Inciso II e não lograr aprovação na disciplina motivo da dependência ficará impedido de cursar o período letivo subsequente, hipótese em que deverá cursar apenas aquela disciplina.

Art. 8º Serão vedadas alterações, num prazo inferior a 10 (dez) períodos letivos, ressalvados os casos de adaptação às normas emanadas pelo CNE ou pelo CONSEPE, considerando também as emergências sócio-político-educativas.

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 20 de dezembro de 2007.

Rômulo Soares Polari
Presidente

ANEXO I da Resolução nº 65/2007 do CONSEPE, que aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária, do Centro de Ciências Agrárias, do Campus II da UFPB.

DEFINIÇÕES DO CURSO

1. Objetivos do Curso

Formar profissionais com conhecimentos sólidos em Medicina Veterinária, generalistas, humanistas, críticos e reflexivos, aptos para o exercício no âmbito de seus campos específicos de atuação, compreendendo a prevenção, o diagnóstico e tratamento de doenças dos animais; a produção animal; a reprodução animal; a biotecnologia; a proteção ambiental; a saúde pública e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; o ensino, pesquisa e extensão, bem como a atuação em consultorias.

2. Perfil do Profissional

O profissional Médico Veterinário formado pela UFPB terá conhecimento, competência e desenvolverá habilidades para:

- Respeitar os princípios éticos inerentes ao exercício profissional;
- Interpretar sinais clínicos, exames laboratoriais e alterações morfofuncionais, bem como a prática da clínica de animais em todas as suas modalidades;
- Identificar e classificar os fatores etiológicos, compreender e elucidar a patogenia, bem como prevenir, controlar e erradicar as doenças que acometem os animais;
- Instituir diagnóstico, prognóstico, tratamento e medidas profiláticas, individuais e populacionais;
- Realizar estudos e modos de aplicação de medidas de saúde pública no tocante às doenças de animais transmissíveis ao homem.
- Elaborar, executar e gerenciar projetos agropecuários, ambientais e afins à profissão;
- Desenvolver, programar, orientar e aplicar as modernas técnicas de criação, manejo, nutrição, alimentação, melhoramento genético; produção animal, saúde pública e de tecnologia de produtos de origem animal;
- Executar a inspeção sanitária e tecnológica de produtos de origem animal;
- Realizar exames tecnológicos e sanitários de subprodutos da indústria animal;
- Planejar, elaborar, executar, gerenciar e participar de projetos nas áreas de biotecnologia da reprodução e de produtos biológicos;
- Planejar, organizar e gerenciar unidades agroindustriais;
- Realizar perícias, elaborar e interpretar laudos técnicos em todos os campos de conhecimento da Medicina Veterinária;
- Planejar, elaborar, executar, gerenciar, participar de projetos agropecuários e do agronegócio;
- Relacionar-se com os diversos segmentos sociais e atuar em equipes multidisciplinares da defesa e vigilância do ambiente e do bem-estar social;
- Exercer a profissão de forma articulada ao contexto social, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição social;

- Conhecer métodos e técnicas de investigação e elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos;
- Assimilar as constantes mudanças conceituais e evolução tecnológica apresentadas no contexto mundial;
- Avaliar e responder com senso crítico as informações que estão sendo oferecidas durante a graduação e no exercício profissional.

3. Competências, Atitudes e Habilidades

O Currículo do Curso de Medicina Veterinária proporcionará sólida formação básica e profissional, preparando assim o Médico Veterinário para atender bem às necessidades regionais em todos os aspectos da atividade veterinária, habilitando-o para o pleno exercício das atividades anteriormente descritas, acrescidas pelas atividades e funções abaixo discriminadas:

- Realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;
- Estabelecer relações entre ciência, tecnologia e sociedade para tomada de decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas;
- Aplicar metodologia científica para o planejamento, gerenciamento, e execução de processos e técnicas visando o desenvolvimento de projetos e outras atividades em diferentes contextos;
- Desenvolver ações estratégicas capazes de ampliar e aperfeiçoar as formas de atuação profissional;
- Avaliar o impacto potencial e real de novos conhecimentos/tecnologias/serviços e produtos resultantes da atividade profissional;
- Manter a confidencialidade das informações confiadas ao profissional na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral;
- Comprometer-se com o desenvolvimento profissional constante, assumindo uma postura de flexibilidade e disponibilidade para mudanças contínuas.

ANEXO II da Resolução nº 65/2007 do CONSEPE, que aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária, do Centro de Ciências Agrárias, do Campus II da UFPB.

Composição Curricular do Curso de Medicina Veterinária

1. Conteúdos Básicos Profissionais

1.1 Conteúdos Básicos Profissionais

Disciplinas	C.H.	Pré-requisitos
Terapêutica Veterinária	45	
Patologia Veterinária I	75	
Zootecnia Geral	45	
Patologia Veterinária II	90	
Semiologia Veterinária	75	
Radiologia Veterinária	60	
Anestesiologia Veterinária	60	
Epidemiologia Geral	45	
Patologia Clínica Veterinária	75	
Clínica Médica de Caninos e Felinos	90	
Técnica Cirúrgica	60	
Enfermidades Infecciosas dos Animais Domésticos	60	
Enfermidades Parasitárias dos Animais Domésticos	60	
Clínica Médica de Equídeos	60	
Clínica Médica de Ruminantes	90	
Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais	60	
Zoonoses e Saúde Pública Veterinária	45	
Patologia Aviária	45	
Fisiopatologia da Reprodução Animal	60	
Ginecologia e Obstetrícia Veterinária	60	
Patologia de Suínos	60	
Clínica Cirúrgica de Grandes Animais	60	
Tecnologia de Alimentos de Origem Animal I	45	
Higiene e Inspeção de Produtos de Origem animal I	75	
Tecnologia de Alimentos de Origem Animal II	60	
Higiene e Inspeção de Produtos de Origem Animal II	75	
Defesa Sanitária Animal	60	
Meios e Métodos de Diagnóstico	60	
Subtotal	1.770	
1.2 Estágios Supervisionados		

Estágios	C.h.	Pré-requisitos
Estágio Supervisionado I	60	
Estágio Supervisionado II	60	Estágio Supervisionado I
Estágio Supervisionado III	60	Estágio Supervisionado II
Estágio Supervisionado IV	60	Estágio Supervisionado III
Estágio Supervisionado V	60	Estágio Supervisionado IV
Estágio Supervisionado VI	255	Estágio Supervisionado V
Subtotal	555	
Total (1.1 + 1.2)	2.325	
2. Conteúdos complementares		
2.1 conteúdos complementares obrigatórios		
Disciplinas	C.h.	Pré-requisitos
Anatomia dos Animais Domésticos I	60	
Introdução a Informática	60	
Bioquímica I	60	
Citologia e Embriologia	75	
Biofísica	45	
Introdução a Medicina Veterinária	45	
Ecologia	45	
Anatomia dos Animais Domésticos II	90	
Metodologia do Trabalho Científico	45	
Fisiologia dos Animais Domésticos I	60	
Estatística Aplicada à Medicina Veterinária	60	
Bioquímica II	60	
Microbiologia Geral	60	
Histologia Veterinária	75	
Anatomia Topográfica dos Animais Domésticos	60	
Fisiologia dos Animais Domésticos II	90	
Etologia	45	
Imunologia Veterinária	60	
Microbiologia Veterinária	60	
Farmacologia Veterinária	60	
Genética Aplicada	60	
Parasitologia Veterinária I	60	

Nutrição Animal	60	
Deontologia	30	
Comunicação e Extensão Rural	75	
Gestão Empresarial e Marketing	45	
Pesquisa Aplicada à Medicina Veterinária	60	
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60	
SUBTOTAL	1650	
2.2 Conteúdos Complementares Optativos - carga horária mínima: 240 horas		
Disciplinas	C.H.	Pré-Requisitos
Digestão em ruminantes	60	
Técnicas de criação de animais de laboratório	45	
Oncologia animal	45	
Podologia dos bovinos e eqüinos	45	
Eletrocardiografia na clínica de pequenos animais	60	
Protozooses e riquetsioses emergentes em cães e gatos	45	
Clínica e Biotécnicas Aplicadas à Reprodução de Caninos	45	
Clínica e Biotécnicas Aplicadas à Reprodução de Ruminantes	60	
Clínica e Biotécnicas Aplicadas à Reprodução de Eqüídeos	45	
Clínica e Biotécnicas Aplicadas à Reprodução de Suínos	45	
Hematologia veterinária	45	
Avicultura	45	
Suinocultura	45	
Bovinocultura de corte	60	
Bovinocultura de leite	60	
Nutrição de cães e gatos	45	
Aqüicultura	45	
Cunicultura	45	
Ovinocultura	60	
Caprinocultura	60	
Eqüinocultura	45	
Cinotecnia	45	

Clinica e manejo de animais silvestres em cativeiro	60	
Melhoramento Animal	60	
Bases genéticas da evolução	45	
Biologia molecular	60	
Microbiologia dos alimentos	45	
Estatística experimental	60	
Química geral	60	
Toxicologia e plantas tóxicas	60	
Prática desportiva	60	
Controle biológico	45	
Doenças de organismos aquáticos	45	
Técnicas avançadas em formulação de rações	45	
2.3. Conteúdos Complementares Flexíveis		
Tópicos Especiais em Medicina Veterinária	C.H.	Pré-Requisitos
Tópicos Especiais em Medicina Veterinária I	75	
Tópicos Especiais em Medicina Veterinária II	60	
SUBTOTAL	135	
TOTAL (2.1+2.2+2.3)	2025	
TOTAL GERAL DO CURSO (1 + 2)	4350	

ANEXO III da Resolução nº 65/2007 do CONSEPE, que aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária, do Centro de Ciências Agrárias, do Campus II da UFPB.

FLUXOGRAMA - CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

TURNO: DIURNO

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO	10º PERÍODO
Anatomia dos Animais Domésticos I 60h	Anatomia dos Animais Domésticos II 90h	Anatomia Topográfica dos Animais Domésticos 60h	Genética Aplicada 60h	Patologia Veterinária II 90h	Patologia Clínica Veterinária 75h	Clínica Médica de Equídeos 60h	Patologia Aviária 45h	Tecnologia de Alimentos de Origem Animal II 60h	Estágio Supervisionado VI 255h

Introdução à Informática 60h	Metodologia do Trabalho Científico 45h	Fisiologia dos Animais Domésticos II 90h	Parasitologia Veterinária I 60h	Semiologia Veterinária 75h	Clinica Médica de Caninos e Felinos 90h	Clinica Médica de Ruminantes 90h	Fisiopatologia da Reprodução Animal 60h	Higiene e Inspeção de Produtos de Origem Animal II 75h	Trabalho de Conclusão de Curso 60h
Bioquímica I 60h	Fisiologia dos Animais Domésticos I 60h	Etologia 45h	Terapêutica Veterinária 45h	Radiologia Veterinária 60h	Técnica Cirúrgica 60h	Clinica Cirúrgica de pequenos animais 60h	Ginecologia e Obstetrícia Veterinária 60h	Defesa Sanitária Animal 60h	
Citologia e Embriologia 75h	Estatística Aplicada à Medicina Veterinária 60h	Imunologia Veterinária 60h	Nutrição Animal 60h	Anestesiologia Veterinária 60h	Enfermidades Infecciosas dos Animais Domésticos 60h	Comunicação e Extensão Rural 75h	Patologia de Suínos 60h	Meios e Métodos de Diagnóstico 60h	
Biofísica 45h	Bioquímica II 60h	Microbiologia Veterinária 60h	Patologia Veterinária I 75h	Epidemiologia Geral 45h	Enfermidades Parasitárias dos Anim. Domésticos 60h	Zoonoses e Saúde Pública Veterinária 45h	Clinica Cirúrgica de Grandes Animais 60h	Gestão Empresarial e Marketing 45h	
Introdução à Medicina Veterinária 45h	Microbiologia Geral 60h	Farmacologia Veterinária 60h	Zootecnia Geral 45h	Deontologia 30h	Tópicos especiais em Méd.Vet. I (TEMEV) 75h	Pesquisa Aplicada a Medicina Veterinária 60h	Tecnologia de Alimentos de Origem Animal I 45h	Tópicos especiais em Méd.Vet. II(TEMEV) 60h	
Ecologia 45h	Histologia Veterinária 75h	Disciplina OPTATIVA 60h	Disciplina OPTATIVA 60h	Disciplina OPTATIVA 60h	Estágio Supervisionado III 60h	Estágio Supervisionado IV 60h	Higiene e Inspeção de Produtos de Origem animal I 75h	Disciplina OPTATIVA 60h	
			Estágio Supervisionado I 60h	Estágio Supervisionado II 60h			Estágio Supervisionado V 60h		
TOTAL: 390h	450h	435h	465h	480h	480h	450h	465h	420h	315h

TOTAL MÍNIMO DE HORAS DO CURSO: 4.350 horas



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO Nº 34/2011

Autoriza a criação do Curso de Graduação em
Química, Bacharelado, do Centro de Ciências
Agrárias, Campus II da UFPB.

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições estatutárias e tendo em vista a deliberação do Plenário adotada em reunião realizada em 28 de junho de 2011, (Processo nº 23074.017660/11-70),

CONSIDERANDO:

a necessidade de capacitação de profissionais para atuar nos campos de trabalho emergentes na área;

os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela UFPB para formação de profissionais;

as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, que orientam a elaboração curricular;

a Resolução CNE/CES Nº 11/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação Química, Bacharelado;

a Resolução CONSEPE/UFPB Nº 07/2010, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB.

RESOLVE:

Art. 1º Criar o Curso de Graduação Química, Licenciatura, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, desta Instituição.

Art. 2º O Projeto Político Pedagógico do Curso será objeto de Resolução específica deste Conselho.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 28 de junho de 2011.

**Rômulo Soares Polari
Presidente**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO Nº 35/2011

Autoriza a criação do Curso de Graduação em
Química, Licenciatura, do Centro de Ciências
Agrárias, Campus II da UFPB.

O Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições estatutárias e tendo em vista a deliberação do Plenário adotada em reunião realizada em 28 de junho de 2011, (Processo nº 23074.017661/11-32),

CONSIDERANDO:

a necessidade de capacitação de profissionais para atuar nos campos de trabalho emergentes na área;

os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela UFPB para formação de profissionais;

as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, que orientam a elaboração curricular;

a Resolução CNE/CES Nº 11/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação Química, Licenciatura;

a Resolução CONSEPE/UFPB Nº 07/2010, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a criação do Curso de Graduação Química, Licenciatura, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, desta Instituição.

Art. 2º O Projeto Político Pedagógico do Curso será objeto de Resolução específica deste Conselho.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 28 de junho de 2011.

**Rômulo Soares Polari
Presidente**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 60/2011

**Cria o Curso de Graduação em
Química, Licenciatura, do Centro de Ciências
Agrárias, Campus II da UFPB.**

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições estatutárias e tendo em vista a deliberação do Plenário adotada em reunião realizada em 07 de julho de 2011, (Processo nº 23074.017661/11-32),

CONSIDERANDO:

a necessidade de capacitação de profissionais para atuar nos campos de trabalho emergentes na área;

os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela UFPB para formação de profissionais;

as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, que orientam a elaboração curricular;

a Resolução CNE/CES Nº 11/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Letras;

a Resolução CONSEPE/UFPB Nº 07/2010, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB.

RESOLVE:

Art. 1º Criar o Curso de Graduação Química, Licenciatura, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, desta Instituição.

Art. 2º O Projeto Político Pedagógico do Curso será objeto de Resolução específica deste Conselho.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 01 de setembro de 2011.

**Rômulo Soares Polari
Presidente**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 61/2011

Cria o Curso de Graduação em
Química, Bacharelado, do Centro de Ciências
Agrárias, Campus II da UFPB.

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições estatutárias e tendo em vista a deliberação do Plenário adotada em reunião realizada em 07 de julho de 2011, (Processo nº 23074.017660/11-70),

CONSIDERANDO:

a necessidade de capacitação de profissionais para atuar nos campos de trabalho emergentes na área;

os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela UFPB para formação de profissionais;

as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, que orientam a elaboração curricular;

a Resolução CNE/CES Nº 11/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Letras;

a Resolução CONSEPE/UFPB Nº 07/2010, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB.

RESOLVE:

Art. 1º Criar o Curso de Graduação Química, Licenciatura, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, desta Instituição.

Art. 2º O Projeto Político Pedagógico do Curso será objeto de Resolução específica deste Conselho.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 01 de setembro de 2011.

**Rômulo Soares Polari
Presidente**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

Resolução nº. 65/ 2011

Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Química, Licenciatura, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, desta Universidade.

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que deliberou em reunião realizada em 07 de julho de 2011 (Processo nº. 23074.017661/11-32).

CONSIDERANDO:

- a necessidade de um Projeto Pedagógico dinâmico que estará em constante processo de avaliação;
- a importância de formar profissionais para atuar nos campos de trabalho emergentes na área;
- os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela UFPB para formação de profissionais;
- as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, que orientam a elaboração curricular;
- a Resolução CNE/CES nº. 08 de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Química;
- a Resolução CONSEPE/UFPB nº. 04/2004, que estabelece a Base Curricular para a Formação Pedagógica dos Cursos de Licenciatura.
- a Resolução CONSEPE/UFPB nº. 07/2010, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Química, Licenciatura, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, da UFPB.

§ 1º - Compreende-se o Projeto Pedagógico do Curso de Química, Licenciatura, como sendo o conjunto de ações sócio-políticas e técnico-pedagógicas relativas à formação profissional que se destinam a orientar a concretização curricular do referido Curso.

§ 2º - As definições relativas aos objetivos do Curso, perfil profissional, competências, atitudes e habilidades, e campo de atuação dos formandos encontram-se relacionadas no Anexo I.

Art. 2º O Curso de Graduação em Química, Licenciatura, do Centro de Ciências Agrárias, tem como finalidade conferir o grau de Licenciado, aos alunos que cumprirem as determinações constantes da presente Resolução.

Art. 3º O Curso de Graduação em Química Licenciatura, com um total de 2.940 (duas mil e novecentas e quarenta) horas, equivalentes a 196 (cento e noventa e seis) créditos, com duração mínima de 09 (nove) e máxima de 14 (quatorze) períodos letivos.

Parágrafo único - Será permitida a matrícula em no máximo 27 (vinte e sete) e no mínimo 14 (quatorze) créditos por período letivo.

Art. 4º A composição curricular, integrante do Projeto Pedagógico, resulta de conteúdos fixados de acordo com as especificações abaixo, sendo desdobrados conforme especificado no Anexo II.

Composição Curricular

Conteúdos Curriculares	Créditos	Carga Horária	%
1. Conteúdos Básicos Profissionais	159	2.385	81,1
1.1 Conteúdos Básicos	104	1.560	-
1.2 Conteúdos Profissionais	28	420	-
1.3 Estágio Supervisionado	27	405	-
2. Conteúdos Complementares	37	555	18,9
2.1 Conteúdos Complementares Obrigatórios	20	300	-
2.2 Conteúdos Complementares Optativos	11	165	-
2.3 Conteúdos Complementares Flexíveis	06	90	-
TOTAL	196	2.940	100,0

Art. 5º As modalidades de componentes curriculares serão as seguintes:

- I – disciplinas;
- II – atividades;
 - a) atividades de iniciação à pesquisa e/ou extensão;
 - b) seminários - discussões temáticas;
 - c) atividades de monitoria;
 - d) elaboração de trabalho de conclusão de curso;
 - e) participação em eventos;
 - f) oficinas e congêneres;
- III – estágios.

§ 1º - O Estágio Supervisionado está incluído nos conteúdos básicos profissionais, e terá duração de 405 (quatrocentas e cinco) horas, equivalentes a 27 (vinte e sete) créditos.

§ 2º - Nos conteúdos complementares obrigatórios será incluída a disciplina Metodologia do Trabalho Científico e Pesquisa Aplicada à Química, que constituirá a base para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso.

§ 3º - A modalidade de componente prevista no Inciso III deste artigo, os Conteúdos Complementares Flexíveis e o Trabalho de Conclusão de Curso serão regulamentados pelo Colegiado do Curso para fins de integralização curricular.

Art. 6º O Curso adotará o regime de créditos.

Parágrafo único - A estruturação curricular, resultante da lógica de organização do conhecimento, em períodos letivos, será feita conforme especificado no Anexo III.

Art. 7º Serão vedadas alterações, num prazo inferior a 09 (nove) períodos letivos, ressalvados os casos de adaptação às normas emanadas pelo CNE e pelo CONSEPE, considerando também as emergências sócio-político-educativas.

Parágrafo Único - Alterações emergenciais serão aprovadas pela Coordenação Geral e aprovadas pelo Conselho de Centro e encaminhados ao CONSEPE, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação, para aprovação.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 01 de setembro de 2011.

RÔMULO SOARES POLARI
Presidente

DEFINIÇÕES DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA

01. Objetivos do Curso

Formar profissionais da educação com competência para o desempenho de atividades didático-pedagógica e competência na consecução do ensino de conteúdos do componente curricular de Ciências Naturais no Ensino Fundamental e Química no Ensino Médio.

02. Perfil dos Formandos

O projeto do curso apresenta uma estrutura curricular e atividades diversificadas que visam a formação do profissional da educação com conhecimentos diversos em Ciências Naturais e específicos em Química voltados para o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem.

03. Competências e Habilidades

As competências e habilidades entendidas como essenciais, a serem desenvolvidas no decorrer do curso para atender ao perfil do profissional, foram construídas tomando como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação.

Com relação à formação pessoal

- Possuir conhecimento sólido e abrangente na área de atuação, com domínio das técnicas básicas de utilização de laboratórios, bem como dos procedimentos necessários de primeiros socorros, nos casos dos acidentes mais comuns em laboratórios de Química.
- Possuir capacidade crítica para analisar de maneira conveniente os seus próprios conhecimentos; assimilar os novos conhecimentos científicos e, ou, educacionais e refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político.
- Identificar os aspectos filosóficos e sociais que definem a realidade educacional.
- Identificar o processo de ensino e aprendizagem como processo humano em construção.
- Ter uma visão crítica com relação ao papel social da Ciência e à sua natureza epistemológica, compreendendo o processo histórico e social de sua construção.

- Saber trabalhar em equipe e ter uma boa compreensão das diversas etapas que compõem uma pesquisa educacional.
- Ter interesse no autoaperfeiçoamento contínuo, curiosidade e capacidade para estudos extracurriculares individuais ou em grupo, espírito investigativo, criatividade e iniciativa na busca de soluções para questões individuais e coletivas relacionadas com o ensino de Química, bem como para acompanhar as rápidas mudanças tecnológicas oferecidas pela interdisciplinaridade, como forma de garantir a qualidade do ensino de Química.
- Ter formação humanística que permita exercer plenamente sua cidadania e, enquanto profissional, respeitar o direito à vida e ao bem estar dos cidadãos.
- Ter habilidades que o capacitem para a preparação e desenvolvimento de recursos didáticos e instrucionais relativos à sua prática e avaliação da qualidade do material disponível no mercado, além de ser preparado para atuar como pesquisador no ensino de Química.

Com relação à compreensão da Química

- Compreender os conceitos, leis e princípios da Química.
- Conhecer as propriedades físicas e químicas principais dos elementos e compostos, que possibilitem entender e prever o seu comportamento físico-químico, aspectos de reatividade, mecanismos e estabilidade.
- Acompanhar e compreender os avanços científico, tecnológicos e educacionais.
- Reconhecer a Química como uma construção humana e compreender os aspectos históricos de sua produção e suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político.

Com relação à busca de informação e à comunicação e expressão

- Saber identificar e fazer busca nas fontes de informações relevantes para a Química, inclusive as disponíveis nas modalidades eletrônica e remota, que possibilitem a contínua atualização técnica, científica, humanística e pedagógica.
- Ler, compreender e interpretar os textos científico e tecnológicos em idioma pátrio e estrangeiro (especialmente inglês e, ou, espanhol).
- Saber interpretar e utilizar as diferentes formas de representação (tabelas, gráficos, símbolos, expressões, etc.).
- Saber escrever e avaliar criticamente os materiais didáticos, como livros, apostilas, "kits", modelos, programas computacionais e materiais alternativos.

- Demonstrar bom relacionamento interpessoal e saber comunicar corretamente os projetos e resultados de pesquisa na linguagem educacional, oral e escrita (textos, relatórios, pareceres, posteres, internet, etc.) em idioma pátrio.

Com relação ao ensino de Química

- Refletir de forma crítica a sua prática em sala de aula, identificando problemas de ensino e aprendizagem.
- Compreender e avaliar criticamente os aspectos sociais, tecnológicos, ambientais, políticos e éticos relacionados às aplicações da Química na sociedade.
- Saber trabalhar em laboratório e saber usar a experimentação em Química como recurso didático.
- Possuir conhecimentos básicos do uso de computadores e sua aplicação em ensino de Química.
- Possuir conhecimento dos procedimentos e normas de segurança no trabalho.
- Conhecer teorias psicopedagógicas que fundamentam o processo de ensino e aprendizagem, bem como os princípios de planejamento educacional.
- Conhecer os fundamentos, a natureza e as principais pesquisas de ensino de Química.
- Conhecer e vivenciar projetos e propostas curriculares de ensino de Química.
- Ter atitude favorável à incorporação, na sua prática, dos resultados da pesquisa educacional em ensino de Química, visando solucionar os problemas relacionados ao ensino e aprendizagem.

Com relação à profissão

- Ter consciência da importância social da profissão como possibilidade de desenvolvimento social e coletivo.
- Ter capacidade de disseminar e difundir e, ou, utilizar o conhecimento relevante para a comunidade.
- Atuar no magistério, em nível de ensino fundamental e médio, de acordo com a legislação específica, utilizando metodologia de ensino variada, contribuir para o desenvolvimento intelectual dos estudantes e para despertar o interesse científico em adolescentes; organizar e usar laboratórios de Química; escrever e analisar criticamente livros didáticos e paradidáticos além de indicar bibliografia para o ensino de Química; analisar e elaborar programas para esses níveis de ensino.
- Exercer a sua profissão com espírito dinâmico, criativo, na busca de novas alternativas educacionais, enfrentando como desafio as dificuldades do magistério.
- Conhecer criticamente e enfrentar os problemas educacionais brasileiros.

- Identificar no contexto da realidade escolar os fatores determinantes no processo educativo, tais como o contexto socioeconômico, política educacional, administração escolar e fatores específicos do processo de ensino e aprendizagem de Química.
- Assumir conscientemente a tarefa educativa, cumprindo o papel social de preparar os alunos para o exercício consciente da cidadania.
- Desempenhar outras atividades na sociedade, para cujo sucesso uma sólida formação universitária seja importante fator.

04. Campo de Atuação

O profissional egresso do curso de Licenciatura em Química da UFPB/CCA, além das possibilidades de atuação no espectro do bacharel, também estará apto a exercer atividades docentes em escolas e outras instituições de educação básica formal e informal, bem como na educação técnica e tecnológica. Também estará capacitado para contribuir na gestão da instituição de ensino.

ANEXO II à Resolução nº 65/2011 do CONSEPE, que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Química, Licenciatura, do Centro de Ciências Agrárias, do Campus II, da UFPB.

COMPOSIÇÃO CURRICULAR

Curso de Licenciatura em Química

1. Conteúdos Básicos e Profissionais

1.1 Conteúdos Básicos

Disciplinas	Créditos	Carga Horária		Pré-requisitos
		Teórica	Prática	
Álgebra Linear	4	60	0	-
Cálculo I	4	60	0	-
Cálculo II	4	60	0	Cálculo I
Mecânica	4	60	0	Cálculo I
Eletromagnetismo	4	60	0	Mecânica
Física Experimental	4	0	60	Cálculo I
Introdução à Estrutura da Matéria	4	60	0	-
Introdução às Transformações Químicas	8	60	60	-
Termodinâmica Química	4	60	0	Cálculo I
Cinética Química	2	30	0	Termodinâmica Química
Físico-Química Experimental	4	0	60	Cálculo I
Espectroscopia e Química Quântica	4	60	0	Introdução à Estrutura da Matéria e Cálculo II
Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos	4	60	0	Introdução à Estrutura da Matéria e Introdução às Transformações Químicas
Reatividade de Compostos Orgânicos	4	60	0	Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos
Técnicas Experimentais em Química Orgânica	8	60	60	Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos
Princípios de Análise Química	8	60	60	Introdução à Estrutura da Matéria e Introdução às Transformações Químicas
Análise Química Instrumental	8	60	60	Princípios de Análise Química
Bioquímica Metabólica I	6	90	0	Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos
Química dos Elementos	4	60	0	Introdução à Estrutura da Matéria e Introdução às Transformações Químicas
Química de Coordenação e Materiais	4	60	0	Química dos Elementos

Mineralogia	4	60	0	-
Derivados de Cana-de-Açúcar	4	40	20	Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos
Total	104	1560		
1.2 Conteúdos Profissionais				
Fundamentos Antropo-Filosóficos da Educação	4	60	0	-
Fundamentos Sócio-Históricos da Educação	4	60	0	-
Fundamentos Psicológicos da Educação	4	60	0	-
Política e Gestão da Educação	4	60	0	-
Didática	4	60	0	-
Metodologia para o Ensino de Química	4	30	30	Didática
Educação Especial	4	60	0	-
Total	28	420		
1.3 Estágio Curricular				
Estágio Supervisionado I	6	60	30	Didática
Estágio Supervisionado II	6	60	30	Estágio Supervisionado I
Estágio Supervisionado III	6	30	60	Estágio Supervisionado II
Estágio Supervisionado IV	9	30	105	Estágio Supervisionado III
Total	27	405		
Total (1.1+1.2+1.3)	151	2265		
2. Conteúdos Complementares				
2.1 Conteúdos Complementares Obrigatórios				
Leitura e Produção Textual	4	60	0	-
Metodologia do Trabalho Científico	4	60	0	Leitura e Produção Textual
Pesquisa Aplicada à Química	4	60	0	Metodologia do Trabalho Científico
Libras	4	60	0	-
Trabalho de Conclusão de Curso I	2	0	30	Metodologia do Trabalho Científico
Trabalho de Conclusão de Curso II	2	0	30	TCC I
Total	20	300		
2.2 Conteúdos Complementares Optativos				
<i>Mínimo de 11 créditos, sendo 04 créditos do Eixo II e 04 créditos do Eixo III.</i>				
Eixo Temático I: Pressupostos Antropo-Filosóficos, Sócio-Históricos, Psicológicos				
Educação Sexual	3	45	0	-
Economia da Educação	4	60	0	-
Fundamentos da Administração da Educação	4	60	0	-
Fundamentos Biológicos da	4	60	0	-

Educação				
Antropologia da Educação	3	45	0	-
Eixo Temático II: Pressupostos Sócio-Políticos e Pedagógicos				
Educação e Inclusão Social	3	45	0	-
Pesquisa e Cotidiano Escolar	4	60	0	-
Currículo e Trabalho Pedagógico	4	60	0	-
Planejamento e Gestão Escolar	4	60	0	-
Eixo Temático III: Pressupostos Didático-Metodológico e Sócio-Educativo				
Seminário de Problemas Atuais em Educação	3	45	0	-
Introdução aos Recursos Audiovisuais em Educação	3	45	0	-
Alfabetização de Jovens e Adultos: Processos e Métodos	4	60	0	-
Educação e Movimentos Sociais	4	60	0	-
Seminário de Educação Ambiental	3	45	0	-
Avaliação da Aprendizagem	4	60	0	-
Disciplinas Optativas área de Química				
Biofísica	4	60	0	Cálculo I
Bioinorgânica	4	60	0	Química dos Elementos
Bioquímica Metabólica II	4	20	40	Bioquímica Metabólica I
Biotecnologia	4	60	0	Bioquímica Metabólica I
Inglês Técnico	3	45	0	-
Introdução à Informática	3	0	45	-
Nanociência e Nanotecnologia	4	60	0	Espectroscopia e Química Quântica
Planejamento e Otimização de Experimentos	4	60	0	Princípios de Análise Química
Prática Desportiva	4	60	0	-
Química de Alimentos	4	60	0	Bioquímica Metabólica I
Química e Fertilidade do Solo	4	60	0	Princípios de Análise Química
Química Computacional	4	60	0	Espectroscopia e Química Quântica
Síntese Inorgânica	4	60	0	Química de Coordenação e Materiais
Síntese Orgânica	4	60	0	Reatividade de Compostos Orgânicos
Total	11	165		
2.3 Conteúdos Complementares Flexíveis				
Tópicos Especiais em Química I	3	45	0	-
Tópicos Especiais em Química II	3	45	0	-
Total	6	90		
Total (2.1+2.2+2.3)	37	555		

TOTAL DO CURSO	196	2940	
----------------	-----	------	--

ANEXO III à Resolução nº 65/2011 do CONSEPE, que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Química, Licenciatura, do Centro de Ciências Agrárias, do Campus II, da UFPB.

Fluxograma do Curso de Licenciatura em Química

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	9º Período
Álgebra Linear (4)	Cálculo I (4)	Cálculo II (4)	Termodinâmica Química (4)	Cinética Química (2)	Físico-Química Experimental (4)	Espectroscopia e Química Quântica (4)	Química de Coordenação e Materiais (4)	Libras (4)
Introdução à Estrutura da Matéria (4)	Metodologia do Trabalho Científico (4)	Mineralogia (4)	Mecânica (4)	Eletromagnetismo (4)	Física Experimental (4)	Política e Gestão da Educação (4)	Pesquisa Aplicada à Química (4)	Derivados de Cana-de-Açúcar (4)
Introdução às Transformações Químicas (8)	Princípios de Análise Química (8)	Análise Química Instrumental (8)	Estrutura e Propriedades de Compostos Orgânicos (4)	Reatividade de Compostos Orgânicos (4)	Técnicas Experimentais de Química Orgânica (8)	Metodologia para o Ensino de Química (4)	Educação Especial (4)	Estágio Supervisionado - Prática de Ensino de Química II (9)
Leitura e Produção Textual (4)	Fundamentos Antropo-Filosóficos da Educação (4)	Fundamentos Sócio-Históricos da Educação (4)	Fundamentos Psicológicos da Educação (4)	Didática (4)	Estágio Supervisionado - Ensino de Química na Educação Básica I (6)	Estágio Supervisionado - Ensino de Química na Educação Básica II (6)	Estágio Supervisionado - Prática de Ensino de Química I (6)	TCC II (2)
			Química dos Elementos (4)	Bioquímica Metabólica I (6)		OPTATIVA I (3)	TCC I (2)	OPTATIVA III (4)
							OPTATIVA II (4)	
20 cr - 300 h	20 cr - 300 h	20 cr - 300 h	20 cr - 300 h	20 cr - 300 h	22 cr - 330 h	21 cr - 315 h	24 cr - 360 h	23 cr - 345 h
Conteúdos Complementares Flexíveis (Tópicos Especiais em Química I e II, com 03 créditos cada) – desenvolvidos ao longo do Curso Carga Horária Total do Curso: 2.940 Total de Créditos do Curso: 196 Créditos								



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Resolução nº. 66/ 2011

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Química, Bacharelado, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, desta Universidade.

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que deliberou em reunião realizada em 07 de julho de 2011 (Processo nº. 23074.017660/11-70).

CONSIDERANDO:

- a importância de formar profissionais para atuar nos campos de trabalho emergentes na área;
- a necessidade de um Projeto Pedagógico dinâmico que estará em constante processo de avaliação;
- os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela UFPB para formação de profissionais;
- as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, que orientam a elaboração curricular;
- a Resolução CNE/CES nº. 08/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Química;
- a Resolução CONSEPE/UFPB nº. 07/2010, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Química, Bacharelado, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, da UFPB.

§ 1º - Compreende-se o Projeto Pedagógico do Curso de Química, Bacharelado, como sendo o conjunto de ações sócio-políticas e técnico-pedagógicas relativas à formação profissional que se destinam a orientar a concretização curricular do referido Curso.

§ 2º As definições relativas aos objetivos do Curso, perfil profissional, competências, atitudes e habilidades, e campo de atuação dos formandos encontram-se relacionadas no Anexo I.

Art. 2º O Curso de Graduação em Química, Bacharelado, do Centro de Ciências Agrárias, tem como finalidade conferir o grau de Bacharel aos alunos que cumprirem as determinações constantes da presente Resolução.

Art. 3º O Curso de Graduação em Química, Bacharelado, com 3.225 (três mil e duzentas e vinte e cinco) horas, equivalentes a 215 (duzentos e quinze) créditos, será integralizado em no mínimo 09 (nove) e máximo 14 (quatorze) períodos letivos.

Parágrafo único - Será permitida a matrícula em no máximo 26 (vinte e seis) e no mínimo 15 (quinze) créditos por período letivo.

Art. 4º A composição curricular, integrante do Projeto Político-Pedagógico, resulta de conteúdos fixados de acordo com as especificações abaixo, sendo desdobrados conforme especificado no Anexo II.

Composição Curricular

Conteúdos Curriculares	Créditos	Carga Horária	%
1. Conteúdos Básicos e Profissionais	179	2685	83,6
1.1 Conteúdos Básicos	128	1920	59,5
1.2 Conteúdos Profissionais	31	465	14,4
1.3 Estágio Supervisionado	20	300	9,3
2. Conteúdos Complementares	36	540	16,7
2.1 Conteúdos Complementares Obrigatórios	12	180	5,6
2.2 Conteúdos Complementares Optativos	12	180	5,6
2.3 Conteúdos Complementares Flexíveis	12	180	5,6
TOTAL	215	3225	100,0

Art. 5º As modalidades de componentes curriculares serão as seguintes:

- I – disciplinas;
- II – atividades;
 - a) atividades de iniciação à pesquisa e/ou extensão;
 - b) seminários - discussões temáticas;
 - c) atividades de monitoria;
 - d) elaboração de trabalho de conclusão de curso;
 - e) participação em eventos;
 - f) oficinas e congêneres;
- III – estágios.

§ 1º - O Estágio Supervisionado está incluído nos conteúdos básicos profissionais, e terá duração de 300 (trezentas) horas, equivalentes a 20 (vinte) créditos.

§ 2º - Nos conteúdos complementares obrigatórios será incluída a disciplina Metodologia Científica e Pesquisa Aplicada que constituirá a base para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso.

§ 3º - As modalidades de componentes previstas nos Incisos II e III deste artigo serão regulamentadas pelo Colegiado do Curso para fins de integralização curricular.

Art. 6º O Curso adotará o regime de créditos.

Parágrafo único - A estruturação curricular, resultante da lógica de organização do conhecimento, em períodos letivos, será feita conforme especificado no Anexo III.

Art. 7º Serão vedadas alterações, num prazo inferior a 09 (nove) períodos letivos, ressalvados os casos de adaptação às normas emanadas pelo CNE e pelo CONSEPE, considerando também as emergências sócio-político-educativas.

Parágrafo Único - Alterações emergenciais serão aprovadas pela Coordenação Geral e aprovadas pelo Conselho de Centro e encaminhados ao CONSEPE, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação, para aprovação.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 01 de setembro de 2011.

RÔMULO SOARES POLARI
Presidente

ANEXO I à Resolução nº 66/2011 do CONSEPE, que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Química, Bacharelado, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, da UFPB.

DEFINIÇÕES DO CURSO DE BACHARELADO EM QUÍMICA

01. Objetivos do Curso

Formar profissionais com conhecimento sólido e abrangente na área de atuação, com domínio das técnicas básicas de utilização de laboratórios e equipamentos necessários para garantir a qualidade dos serviços prestados e para desenvolver e aplicar novas tecnologias, de modo, a ajustarem-se a dinâmica do mercado de trabalho.

02. Perfil dos Formandos

O Curso de Bacharelado em Química prevê a formação de um profissional com competência e habilidade para o desempenho de atividades no âmbito da indústria e serviços na de Química, portanto, com uma formação abrangente. Não obstante, contempla ainda uma ênfase na formação ambiental, desde o início do curso, que o capacita para atuar na identificação de potencial desenvolvimento de recursos científicos e tecnológicos da área de química ambiental.

03. Competências e Habilidades

As seguintes competências e habilidades entendidas como essenciais, a serem desenvolvidas no decorrer do curso para atender ao perfil do profissional, foram construídas tomando como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação:

- *Possuir conhecimento sólido e abrangente na área de atuação, com domínio das técnicas básicas de utilização de laboratórios e equipamentos necessários para garantir a qualidade dos serviços prestados e para desenvolver e aplicar novas tecnologias, de modo a ajustar-se à dinâmica do mercado de trabalho.*
- *Possuir habilidade suficiente em Matemática para compreender conceitos de Química e de Física, para desenvolver formalismos que unifiquem fatos isolados e modelos quantitativos de previsão, com o objetivo de compreender modelos probabilísticos teóricos, e de organizar, descrever, arranjar e interpretar resultados experimentais, inclusive com auxílio de métodos computacionais.*

· Possuir capacidade crítica para analisar de maneira conveniente os seus próprios conhecimentos; assimilar os novos conhecimentos científicos e, ou, tecnológicos e refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político.

· Saber trabalhar em equipe e ter uma boa compreensão das diversas etapas que compõem um processo industrial ou uma pesquisa, sendo capaz de planejar, coordenar, executar ou avaliar atividades relacionadas à Química ou a áreas correlatas.

· Ser capaz de exercer atividades profissionais autônomas na área da Química ou em áreas correlatas.

· Ter interesse no autoaperfeiçoamento contínuo, curiosidade e capacidade para estudos extracurriculares individuais ou em grupo, espírito investigativo, criatividade e iniciativa na busca de soluções para questões individuais e coletivas relacionadas com a Química.

· Ter formação humanística que lhe permita exercer plenamente sua cidadania e, enquanto profissional, respeitar o direito à vida e ao bem-estar dos cidadãos.

Com relação à compreensão da Química

· Compreender os conceitos, leis e princípios da Química.

· Conhecer as propriedades físicas e químicas principais dos elementos e compostos químicos que possibilitem entender e prever o seu comportamento físico-químico e aspectos de reatividade, mecanismos e estabilidade.

· Reconhecer a Química como uma construção humana e compreendendo os aspectos históricos de sua produção e suas relações com os contextos culturais, socioeconômico e político.

Com relação à busca de informação, comunicação e expressão

· Saber identificar e fazer busca nas fontes de informações relevantes para a Química, inclusive as disponíveis nas modalidades eletrônica e remota, que possibilitem a contínua atualização técnica, científica e humanística.

- Ler, compreender e interpretar os textos científico-tecnológicos em idioma pátrio e estrangeiro (especialmente inglês e, ou, espanhol).
- Saber interpretar e utilizar as diferentes formas de representação (tabelas, gráficos, símbolos, expressões, etc.).
- Saber comunicar corretamente os projetos e resultados de pesquisa na linguagem científica, oral e escrita (textos, relatórios, pareceres, pôsteres, internet, etc.) em idioma pátrio e estrangeiro (especialmente inglês e, ou, espanhol).

Com relação ao trabalho de investigação científica e produção/controlado de qualidade

- Saber investigar os processos naturais e tecnológicos, controlar variáveis, identificar regularidades, interpretar e proceder a previsões.
- Saber conduzir análises químicas, físicoquímicas e químicobiológicas qualitativas e quantitativas e a determinação estrutural de compostos por métodos clássicos e instrumentais, bem como conhecer os princípios básicos de funcionamento dos equipamentos utilizados e as potencialidades e limitações das diferentes técnicas de análise.
- Ter noções de classificação e composição de minerais.
- Ter noções de Química do estado sólido.
- Ser capaz de efetuar a purificação de substâncias e materiais; exercendo, planejando e gerenciando o controle químico da qualidade de matérias-primas e de produtos.
- Saber determinar as características físicoquímicas de substâncias e sistemas diversos.
- Saber elaborar projetos de pesquisa e de desenvolvimento de métodos, produtos e aplicações em sua área de atuação.
- Possuir conhecimentos básicos do uso de computadores e sua aplicação em Química.

- Possuir conhecimento dos procedimentos e normas de segurança no trabalho, inclusive para expedir laudos de segurança em laboratórios, indústrias químicas e biotecnológicas.
- Possuir conhecimento da utilização de processos de manuseio e descarte de materiais e de rejeitos, tendo em vista a preservação da qualidade do ambiente.
- Saber atuar em laboratório químico e selecionar, comprar e manusear equipamentos e Reagentes.

Com relação à aplicação do conhecimento em Química

- Saber realizar avaliação crítica da aplicação do conhecimento em Química tendo em vista o diagnóstico e o equacionamento de questões sociais e ambientais.
- Saber reconhecer os limites éticos envolvidos na pesquisa e na aplicação do conhecimento científico e tecnológico.
- Ter curiosidade intelectual e interesse pela investigação científica e tecnológica, de forma a utilizar o conhecimento científica e socialmente acumulado na produção de novos conhecimentos.
- Ter consciência da importância social da profissão como possibilidade de desenvolvimento social e coletivo.
- Saber identificar e apresentar soluções criativas para problemas relacionados com a Química ou com áreas correlatas na sua área de atuação.
- Ter conhecimentos relativos ao assessoramento, ao desenvolvimento e à implantação de políticas ambientais.
- Saber realizar estudos de viabilidade técnica e econômica no campo da Química.
- Saber planejar, supervisionar e realizar estudos de caracterização de sistemas de análise.
- Possuir conhecimentos relativos ao planejamento e à instalação de laboratórios químicos.

- Saber realizar o controle de operações ou processos químicos no âmbito de atividades de indústria, vendas, marketing, segurança, administração pública e outras nas quais o conhecimento da Química seja relevante.

Com relação à profissão

- Ter capacidade de disseminar e difundir e, ou, utilizar o conhecimento relevante para a comunidade.
- Ter capacidade de vislumbrar possibilidades de ampliação do mercado de trabalho, no atendimento às necessidades da sociedade, desempenha quando outras atividades para cujo sucesso uma sólida formação universitária seja um importante fator.
- Saber adotar os procedimentos necessários de primeiros socorros, nos casos dos acidentes mais comuns em laboratórios químicos.
- Conhecer aspectos relevantes de administração, de organização industrial e de relações econômicas.
- Ser capaz de atender às exigências do mundo do trabalho, com visão ética e humanística, tendo capacidade de vislumbrar possibilidades de ampliação do mesmo, visando atender às necessidades atuais.

04. Campo de Atuação

Os profissionais egressos do Curso de Química da UFPB/CCA poderão atuar nas seguintes áreas: direção, supervisão, programação, coordenação, orientação e responsabilidade técnica no âmbito de suas atribuições profissionais; assistência, assessoria, consultoria, elaboração de orçamentos, divulgação e comercialização no âmbito das atribuições respectivas; vistoria, perícia, avaliação, arbitramento de serviços técnicos, elaboração de pareceres, laudos e atestados, no âmbito das atribuições respectivas; desempenho de cargos e funções técnicas, no âmbito das atribuições respectivas; ensaios e pesquisas em geral, pesquisas e desenvolvimento de métodos e produtos; e análises química e físico-química, químico-biológica, bromatológica, toxicológica, biotecnológica e legal, padronização e controle de qualidade.

ANEXO II à Resolução nº 66/2011 do CONSEPE, que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Química, Bacharelado, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, da UFPB.

Composição Curricular do Curso de Bacharelado em Química
com ênfase em Química Ambiental

1. Conteúdos Básicos e Profissionais				
Conteúdos Básicos				
Disciplinas	Créditos	Carga Horária		Pré-requisitos
		Teórica	Prática	
Álgebra Linear	4	60	0	-
Cálculo I	4	60	0	-
Cálculo II	4	60	0	Cálculo I
Cálculo III	4	60	0	Cálculo II
Mecânica	4	60	0	Cálculo I
Eletromagnetismo	4	60	0	Mecânica
Física Experimental	4	0	60	Cálculo I
Introdução à Estrutura da Matéria	4	60	0	-
Introdução às Transformações Químicas	8	60	60	-
Termodinâmica Química	4	60	0	Cálculo I
Cinética Química	2	30	0	Termodinâmica Química
Físico-Química Experimental	4	0	60	Cálculo I
Espectroscopia e Química Quântica	4	60	0	Introdução à Estrutura da Matéria e Cálculo II
Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos	4	60	0	Introdução à Estrutura da Matéria e Introdução às Transformações Químicas
Reatividade de Compostos Orgânicos	4	60	0	Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos
Técnicas Experimentais em Química Orgânica	8	60	60	Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos
Princípios de Análise Química	8	60	60	Introdução à Estrutura da Matéria e Introdução às Transformações Químicas
Análise Química Instrumental	8	60	60	Princípios de Análise Química
Bioquímica Metabólica I	6	90	0	Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos
Química dos Produtos Naturais	4	60	0	Reatividade de Compostos Orgânicos
Eletroquímica e Eletroanalítica	4	40	20	Cinética Química
Química dos Elementos	4	60	0	Introdução à Estrutura da Matéria e Introdução às Transformações Químicas
Química de Coordenação e Materiais	4	60	0	Química dos Elementos
Microbiologia Geral	4	40	20	Bioquímica Metabólica I
Biologia Molecular	4	40	20	Bioquímica Metabólica I

Mineralogia	4	60	0	-
Cristalografia	4	40	20	Mineralogia
Derivados de Cana-de-Açúcar	4	40	20	Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos
Total	128	1920		
1.2 Conteúdos Profissionais				
Química das Águas	4	40	20	Princípios de Análise Química e Microbiologia Geral
Química da Atmosfera	4	60	0	Química das Águas
Política e Gestão Ambiental	3	45	0	-
Fundamentos em Ecologia	4	40	20	-
Geoquímica de Ambientes Superficiais	4	30	30	Mineralogia e Química das Águas
Química Ambiental I	4	40	20	Análise Química Instrumental
Química Ambiental II	4	40	20	Química Ambiental I e Bioquímica Metabólica I
Toxicologia Ambiental	4	60	0	Bioquímica Metabólica I
Total	31	465		
1.3 Estágio Curricular				
Estágio Supervisionado I	5	0	75	Princípios de Análise Química
Estágio Supervisionado II	5	0	75	Estágio Supervisionado I
Estágio Supervisionado III	5	0	75	Estágio Supervisionado II
Estágio Supervisionado IV	5	0	75	Estágio Supervisionado III
Total	20	300		
Total (1.1+1.2+1.3)	179	2685		
2. Conteúdos Complementares				
2.1 Conteúdos Complementares Obrigatórios				
Metodologia do Trabalho Científico	4	60	0	-
Pesquisa Aplicada à Química	4	60	0	Metodologia do Trabalho Científico
TCC I	2	0	30	Metodologia do Trabalho Científico
TCC II	2	0	30	TCC I
Total	12	180		
2.2 Conteúdos Complementares Optativos				
<i>Mínimo de 1.215 horas, equivalentes a 12 créditos.</i>				
Biofísica	4	60	0	Cálculo I
Bioinorgânica	4	60	0	Química dos Elementos
Bioquímica Metabólica II	4	20	40	Bioquímica Metabólica I
Biotecnologia	4	60	0	Bioquímica Metabólica I
Inglês Técnico	3	45	0	-
Introdução à Informática	3	0	45	-
Leitura e Produção Textual	4	60	0	-
Libras	4	60	0	-
Nanociência e Nanotecnologia	4	60	0	Espectroscopia e Química Quântica
Planejamento e Otimização de Experimentos	4	60	0	Princípios de Análise Química

Prática Desportiva	4	60	0	-
Química de Alimentos	4	60	0	Bioquímica Metabólica I
Química e Fertilidade do Solo	4	60	0	Princípios de Análise Química
Química Computacional	4	60	0	Espectroscopia e Química Quântica
Síntese Inorgânica	4	60	0	Química de Coordenação e Materiais
Síntese Orgânica	4	60	0	Reatividade de Compostos Orgânicos
Total	12	180		
2.3 Conteúdos Complementares Flexíveis				
Tópicos Especiais em Química I	4	60	0	-
Tópicos Especiais em Química II	4	60	0	-
Tópicos Especiais em Química III	4	60	0	-
Total	12	180		
Total (2.1+2.2+2.3)	36	540		
TOTAL	215	3.225		

ANEXO III à Resolução n° 66/2011 do CONSEPE, que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Química, Bacharelado, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, da UFPB.

**Fluxograma do Curso de Bacharelado em Química
com ênfase em Química Ambiental**

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Álgebra Linear (4)	Cálculo I (4)	Cálculo II (4)	Termodinâmica Química (4)	Cinética Química (2)	Físico-Química Experimental (4)	Espectroscopia e Química Quântica (4)	Química de Coordenação e Materiais (4)	Eletroquímica e Eletroanalítica (4)
Introdução à Estrutura da Matéria (4)	Metodologia do Trabalho Científico (4)	Mineralogia (4)	Mecânica (4)	Eletromagnetismo (4)	Física Experimental (4)	Química dos Produtos Naturais (4)	Cristalografia (4)	Geoquímica de Ambientes Superficiais (4)
Introdução às Transformações Químicas (8)	Princípios de Análise Química (8)	Análise Química Instrumental (8)	Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos (4)	Reatividade e de Compostos Orgânicos (4)	Técnicas Experimentais de Química Orgânica (8)	Química das Águas (4)	Química da Atmosfera (4)	Toxicologia Ambiental (4)
Fundamentos em Ecologia (4)	Política e Gestão Ambiental (3)	Pesquisa Aplicada à Química (4)	Cálculo III (4)	Derivados de Cana-de-Açúcar (4)	Biologia Molecular (4)	Microbiologia Geral (4)	Química Ambiental I (4)	Química Ambiental II (4)
			Química dos Elementos (4)	Bioquímica Metabólica I (6)		OPTATIVA I (4)	OPTATIVA II (4)	OPTATIVA III (4)
							TCC I (2)	TCC II (2)
20 cr – 300 h	19 cr – 285 h	20 cr – 300 h	20 cr – 300 h	20 cr – 300 h	20 cr – 300 h	20 cr – 300 h	22 cr – 330 h	22 cr – 330 h
Conteúdos Complementares Flexíveis (Tópicos Especiais em Química I, II e III – com 04 créditos cada) – desenvolvidos ao longo do Curso Estágio Supervisionado I – V (com 05 créditos cada) – realizados no turno diurno ou noturno. Total de Carga- Horária do Curso: 3.225 Total de Créditos: 215								

APÊNDICES

Apêndice – A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Sr(a):

A pesquisa intitulada “Desafios e enfrentamentos no processo de interiorização da Universidade Federal da Paraíba (2003 – 2010): uma análise política nos cursos criados a partir do REUNI no *Campus* de Areia” desenvolvida pela doutoranda Lindalva Gouveia Nascimento, Matrícula 2014101356, tem como objetivo principal analisar a política de expansão e interiorização da Universidade Federal da Paraíba no contexto da democratização do ensino superior público, sob a orientação da Profa. Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues, da Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do PPGE/CE/UFPB-CAMPUS I.

Para concretizar a pesquisa, solicito de V.Sa. a colaboração e participação na entrevista semiestruturada com o roteiro que segue, bem como a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Ciências Humanas e Sociais e a publicação em periódicos científicos e/ou na forma de livro impresso ou digital (se for o caso). Saliento, por sua vez, que a sua participação não infligirá e nem trará nenhum dano à sua saúde física ou psíquica, visto que não se trata de uma pesquisa que envolva experimentos da área da saúde. Além disso, o sigilo será estabelecido no sentido de resguardar o anonimato e a não identificação de V.Sa. enquanto participante desse trabalho ao dar o seu depoimento no ato da entrevista.

Esclareço, por outro lado, que sua participação no estudo é voluntária e, sendo assim, o (a) Sr.(a) tem plena liberdade de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem penalização alguma.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados obtidos.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável, caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora (83) 99975-8026.

Atenciosamente, Lindalva Gouveia Nascimento.

Apêndice – B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS II

TÍTULO: Desafios e enfrentamentos no processo de interiorização da Universidade Federal da Paraíba (2003 – 2010): uma análise política nos cursos criados a partir do REUNI no Campus de Areia.

NÍVEL: Doutoranda

ALUNA: Lindalva Gouveia Nascimento – E-mail: lindalvagouveiag@gmail.com

Telefone: (83) 9 9975-8026

ORIENTADORA: Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues

I - DADOS GERAIS

Código da entrevista	
Entrevistado	
Cargo Anterior	
Cargo Atual	

Dia	Horário	Local

II - ASPECTOS GERAIS DA EXPANSÃO E INTERIOZAÇÃO DA UFPB CAMPUS – AREIA NO REUNI - DIMENSÃO POLÍTICA

1. Como o(a) senhor(a) percebeu a expansão da UFPB relacionados à criação de novos cursos durante o REUNI?
2. Como o(a) senhor(a) percebeu a interiorização nesse aspecto durante o REUNI?
3. Como o(a) senhor(a) avalia a criação dos cursos no *Campus* de Areia?
4. Explique a sua concepção sobre cada curso criado no REUNI no *Campus* de Areia.
5. É possível já avaliar se está atingindo os propósitos que justificaram a sua criação?
6. Que benefícios esses cursos trouxeram para a cidade de Areia, para o CCA, e para os discentes, e por último para a sociedade?
7. Que acertos podem ser identificados?
8. Houve erros? Caso positivo. Quais os motivos?
9. Em que medida a expansão da UFPB tem se caracterizado como um processo de democratização, qualidade e autonomia?
10. Quais são os principais desafios para o *campus* nos próximos anos referentes aos cursos criados no REUNI (Química e Medicina Veterinária)?